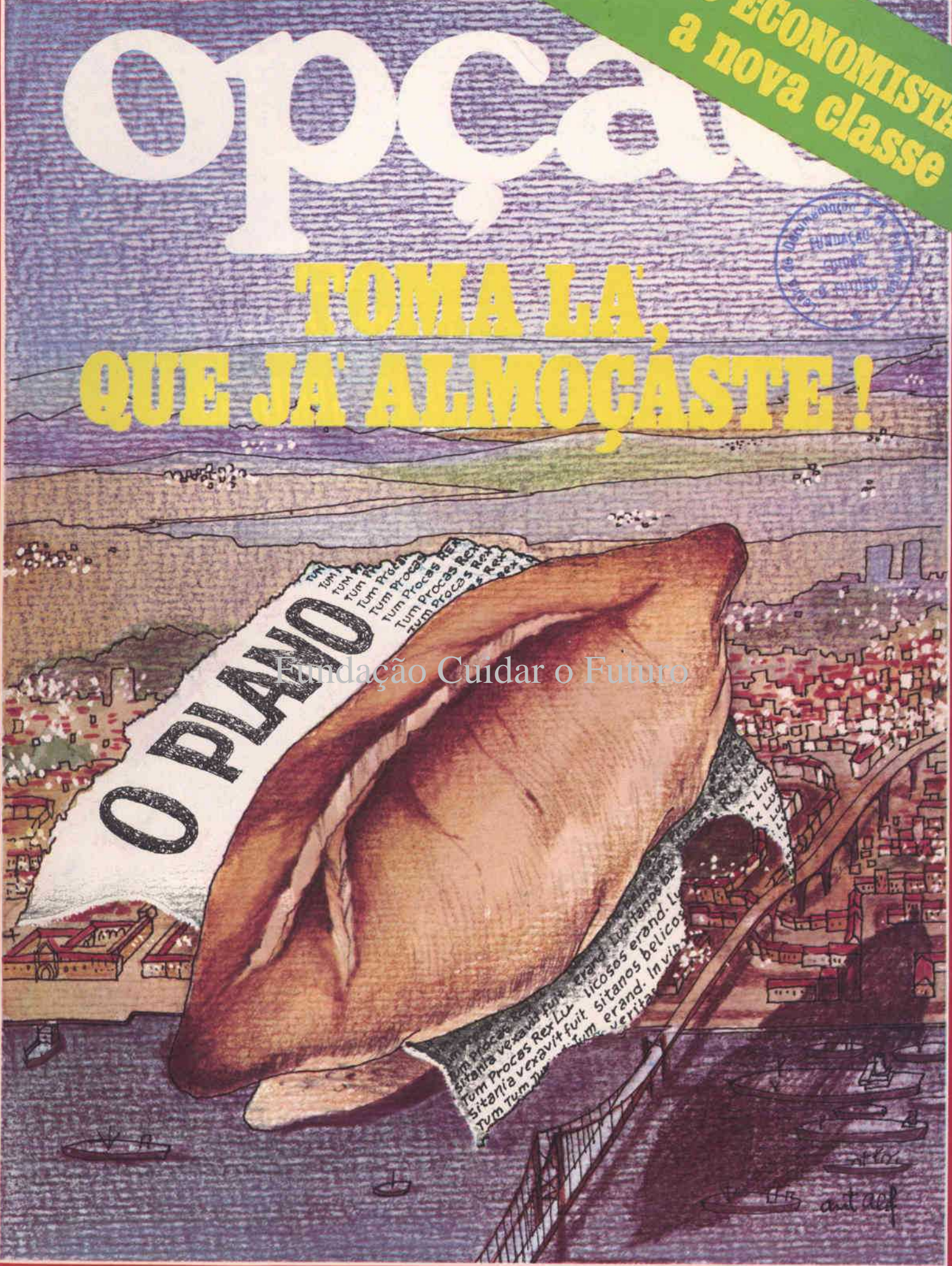


OS ECONOMISTAS  
a nova classe

# Opça



## TOMA LA, QUE JA' ALMOÇASTE!



Fundação Cuidar o Futuro

"A pobreza tanto dá tristeza como sabedoria"

Bertolt Brecht

A CAMINHO DO MEIO ANO  
DE EXIBIÇÃO PERMANENTE,  
O FILME "*CHOVE EM SANTIAGO*"  
É DOS MAIS IMPORTANTES  
QUE TÊM CORRIDO EM LISBOA  
DESDE HÁ UNS ANOS.

Fundação Cuidar o Futuro

A VER URGENTEMENTE  
NA SALA DA 5 DE OUTUBRO

## SOARES, «AMANTE DESILUDIDO»

As relações entre o «Monde» e o PS não são um céu transparente.

Após um exílio francês, durante o qual Soares teve, no «Monde», um apoio constante, esperar-se-ia que os êxitos do PS, e, mais tarde, a assunção do governo PS, fossem celebrados pelo prestigioso diário francês.

Não foram. O «Monde» fez questão de manter uma distância crítica.

O que traz susceptibilizado uns PS afrancesado, europeizado, longamente devoto do jornal de Jacques Fauvet.

Tanto que, outro dia, um enviado especial daquele diário, recebido por elementos de quase todos os partidos e por militares atenciosa e longamente, ficou horas à espera de uma personalidade PS que não veio, nem deu cavaco. Seria, depois, atendido, por outro PS, que ficou muito embaraçado com o deslize.

E tanto que, outro dia, Soares diria a Jean Schoewbel:

— Eu digo francamente: a minha atitude para com o «Monde» é a do amante decepcionado...

Sic: «Amant déçu».

## O LÉXICO É O ANTI-LÉXICO

O flamejante Ângelo Ribeiro, economista de ponta do PSD, e homem com sentido de humor, declarava-nos, há pouco:

— O nosso problema está em que, de um lado, está o PCP, que inventou o léxico da revolução, do outro, está o PS, que lhe limita a concretização do léxico da revolução...

## CUNHAL CONTAGIADO?

Quem era a jornalista portuguesa que andou a dizer por toda a Lisboa que, quando entrevistou Cunhal, estava (ela) com 39º de febre?

E quem foi que, ouvindo isto, lhe disse, da direita: «Espero que seja uma doença contagiosa...?»

## VEIGA PEREIRA, DIRECTOR DE SI-PRÓPRIO

Veiga Pereira que, vai para poucas semanas, abandonou o cargo de director da Informação da



Soares: Romeu desiludido



Veiga Pereira: o retrato de Dorian Gray



Cunhal: safou-se...

RTP, por desacordo com a política de comunicação social que lhe era transmitida, foi, agora, sondado para o cargo de — director-geral da Informação.

Isto é, logo abaixo de Soares Louro.

Coisa que o surpreendeu e surpreende os seus amigos. Porque Veiga está a ser convidado para um cargo imediatamente acima daquele que desempenhava e que deixou de desempenhar porque discordava da política que lhe era comunicada por quem estava imediatamente acima.

Ou seja, Veiga demitir-se-ia em protesto contra si próprio. E protestaria contra a sua própria demissão assumindo a política contra a qual protestou.

Em síntese, uma confusão.

Veiga Pereira não aceitou.

## PORQUE É QUE LOURDES PINTASSILGO NÃO FOI MINISTRO?

Ministério da Educação.

Antes de pensar em Cardia, Soares pensar em Maria de Lourdes Pintassilgo (actualmente na UNESCO).

Falou-lhe.

Tentou persuadi-la.

Mas de uma forma tão pouco convincente que ela recusou.

Foram dez ou quinze minutos de diálogo baço.

Que teriam surpreendido extremamente Maria de Lourdes Pintassilgo.

## DAVID MALRAUX FERREIRA

David será um bom poeta? Será.  
David será um bom novelista? Será.  
Será, também, um bom crítico? Não o duvidamos.

Dará pelo nome de David Malraux Ferreira?  
Dizem que sim...

Mas...

Será David um bom Secretário de Estado?

## O «SINE DIE»

David tem variadíssimos nomes.  
Menos do que aqueles que deveria ter.  
Mais do que aqueles que lhe era lícito ter.  
Todas as pessoas têm as suas fraquezas, mas, David, tem uma enorme.

David passa o dia a ler jornais, os jornais que falam dele.

Cada vez lê mais jornais, os jornais que falam dele.

Assim, se gostar de ser lido pelo David, escreva que ele lê.

David diz: Faça-se!

Jornal pergunta: Porquê?

David adia: «Sine die».

## O PLENÁRIO

Comecemos pelo Plenário da Cultura.

David tem uma ideia: Fazer um esplêndido Plenário da Cultura!

David planeia, organiza, faz, manda e esconde.

Ordena que se esconda.

David quer brilhar pela novidade, originalidade, exuberância.

Mas..., sabe-se.

Quando se sabe, sai.

Sai nos jornais.

E, aí, vem o baque, o choque, o escândalo!

Depressa-depressa, David hesita, diz que não, diz que sim, diz que talvez só, que não era isso, que tem que ser, que não tem que ser, que a culpa é do boletim da cultura que ainda não está terminado, que nunca teve nada a ver com isso, que ainda não foram nomeados os futuros Directores-Gerais — Acção Cultural e Espectáculos, — que não sabe viver sem Directores-Gerais, que foram nomeados mas não foram empossados, que afinal há um deles (que não é parvo!) que talvez não aceite o convite para aquele aliciante cargo, que são as burocracias que não deixam andar o plenário à vontade, que não só as burocracias mas também a Comissão Organizadora, que isto, que aquilo...

Resultado...

Plenário da Cultura adiado «sine die».

## OS CONSELHOS

Mas há mais!

David tem sempre uma nova ideia à nossa espera.

Fazendo a sua entrada na cultura, resolve criar os Conselhos Sectoriais.

Estes Conselhos iam decidir, sectorialmente, tudo!

Tudinho!

Depois o David transmitia e, as ordens, cumpriam-se.

Eis senão quando: os jornais, a crítica, as perguntas e, desta vez, as acusações!

David estremece!

Que dirá disto o Soares, Jesus, o Governo?

Ouve os seus colaboradores e, decide:

Reformule-se os Conselhos Sectoriais!

E informe-se que tal reformulação será anunciada «sine die».

«Sine die».

Assim, enunciando alguns pontos desta circular, diz o David: «Todos os funcionários assinarão, à entrada e à saída, o livro do ponto, havendo uma tolerância de 15 minutos». Adverte ainda o David que, as entradas depois da hora fixada serão consideradas faltas de serviço, mesmo que o funcionário fique dentro do edifício.

Mas David diz mais!

Diz que os funcionários, depois de assinarem o tal livro, não podem sair dos seus locais de trabalho a não ser, a não ser com licença do chefe.

Chefe, dá licença?

Chefe, permite que me ausente por 5 minutos?

Chefe, já não precisa mais de mim?

Chefe, que jornal devo ler?

(Que jornal lê o chefe?)

Chefe, que pensa da política deste país?

Fundação Cuidar o Futuro

*O cachimbo... e Golias!*

## A SEMANA

Mas há mais!

A Semana de Cinema Português no Brasil.

O Centro, o Instituto, o cinema, o público pensaram que sim.

Depois, vieram os jornais fazer perguntas.

Perguntas oportunas.

E o assunto ficou «quente» por causa da censura brasileira.

David leu, leria e tremia!

«E agora?»

Soou por aí que os realizadores se iam reunir para tratar do assunto.

David, sempre inteligente, decide:

— Adie-se, adie-se! Adie-se «sine die».

Semana de Cinema Português no Brasil adiada «sine die».

## O ESTATUTO DE 1931

Mas há mais!

David tem que se entreter.

Desta vez decide pôr em vigor o estatuto do funcionário público de 1931.

Parece estranho, não parece? 1931.

E, nisto tudo, o chefe, cada vez mais, a responder:

— Licença? Talvez dê, não sei, vou pensar!

— Ausente-se 5 minutos e nada mais!

— Se jura que são mesmo 3 minutos, pode ir!

— Preciso sempre de si!

— Jornal? Deve ler a «RUA», ou não, leia o «DIA». Sim, o «DIA»!

— Eu? Claro que leio o «DIA», que havia de ser?

— Penso, da política deste país, aquilo que você *deve* pensar!

Mas David diz mais!

Diz que, se não for cumprida esta ordem, o funcionário fica imeditamente (ele adora o imeditamente!) com falta injustificada, injustificadíssima! E mais: Se o funcionário, com falta injustificada, quiser sair do edifício, está lá a Segurança e a Segurança não deixa. A Segurança faz um cordel com os braços e não deixa sair.

Isto não se aplica a toda a gente.

Não se aplica aos chefes, não se aplica aos colaboradores do David, não se aplica aos funcionários do David, não se aplica às funcionárias do David, não se aplica, evidentemente, ao David.

## «DO 25 DE ABRIL AO 25 DE NOVEMBRO»

Eis aí o título de um programa-volga que a RTP preparava para a noite de 25.

Autor principal: Seruca Salgado («Jornal Novo», chefe da Divisão de Actualidades do Lumiar, PS).

Coisa forte.

Tanto, que o programa estava para ter mimos destes: a cena de tiros que matou, às portas do RALIS, um civil que já se afastava de carro, discurso de Vasco Gonçalves e, logo após, imagens do 11 de Março em simultâneo com o discurso de demissão de Spínola a 28 de Setembro.

O que provocou, internamente, pelo menos com uma colaboradora de Seruca, um diferendo.

Mas a coisa fiava (se tivesse piada) mais fino. Um dos autores do texto seria, nem mais nem menos, que esse caso sério de grandeza moral e de domínio gramatical que é o impagável Proença de Carvalho.

Lá estava ele, cedíssimo, texto em riste.

Só que o vigoroso Parente, peso-pesado tipo Soares Louro, mas tenente, fez questão, na sua qualidade de director da Informação, de ver o programa.

Viu.

Perplexo.

Porque, ao que parece, segundo ele, do programa parecia resultar que a revolução era — o PS.

E que o PS era — Manuel Alegre.

Resultado: Parente proibiu o programa.

Seruca saiu, Salgado, abatidíssimo.

Pergunta-se: porquê este desencontro de critérios entre Alegre e Tomás Rosa, por um lado, e Parente, por outro?

Será que foi decisivo o empenho de Eanes em «militarizar» a data, em «despolitizar» a data?

Foi por isso que, em vez de termos «Do 25 de Abril ao 25 de Novembro», tivemos horas de parada militar.

## «ACUSO» E «PÁGINA UM»

Há quem se tenha interrogado sobre o motivo que levou Alegre a escolher o impagável Proença de Carvalho para seu advogado no processo que se supõe está a mover contra Henrique Cerqueira, o homem do «Acuso».

Mas a interrogação cresce quando se sabe que o impagável Proença, agora no Conselho de Imprensa, ter-se-ia oposto a uma actuação do Conselho contra Cerqueira.

É que — teria sido o argumento do impagável Proença — se o Conselho se opõe a Cerqueira, teria de se opôr, também, ao «Página Um».



Tomás Rosa e Parente: o 25 de Abril e o 25 de Novembro...



Campinos: «O seu inglês é líceal!...»

Isto garante a Alegre uma defesa e perás.

Meu caro Manuel, pois tu não vês que...?

## SERUQUISMO

Cunhal teria sido, segundo alguns PS ligados à informação, o grande vencedor do programa «Os Partidos Respondem» que coube ao PC.

Sousa Tavares estava inteiramente irreconhecível, os outros jornalistas não existiram.

Cunhal meteu o programa ao bolso.

De tal modo que se afirma, na RTP, que Seruca teve de meter, à pressa, o filme sobre a KGB para neutralizar, pelo terror, a simpatia branca e calcificada do sorriso Cunhal.

## INGLÊS LICEAL

Verdadeiramente retumbante foi o duelo Prof. Campinos-Prof. Freitas, perante empresários estrangeiros, numa recentíssima reunião em Lisboa.

Freitas falou em inglês, e disse.

Campinos em francês, e respondeu a Freitas.

Freitas levantou-se e respondeu a Campinos.

Para dizer que tinha havido um tremendo mal-entendido, naturalmente porque ele falara em inglês e Campinos não apanhara tudo...

Risos.

Campinos saltou.

Que não, que não tinha havido mal-entendido nenhum, que ele apanhara tudo. E que apanhara tudo porque Freitas falava um inglês líceal...



Freitas: «Você só sabe o inglês!...»

Mais risos.

Freitas saltou.

Que qual inglês líceal qual coisa. Que, para tirar a prova dos nove, desafiava Campinos a repetir, em inglês, o que acabava de dizer... em francês!

Ainda mais riso.

A propósito, o objectivo desta reunião era — persuadir os estrangeiros presentes da rentabilidade do investimento em Portugal...

Presume-se que o objectivo não tenha sido plenamente alcançado...

## SÁ CARNEIRO, GAFFÍSSIMO

Também lá estaa, claro, Sá Carneiro.

Que disse algo como isto: pois compreendia que os estrangeiros não investissem em Portugal, porque os portugueses também não investiam.

Pelo motivo fortíssimo: de que o governo não dava garantias bastantes...

Campinos saltou.

Que não, que os trabalhadores portugueses são dos mais disciplinados do mundo, que a História, que a Pátria, etc.

Foi aí que um empresário alemão se ergueu para dizer que havia ali, decerto, um mal-entendido, porque, os capitalistas não investem para salvar pátrias mas para ter lucros.

Que o governo alemão talvez estivesse interessado em salvar pátrias, mas que ele o que queria era lucro...

Só até 15  
de Dezembro

# Assine «Opção» e receba grátis o «Miguel Strogoff»



Fundação Cuidar o Futuro

Se fizer a sua assinatura anual de «Opção»  
até 15 de Dezembro inclusive  
recebe imediatamente, *grátis*,  
um dos maiores romances  
de Júlio Verne — «Miguel Strogoff».

São 382 páginas de emoção.

Com desenhos da edição original francesa de J. Férat,  
gravados por C. H. Barbant.

O preço de livraria é de 45\$00.

É uma excelente oferta de Natal para o seu filho.

Basta mandar-nos um cheque.

Ou, se quiser, um Vale de Correio.

são 728\$00. E recebe 52 «Opções».

Em casa, comodamente, pontualmente.

Fica-lhe cada «Opção» a 14\$00.

# Miguel Strogoff

JÚLIO VERNE



Fundação Cuidar o Futuro



**Faça uma assinatura anual de «Opção»  
Poupe dinheiro. Receba, grátis, o «Miguel Strogoff»**

Continente: 1 ano (52 números), 728\$00; 6 meses (26 números), 390\$00; 3 meses (12 números), 200\$00  
Açores e Madeira/Avião: 1 ano (52 números), 812\$00; 6 meses (26 números), 432\$00 ■ Espanha/Avião: 1 ano (52 números), 812\$00; 6 meses (26 números), 432\$00 ■ Brasil/Avião: 1 ano (52 números), 1312\$00; 6 meses (26 números), 682\$00 ■ S. Tomé, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Angola, Moçambique, Macau e Timor/Avião: 1 ano (52 números), 1228\$00; 6 meses (26 números), 640\$00 ■ Países da Europa/Avião: 1 ano (52 números), 1105\$00; 6 meses (26 números), 578\$00 ■ Outros países/Avião: 1 ano (52 números), 1520\$00; 6 meses (26 números), 790\$00

# O Conde e os Bispos

O Conde entrou, pela porta estreita, a larga aba do chapéu para os olhos, a capa rodada sobre o tronco.

Disfarçara-se.

— Vital, Zagallo! É absolutamente vital que o Conclave dos Bispos nos dê o seu apoio!... Se temos, por nós, a Igreja, temos as eleições no papo!...

Zagallo não entendia:

— Mas, Excelência, a Igreja, politicamente, di-lo a Constituição, é neutral!...

O Conde foi brusco:

— Eu cá me entendo!... Cala-te, e vê se há, em redor, espíões!...

Zagallo espreitou:

— Nada, Excelência. Ninguém!

O Conde entrou, o rosto na sombra, no Patriarcado, pela porta dos cocheiros.

Era a cozinha, abobadada, azulejada, setecentista.

— Que é lá isso?!... Você quem é?!...

Três padres novos, imberbes e iguais, alvoraçavam-se, não queriam deixar passar.

O Conde, dramaticamente, descobriu o rosto:

— Aqui estou!

Ergueram os três as mãos ao céu:

— Excelência, por aqui!

— Por aqui, Excelência!

— Temos ordens de conduzir V. Ex.<sup>a</sup>, imediatamente, até junto de Sua Eminência!...

Rolaram todos pelos corredores do Patriarcado sob gigantescos retratos de Cardeais, pesados de ocre e de verniz:

— Por aqui, Excelência!

— Excelência, por aqui!

— Sua Eminência espera V. Ex.<sup>a</sup>!...

Assim era.

Lá ao fundo de um corredor,

rubro de reposteiros e de tochas, esguiava-se, a sorrir, o perfil de D. António Pinheiro.

— Excelência!

— Eminência!

O Conde vergou, acesamente, o joelho, e procurou, na mão fina, fria, e pálida, o anel do beijo.

Encontrou-o.

Beijou.

— Ninguém o viu entrar, Excelência?...

— Ninguém, Eminência!

— Secreto, portanto, Excelência, o nosso encontro?

— Secretíssimo, Eminência!...

Alívio geral.

— Queira sentar-se!

— Depois de Vossa Eminência!...

— Depois de V. Excelência!...

— Primeiro, a Igreja!

— Primeiro, o grande partido de Cristo que é o partido de V. Excelência!...

— Não, Eminência!

— Sim, Excelência!...

Sentaram-se, finalmente, ao mesmo tempo!

D. António Pinheiro compôs, com a mão fina, fria e pálida, a saia:

— Ao que vem, Excelência?

— Pois, Eminência, pela benção da Igreja sobre o meu partido!...

Sorriu, compungidamente, o Cardeal:

— Mas, Excelência, a Igreja não pode tomar partido...

O Conde, af, inundou, de um sorriso, os lábios, os olhos, as lentes:

— O meu partido, Vossa Eminência sabe-o, é o único partido que leva, ao pescoço, o peso reconfortantemente quente, de santos e de beatos!...

E o Cardeal:

— Eu sei, Excelência, eu sei, eu

estou a par...

Acenaram que sim, que sabiam, que estavam a par, ao fundo, os três padres novos.

E o Conde, tomado, lançado:

— O meu partido não é o partido afrancesado do marquês de Solares, que quer escancarar as portas à lama moral que a liberdade é sempre! O meu partido não é o partido ambíguo do Visconde de Saque e Arneiro, que tem um altar votado a Santa Isabel e outro altar dedicado aos grandes países protestantes!

E o Cardeal:

— Eu sei, Excelência, eu sei, eu estou a par...

Acenaram que sim, que sabiam, que estavam a par, ao fundo, os três padres novos.

E o Conde, cheio, arrebatado:

— O meu partido luta pela destruição da febre da Abrilada, pela expulsão dos capitães possuídos pela lepra da liberdade, pela restituição das terras, das oficinas, das casas a essa justiça que sempre foi, e divina! a nobreza, a riqueza, o sangue antigo e precioso! O meu partido luta pela reconstituição do fausto da Igreja, pela recuperação dos Santos, pela perdição dos ateus!...

E o Cardeal:

— Eu sei, Excelência, sei, eu estou a par...

Acenaram que sim, que sabiam, que estavam a par, ao fundo, os três padres novos.

E o Conde, procurando agarrar, vivamente, sobre a saia de Sua Eminência, outra vez a mão esguia, fina e fria:

— Então porquê, Eminência?! Porquê o silêncio da Igreja?! Porquê este abandono a que nos votam? Porquê deixarem-nos ir para umas eleições sem uma palavra,

nem gesto, nem benção, sequer uma gota de água benta?!...

E o Cardeal:

— Calma, Excelência, calma...

Mas o Conde excitava-se, exagerava, naquele crescendo teatral que o colocava, em S. Bento, entre os oradores menos possessivos.

— Agora que se reúnem os Bispos, agora que numa só sala deste Patriarcado ardem todas as grandes chamas espirituais do Portugal, agora que este País, espera, dos seus Bispos, uma luz, uma palavra, um sinal, que força, que apoio, que ferro para Solares!, que ferro para Saque e Arneiro!, se a voz da Igreja se erguesse para dar ao meu partido o seu apoio!

E o Cardeal:

— Calma, Excelência, calma...

Mas o Conde crescia, subia, alargava o gesto:

— Uma palavra da Igreja, Eminência, e aí tínhamos, connosco, não o país torpe da cidade, envenenado pela ideia republicana, não o país sujo de óleo das máquinas, inquinado pela ideia da Comuna, mas o país real, moral, camponês, temente a Deus, possuído por uma tal cólera, por uma tal festa de Deus, por uma tal raiva bendita à loucura da liberdade, que teríamos, se Vossa Eminência me permite a expressão vulgar, as eleições no papo!...

D. António Pinheiro ergueu-se, esguio, negro, pálido:

— Excelência, Excelência, o que aí vai...

Abanaram, de terna aflição, ao fundo, as cabeças dos três padres novos.

— O que aí vai, Excelência, de falta de esperança, de falta de fé, de falta de admiração pelo génio multi-secular da Igreja!...

O Conde precipitou-se, ajoelha-



damente, para a frente:

— O Conclave dá apoio?!...

— Apoio, apoio, Excelência, ...o que se chama apoio, o Conclave não pode dá-lo...

Abanaram, que não, as cabeças, ao fundo, os três padres novos.

O Conde erguia-se, consternadíssimo:

— Mas, nesse caso, Eminência... Nesse caso...

D. António Pinheiro sorria, compungido:

— Estamos proibidos pela lei, Excelência.

— Sim, Eminência, mas é que há meios...

— Por exemplo?

— Bem, agora, assim, de repente, não sei, mas...

— Mas por exemplo?

— Não sei, um texto...

— Que texto?...

— Não sei, Eminência, talvez a sugerir, a insinuar, a infiltrar...

— E V. Ex.<sup>a</sup> crê que em texto a sugerir, a insinuar, a infiltrar, seria?...

— Vital, Eminência! Absolutamente vital!...

— Para o partido de V. Ex.<sup>a</sup> ganhar estas eleições...?

— Para o meu partido ganhar estas eleições, Eminência.

— E para varrer os anti-Cristo?

— Para varrer os anti-Cristo, Eminência.

— E para arrancar as dragonas usurpadas pelos militares liberais?

— Imediatamente, Eminência! É eu a ganhar as eleições e a reclamar que lhas arranquem!...

— E para devolver as terras ocupadas pela gentalha aos seus senhores?

— Nem que seja preciso pôr tudo a ferro e fogo, Eminência!

— E as fábricas?

— As fábricas despejadas dos republicanos e dos ébrios, Eminência!

— E as escolas?

— Crucifixos, Eminência! Enormes, nas paredes de todas as aulas!...

— E a Igreja?

— Reverenciadíssima, fortíssima, gloriosíssima!...

D. António Pinheiro acenava que sim, satisfeito.

Acenaram que sim, satisfeitos, ao fundo, os três padres novos.

E o Cardeal:

— E crê V. Ex.<sup>a</sup> que bastava um texto...?

— A sugerir...

— E a insinuar?

— A insinuar também!

— E a infiltrar?

— A infiltrar, Eminência! A in-

filtrar seria excelente!...

Aí, o Cardeal meteu, fundo, na saia, a mão.

— Pois é, esse texto já está!

— Já está?!... Como, já está?!...

D. António Pinheiro desenrolava, a sorrir, o papel.

— Não entendo, Eminência!...

Riam, cochichadamente, nervosamente, ao fundo, os três padres novos.

— Já vai entender. Ora ouça.

Leu. D. António Pinheiro leu:

*«Amantíssimos e fidelíssimos filhos, que vos encontrais perante o dever exigente e indeclinável que é o de dardes o vosso voto às eleições que ora se preparam. A Igreja não faz, amantíssimos e fidelíssimos filhos, política, assim no-lo impõe a lei, mas não pode, não quer, deixar de vos dizer que o vosso voto não pode ir para nenhum dos partidos que se empenham nessa miragem satânica de igualdade social e que o vosso voto só pode ir para o partido que se diz cristão, que se opõe àqueles que querem escravizar as portas deste país à vaga de lama moral que a liberdade é sempre e àqueles que têm um altar votado a Santa Isabel e outro altar dedicado aos*

*países protestantes. A Igreja não faz, amantíssimos filhos, política, assim no-lo impõe a Lei, mas não pode, não quer deixar de vos dizer que o vosso voto só pode ir para um partido que tenha, bem à vista, entre duas setas um círculo de fé».*

Já aí estava o Conde de Abrahão de joelhos, agarrando a mão de Sua Eminência, procurando-lhe o anel, beijando-lho sofredamente.

— Estão ganhas, Eminência! As eleições estão ganhas!

O Cardeal sorria, compondo, espalmado, aplicando sobre o peito estreito, a mão esguia:

— V. Ex.<sup>a</sup> há-de compreender. São dezanove séculos de experiência...

— Estão ganhas! As eleições estão ganhas!...

Gritava.

Rodeavam-no, tentavam acalmá-lo, sobretudo calá-lo, os três padres novos.

— Silêncio, Excelência!... Por amor de Deus, silêncio, que nos podem ouvir da rua...

— Quem?

— Os espíões, os jornalistas...

Calou-se, o Conde.

Terminava a entrevista.

S. Ex.<sup>a</sup> beijou, ainda uma vez, o anel.

— Excelência, por aqui!

— Por aqui, Excelência!

— Temos ordem de conduzir V. Ex.<sup>a</sup>, imediatamente, até à porta dos cocheiros!...

Rolaram todos pelos corredores do Patriarcado, sob gigantescos retratos de Cardeais, pesados de ocos e de verniz.

Chegaram à cozinha, abobadada, azulejada, setecentista.

O Conde, dramaticamente, envolveu-se na capa!

E saiu, o rosto na sombra, do Patriarcado, pela porta dos cocheiros.

Da obscuridade da rua, surgiram, alvoraçados Abelino e Basílio:

—Então, Excelência?!...

— Que diz Sua Eminência?!...

O Conde, aí, não se conteve:

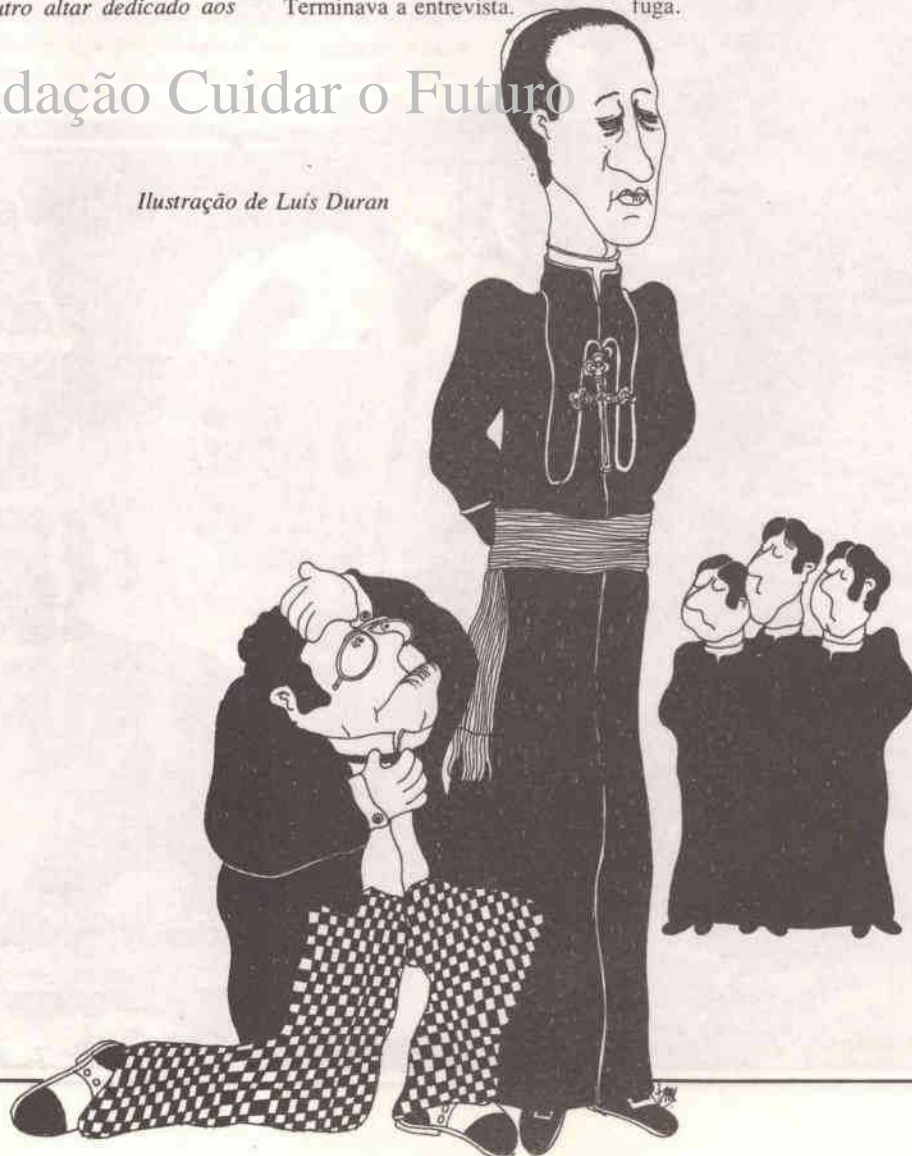
— Estão ganhas! As eleições estão ganhas!...

Foi uma festa.

Mas como, do fundo da rua, aparecessem três ou quatro operários, grosseiros e enormes, o Conde, Abelino e Basílio lançaram-se, rapidamente, em fuga.

## Fundação Cuidar o Futuro

Ilustração de Luis Duran



# a nossa opção

## teatro

### Tambores na noite Bertolt Brecht

Teatro do Bairro Alto  
21.45. Domingos, às 18 horas.

Em últimas. Não perder, por nada deste mundo. E do outro. Um Brecht afiado como uma navalha. Embora a navalha que ele foi tivesse, depois ficado ainda mais cortante. Excelente criação, nitidamente colectiva, de um grupo admirável. Vá. Vá. Vá.

### O director de ópera

Jean Anouilh  
Teatro Maria Matos  
21.30. Domingo, só às 16 horas.

Não há nenhum contencioso ora entre o Repertório e «Opção». Há é entre esta peça e este semanário. Porque é uma peça pretenciosa e politicamente ambígua. E não nos vai bem que uma companhia nova, com um subsídio relativamente substancial, a tenha escolhido. Ou foi um acidente ou é um teste projectivo.

A qualidade da interpretação não a discutimos. Esperemos é pela nova peça. Se for, veja com cuidado.

### Tudo no jardim

Edward Albee  
Teatro Municipal São Luiz  
21.30.

Peça mediana para a qualidade de Albee e realização aquém da esperança que a carreira de algum dos homens e das mulheres do TTT permite.

Quase mais «policia» que «social», «Tudo no jardim» poderia ter sido uma denúncia implacável. Fica, no entanto, no limiar do que tinha obrigação de ser.

Jacinto Ramos e Graça Lobo lutam por uma interpretação de qualidade. E sobrevivem.

Ir, sem dúvida. Mas.

### Isto é que me dói!

Paulo Pontes, Solnado,  
César de Oliveira  
Variedades. 21.30

Imediatamente divertidíssimo. O que se deve, sobretudo, a Raul Solnado. Embora a equipa tenha pelo menos, a qualidade de parecer que se diverte imenso com o que está a fazer, o que se nota, e se propaga.

Se não for muito exigente, ou se não quiser sê-lo, uma noite, vá ao Variedades. Mas, da próxima vez, veja se vai ao Brecht.

### O círculo de giz

#### caucasiano

#### Bertolt Brecht

De 3.<sup>a</sup> a 6.<sup>a</sup> feira, às 21.15. Sábado, também às 15.30. Domingo, só às 16 horas.

No momento em que a revolução portuguesa parece assentar no fundo de si própria, no momento em que se verifica que não houve, sequer, menção de continuar — embora aprofundando e sistematizando — o élan inicial de revolução cultural, no momento em que o teatro ganha barriga e se refugia num «boulevard» seguro e ligeiramente intelectualizado, esta peça tem a saúde da energia ideológica, o sabor da revolução.

## cinema

### 20 000 léguas submarinas

Richard Fleischer

EUA, 1954

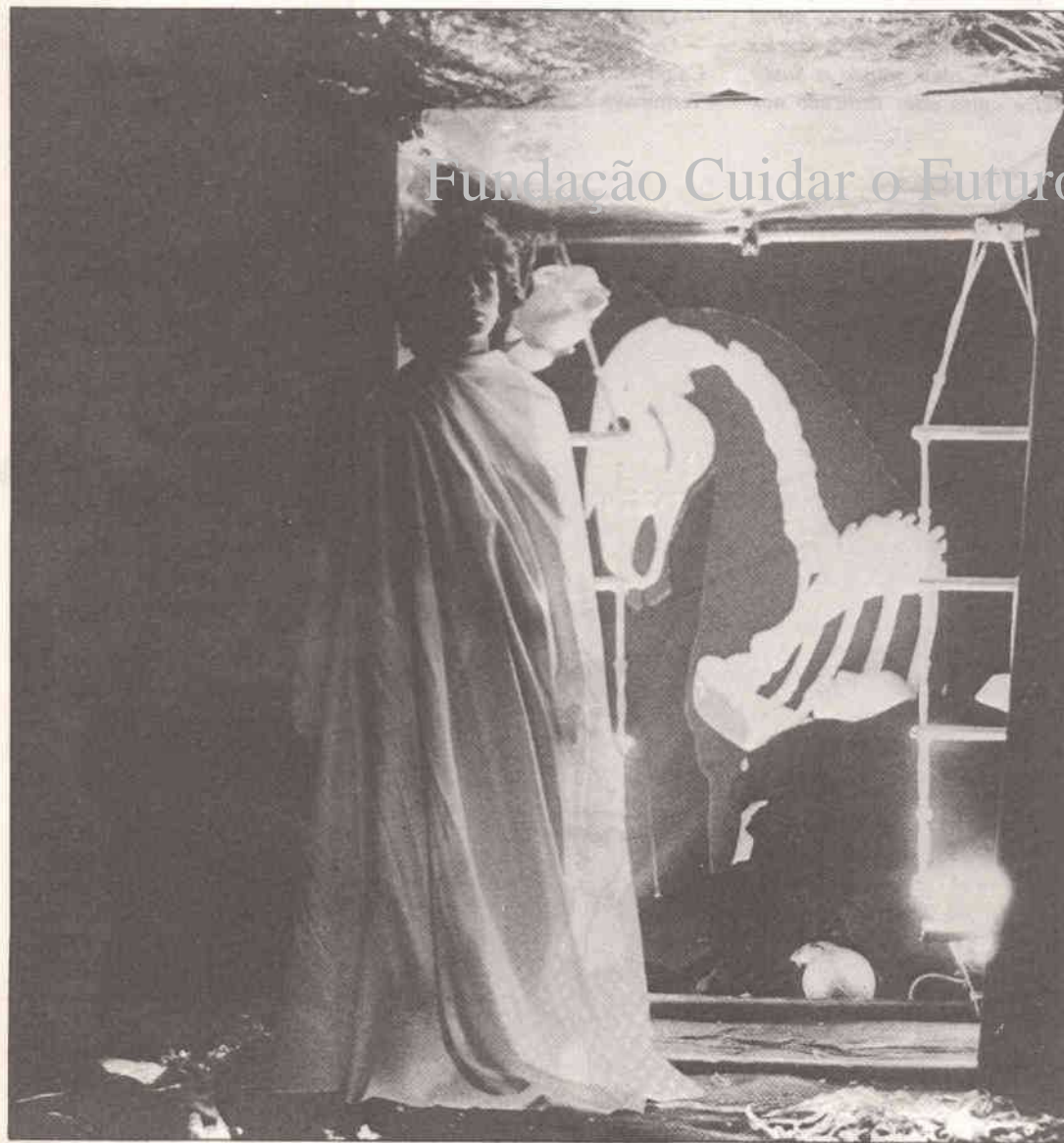
Com Kirk Douglas, James Mason e Peter Lorre

Tivoli

Das profundezas do oceano surge um filme grandioso.

Júlio Verne e o seu mundo encontram aqui uma adaptação à altura, da autoria de Richard Fleischer. Uma das melhores produções desse outro mundo do fantástico que são os Estúdios Walt Disney. Nemo é James Mason. Kirk Douglas, a aventura. Não perca este filme, nem se esqueça de levar os seus filhos.

A Comuna apresenta-se com um novo espectáculo: «O Muro». Ver crítica de Augusto Boal, na página 50.



## O império dos sentidos

Nagisa Oshima

Japão, 1975

Com Eiko Matsuda e Tatsuya Fuji  
Estúdio e Quarteto

Uma mulher, «hipersensual» assassina o amante, cortando-lhe depois o sexo que guarda nas mãos. Encontrada quatro dias depois nas ruas de Tóquio, o seu ar era de completa felicidade. Porque para os dois amantes, Sada e Kichi, a conquista vertiginosa do amor só poderia terminar com a morte.

Um filme de Nagisa Oshima, que apreciamos neste número de «Opção», na página 57.

## Chove em Santiago

Helvio Soto

França-Bulgária, 1975

Com Bibi Andersson, Annie Girardot, Riccardo Cucciola, Maurice Garriel e Jean-Louis Trintignant  
Nimas

Depois de quatro meses de locações esgotadas, «Chove em Santiago» é seguramente um grande êxito comercial, baseado no drama do povo chileno: o último dia do governo de Salvador Allende.

Este filme, «útil», de Helvio Soto tem tido, pelo menos, uma função didáctica entre nós.

## Perfume de mulher

Dino Risi

Itália, 1975

Com Vittorio Gassman, Agostina Belli e Alessandro Momo  
Apolo 70

«Profumo di Donna» é o retrato crítico e desencantado da solidão de um «don juanismo» mediterrânico, à beira do colapso.

Um filme de Dino Risi que representa o equilíbrio difícil entre a comédia de costumes e o estudo psicológico, entre o grotesco e o trágico.

Vittorio Gassman num festival de arte de bem representar. Aliás, com este filme foi galardoado com o Grande Prémio de Interpretação Masculina, no Festival de Cannes de 1976.



«O Império dos Sentidos»: a conquista vertiginosa do amor só podia terminar com a morte. Em exibição no Estúdio e Quarteto. Ver crítica na pág. 51

## A guerra acabou

Aim Resnais

França, 1966

Com Yves Mautand  
Quarteto

O problema da Resistência Espanhola ao franquismo, durante tantos e tantos anos. A clandestinidade e os seus riscos; o confronto entre duas gerações de revolucionários.

Além disso, este filme traça-nos o retrato de um homem de acção, levado a tomar decisões, a antecipar constantemente sobre o seu futuro imediato, para desarmar as armadilhas, para evitar erros, para dominar os nervos, controlar situações e também para ganhar tempo.

Um filme didáctico, a não perder.

## Noivos Sangrentos

Terrence Malick

U.S.A., 1973

Com Martin Sheen, Sissy Spacek, Warren Oates.  
Quarteto

Um filme que recupera o mito de James Dean, e que está inserido nesse contexto sócio-político da América dos anos 50. Uma vez mais, a abordagem do tema dos «amantes malditos», como é o caso de «Bonnie e Clyde».

Kit (Martin Sheen) é um jovem que obcecado pelo espírito James Dean. Holly (Sissy Spacek) é uma adolescente que vive com o complexo de culpa de ter sido, ao nascer, a causa da morte de sua mãe.

Como o pai dela, recusa a ligação, Kit mata-o, e lá vai mundo fora, com a sua conquista. Em pouco tempo, torna-se o responsável por sete cadáveres. Mas, no dia

em que a rapariga o abandona, deixa-se aprisionar sem resistência e morrerá na cadeira eléctrica.

Baseado numa história real, é mais uma achega para a compreensão de uma sociedade.

## O caso Domicini

Claude-Bernard Aubert

Com Jean Gabin  
Roma

Revive-se neste filme um caso real ocorrido em 1952, na Alta Provença, quando três turistas ingleses, campistas — pai, mãe e filha — foram incompreensível e barbaramente assassinados, sem que jamais fosse possível descobrir o verdadeiro criminoso.

Na altura, toda a imprensa deu especial relevo a este caso, que, aqui, serve de pretexto para um autêntico «festival Jean Gabin» — esse grande actor francês, falecido há pouco. Jean Gabin é, neste filme, o retrato fiel do camponês da França, que jamais sonhou com as luzes de Paris, e que defende ferozmente as suas propriedades, quer seja na Provença, na Bretanha ou na Normandia.

Em redor da história, o problema da justiça, que é preciso aplicar, mesmo quando não há provas convincentes.

### Vá ao Nimas

**Aos Sábados e Domingos às 11 horas  
ver filmes que as crianças adoram  
e os adultos não perdem**

ANTÓNIO DE SPÍNOLA

# AO SERVIÇO DE PORTUGAL

DA PRESIDÊNCIA  
AO EXÍLIO



UM DOCUMENTO PARA O JULGAMENTO DA REVOLUÇÃO DE ABRIL PERANTE A HISTÓRIA E O POVO PORTUGUÊS.

uma edição **ÁTICA / BERTRAND**

DISTRIBUIÇÃO  
EXCLUSIVA  
DA



LIVRARIA  
BERTRAND  
APART. 37—AMADORA

## a nossa opção

### Discos mais vendidos

#### Singles

1 (1) Sorrow	Mort Shuman
2 (-) Dancing Queen	Abba
3 (-) I love to love	Tina Charles
4 (3) Parafuso em Lisboa	Parafuso
5 (-) Patrick mon cheri	Kiki & Pearly

#### LPs

1 (1), 16 super êxitos	Vários artistas
2 (2) A love trilogy	Donna Summer
3 (3) Old loves die hard	Triunvirat
4 (-) The roaring silence	Manfred Mann's Earth Band
5 (4) Rock'n'roll music	The Beatles

*Esta semana, finalmente, o gosto do público parece ter-se virado para as «novidades», e aparecem entre os discos mais vendidos alguns dos lançamentos mais recentes, quebrando-se, finalmente a monotonia que tem caracterizado as últimas listas de vendas, principalmente no que diz respeito aos «singles». No que toca aos LP's, o que aqui se previa há duas semanas atrás parece confirmar-se: as velhas canções dos Beatles estão a obter mais sucesso do que as novas dos Rolling Stones. A ponto de estas já terem desaparecido desta lista, em benefício do extraordinário disco de Manfred Mann (de que já se falou na Opção n.º 29), e os dos Beatles ainda lá se manterem.*

## discos

### Fool to cry

The Rolling Stones

Rolling Stones Records

RS-19 121 (single)

Distribuição: Rádio Triunfo

Preço: 67\$50

Os Stones, há quem os proclame à beira do fim. O seu último LP dividiu os críticos, uns que sim, outros que não, outros ainda que talvez. Mas há um estilo de canções nos Stones a que só se pode dizer que sim. Desde que «Wild horses» apareceu em «Sticky Fingers» que as baladas deste grupo tomaram uma forma que nos obriga a ouvi-las, ouvi-las, ouvi-las... O pior é que nem sequer vêm umas tomar o lugar das outras: por aparecer uma nova, não deixa de se ouvir a anterior. «Fool to cry», tirada desse LP controverso que tem sido «Black and blue», é seguramente das melhores.

### Hans Petermandl

Grande Auditório Gulbenkian

O maestro Silva Pereira volta a fazer-se ouvir. As qualidades e a competência deste músico português asseguram o nível de todas as suas raras actuações. A orquestra Gulbenkian sob a sua direcção acompanhará o pianista Hans Petermandl nesse monumento que é o Concerto n.º 3 de Bartok. Ainda no programa «Dois retratos op 5» e «Metamorfoses» de R. Strauss.

Quinta-feira, dia 9 de Dezembro, às 18.30.

A sala está quase sempre esgotada. Mexa-se.

### No reason to cry

Eric Clapton

RSO 2394 172 (LP)

Distribuição: Phonogram

Preço: 223\$50

Eric Clapton dispensa apresentações. É um dos «guitar heroes» dos anos sessenta, nascido e criado no viveiro de guitarristas que foram os Yardbirds. No seu activo contam-se presenças no grupo de

# 2 MILHÕES DE DÓLARES

## EXPORTAR-UM IMPERATIVO NACIONAL

Mais de 600 autocarros "Caetano" circulam em Inglaterra.

100 autocarros "Caetano" circulam em França.

Há também autocarros "Caetano" na Suíça e na Dinamarca...

Agora, no Salão Automóvel de Earls Court (Londres),  
"Salvador Caetano" assinou um contrato  
de exportação de mais 112 autocarros para Inglaterra,  
de valor superior a 2 milhões de dólares.

Projecto, "design" e produção de técnicos portugueses.



# Salvador Caetano

Uma indústria portuguesa projectada na Europa.

# a nossa opção

«blues» de John Mayall, nos Cream, nos Blind Faith, nos Derek e The Dominoes, com «ajudas» a John Lennon, Delaney e Bonnie, Howling Wolf, etc. Um palmarés de respeito.

Desde que Eric Clapton começou a gravar em nome próprio, surgiu uma certa desilusão entre os seus mais ferozes admiradores. Cansado do vedetismo para que era empurrado contra sua vontade quando das suas participações nos outros grupos, Clapton decidiu estabelecer-se «por conta própria», ciente de que seria a única forma de poder agir à sua vontade. E assim passou e dedicou-se às coisas simples que nunca tinha podido fazer, rodeando-se dos colaboradores junto dos quais se sentia melhor. Depois de alguns discos a solo, parece que finalmente as pessoas já se habituaram ao novo estilo de Clapton.

Daí, que este seja, ou pareça ser, o melhor dos discos desta série, precisamente por estarmos mais preparados para o receber tal como ele é. De entre os colaboradores de Eric Clapton neste disco, alguns nomes vale a pena destacar: Bob Dylan, todos os músicos da Band, Ronnie Wood, Yvonne Elliman, Billy Preston, etc. Entre os números mais conseguidos estão os de «blues», evocativos dos seus tempos ao serviço de Mayall, como, por exemplo, o original de Otis Rush «Double trouble».



*Eric Clapton: uma certa desilusão, depois de começar a gravar em nome próprio*

Fundação Guidar o Futuro

## exposições

### Tomás Mateus

Galeria S. Francisco

Um pintor auto-didacta, engenheiro de profissão, que soube reflectir sobre as estruturas mais íntimas de um material (a madeira), projectando, sobretudo a partir daí, uma forma plástica abstracta mais ornamental do que questionadora. Mantendo sempre um certo modo de dividir e compreender o espaço, Tomás Mateus associou à sua experiência inicial mais dois temas: o tecido urbano e o ritmo do letrismo. A sua exposição de agora confirma o apuramento técnico en-

tretanto alcançado, embora se lhe possa apontar, como de resto já se verificara noutras ocasiões, largos sectores de séries estereotipadas.

### Pintura

Escola de Belas Artes de Lisboa

Exposição de pinturas de um grupo de alunos do 4.º ano do actual Curso de Artes Plásticas. Não se trata de uma exposição feita em termos de mercado: o que aquele grupo de alunos procurou estabelecer foi o ponto de uma experiência, reflectindo em conjunto, num outro espaço, sobre a possibilidade didáctica de relação de linguagens. De resto, e para quem esteja atento a estes problemas, talvez se possa dizer que é sempre didáctico

acompanhar os percursos da juventude.

### Marc de Vade

Galeria Quadrum

Marc de Vade, agora apresentado entre nós pela sempre activa Galeria Quadrum, é membro e principal animador do ex-grupo «Support-Surface» e redactor da revista «Peinture-Cahiers Theoriques». Notabilizou-se, através da sua pintura, como um dos polos da vanguarda europeia. Vanguarda efectivamente ou princípio de uma decadência, de um vazio cada vez mais difícil de superar? A controvérsia está aberta e nós, hoje, em Portugal, temos renovadas razões para fazer perguntas destas.

## livros

### No domínio da educação

Educamos em função de, mas nem sempre são claros os objectivos imediatos dessa acção.

Por outro lado, cometem-se no domínio da educação infantil, demasiados erros, alguns até fáceis de corrigir. Dois livros, dois chamamentos de atenção para pais e educadores, na colecção Psicologia e Pedagogia, da Moraes:

### Definir objectivos da educação

Viviane de Landsheere e Gilbert de Landsheere

# a nossa opção

Os erros da educação Infantil  
Alfonso Bernal Del Riesgo  
Moraes Editores

## Simón Bolívar — impetuoso e reflexivo

A personalidade fascinante de Simón Bolívar, o *Libertador*, homem de acção e de pensamento, condutor de exércitos e de povos, simultaneamente impetuoso e reflexivo, é o tema desta análise profunda e exaustiva, a análise de um sociólogo e escritor venezuelano que dedicou toda a sua vida à investigação e ao ensino, especialmente à investigação do tema bolivariano, «tema que perdura no espaço e no tempo».



J. L. Salcedo-Bastardo renuncia, muito justamente, à marcada preferência jurídico-político-militar característica da corrente tradicional dos estudos bolivarianos, para, com objectividade inteiramente científica, apoiada num conhecimento profundo e minucioso da

obra e da acção de Bolívar, nos dar um conhecimento social integral do *Libertador*, das suas ideias, do seu pensamento profético e intervenciente, da sua estatura moral e doutrinária.

É a restauração da integridade de uma vida e de uma obra, despindo-a de fantasias e desvios e buscando nas origens puras a autêntica interpretação, que Salcedo-Bastardo faz neste livro apaixonante pelo tema e pelo método.

Embora seja a 2.ª edição em língua portuguesa — e 12.ª da obra —, cremos que é a 1.ª vez que tão valioso documento é distribuído em Portugal.

O autor é um dos grandes nomes da cultura da América-Latina e o retratado, o grande Bolívar, é alguém que ficaremos a conhecer muito melhor depois de ler este óptimo livro.

Visão e revisão de Bolívar  
J. L. Salcedo-Bastardo  
Livraria Agir Editora — Brasil

## O Capitalismo e a Agricultura

Trabalho colectivo de uma equipa do Gabinete de Investigações Sociais, um importante documento sobre as modalidades de penetração do capitalismo na agricultura, nomeadamente em Portugal continental entre os anos 50 e 70.

As hipóteses teóricas avançadas neste trabalho, dizem-nos os autores, só poderão ser postos à prova «por um aturado trabalho de campo que permitirá ir respondendo às múltiplas perguntas que a diversidade e complexidade da situação agrária portuguesa exige que se formulem.»

Mas trata-se «de levantar um



certo número de questões cuja eventual pertinência determinará a fecundidade de um processo de investigação que este trabalho inicia».

Trabalho que é já um valioso contributo e um passo em frente na compreensão dos relevantes pro-

blemas da «questão agrária» em Portugal, e também um esclarecimento dos equívocos juízos sobre o chamado «erro de Marx» na definição da situação pré-capitalista e da classe proletária.

Modalidades de penetração do capitalismo na agricultura. Estruturas agrárias em Portugal Continental 1950-1970  
Eduardo de Freitas, Ferreira de Almeida e Villaverde Cabral  
Editorial Presença

## Fidalguices e libertinagens

Louvet de Couvray, escritor e político francês da Revolução, deputado aos Estados Gerais, é o autor desta obra curiosa mas frouxa e imensamente datada.

Trata-se de um romance erótico «decente», interessante pelo que revela da futilidade permissiva de uma classe decadente, a aristocra-

## ALEXANDRE SOLJENITSINE

# O CARVALHO E O BEZERRO

Uma análise histórica da literatura soviética feita por um dos mais controversos autores russos. Na senda de «Arquipélago de Gulag» Soljenitsine dissecou a sociedade soviética e analisa as repercussões da formação social na actividade literária.

Um livro polémico.

Colecção **dt**

DOCUMENTOS DE TODOS OS TEMPOS

uma edição



LIVRARIA BERTRAND

APARTADO 37 — AMADORA

MUITO EM BREVE O POVO CONHECERÁ

# A DESCOBERTA DE UMA CONSPIRAÇÃO

# a nossa opção

## Os dez mais vendidos na Livraria Apolo 70 (Rua D. Dinis, Lisboa)

OBRA	AUTOR	EDITOR	PREÇO
1 HISTÓRIA DE O	Banda desenhada de Guido Crépax	Sérgio Guimarães	220\$00
2 A REVOLUÇÃO PORTUGUESA — O PASSADO E O FUTURO	Álvaro Cunhal	Avante	100\$00
3 CONHEÇA KARL MARX	António Melo	Ed. Comunicação	100\$00
4 ESTE LIVRO QUE VOS DEIXO	António Aleixo	Edição da família do autor	70\$00
5 O LIMIAR DOS PÁSSAROS	Eugénio de Andrade	Inova	70\$00
6 VIAGEM INVOLUNTÁRIA À SIBÉRIA	Amalrik	Liv. do Brasil	120\$00
7 SARMENTO PIMENTEL OU UMA GERAÇÃO TRAÍDA	—	Aster	120\$00
8 O PROCESSO HISTÓRICO	Zamora	Ed. Renascença	150\$00
9 A OFENSIVA DO CAPITAL E A LUTA PELO SOCIALISMO	J. Cândido de Azevedo	Diabril	75\$00
10 OBRAS COMPLETAS DE CESÁRIO VERDE	Cesári Verde	Portugália	70\$00

Fundação Cuidar o Futuro



dade crítica e desmistificadora de um Sade, por exemplo. Mas, enfim, é de supor que não faltará ao escritor e político francês da Revolução, nesta obra, uma certa dose de ironia.

**O Fidalgo de Faublas**  
Amores de um libertino  
Louvet de Couvray  
Diabril

### Sermão político

A Diabril inicia a sua colecção de Páginas Exemplares, de formato reduzido e preço baratíssimo, com o agressivo e lucidíssimo *Sermão de Santo António aos Peixes*, do Padre António Vieira.



MUITO EM BREVE O POVO CONHECERÁ

**A DESCOBERTA DE UMA  
CONSPIRAÇÃO**

Aqui está uma atitude que nos permite esperar um bom percurso através de muitas páginas exemplares!

De facto, este sermão do grande estadista e orador português, para além do seu valor literário e satírico, manifesta uma «posição política» firme e extremamente «avanzada» para a época. Ultrapassando a querela entre a Companhia de Jesus e os Dominicanos, o sermão projecta o esquema da colonização do Brasil e cria toda uma «tipologia» de oportunistas, traidores, exploradores, etc., e dos explorados indefesos, tipos que sempre surgem nas grandes «epopeias coloniais». Um sermão muito actual.

**Sermão de Santo António aos Peixes**

Padre António Vieira

Páginas Exemplares — Diabril

## umbigo

### Tasca do Careca

Praça José Fontana

Substituindo as antigas tabernas, onde o copo de dois ou três era acompanhado do petisco — a patanisca de bacalhau, o polvo frito, o carapau —, começam a aparecer umas «tascas» modernas, com petiscos também, mas em vitrinas, com bancos ao balcão e cerveja à pressão.

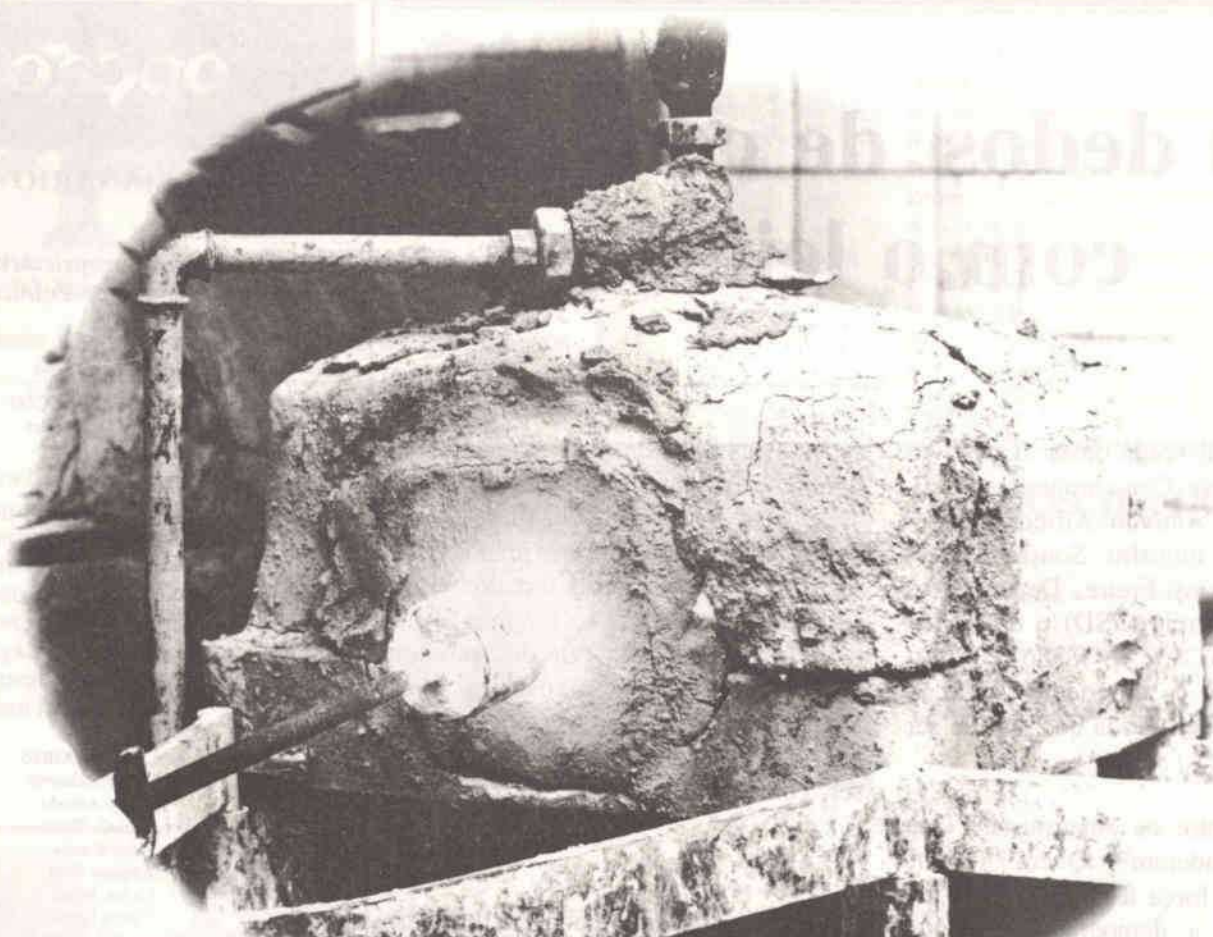
Falemos hoje da Tasca do Careca, ali junto à Praça José Fontana.

Sempre cheio, à hora do almoço ou do jantar, aí pode comer, sentado ao balcão, se tiver lugar, ou de pé, os tais petiscos — peixe frito, carne à alentejana com ameixas, choquinhos, ovos verdes, os mais diversos pasteis. Há também pequenas doses de acompanhamentos: arroz de grelos, salada russa, feijão frade.

Tem doces para a sobremesa, café (razoável) e aguardentes. Se não se entusiasmar, a refeição fica-lhe mais barata do que num restaurante normal. Mas não se entusiasme, petiscando isto e aquilo, se não a conta chega-lhe facilmente aos cem escudos.

Entretanto, se a Tasca do Careca estiver mesmo cheia, desça à cave, onde há um restaurante à lista, com preços razoáveis e bom ambiente.





Fundação Cuidar o Futuro

# inovar para poupar!

Poupar energia é um imperativo nacional. Pô-lo em prática na sua Empresa, é, além disso, um imperativo racional. Se quer continuar na vanguarda do progresso procure e estude também novos processos de fabrico que necessitem de menores quantidades de energia (térmica ou eléctrica). Substitua o fabrico de produtos em que o consumo de energia seja predominante. Ou por outros que desempenhem a mesma

função e gastem, no seu fabrico menores quantidades. Ponha

a sua iniciativa e a sua imaginação criadora ao serviço de um Portugal mais próspero. Poupe energia. É no dia a dia que se relança a economia.

**OS TÉCNICOS DA Direcção Geral de Combustíveis estão à sua disposição. CONSULTE-NOS. PODE OBTER SUBSÍDIOS PARA MELHORAR RENDIMENTOS NA SUA FÁBRICA.**

**Portugal  
não pode gastar tanto**



**POUPE COMBUSTÍVEL**

# Dois dedos de conversa com o leitor

O tema de capa desta «Opção» é o Plano. Capa propriamente dita de António Alfredo. Entrevista com o ministro Sousa Gomes. Coluna de Remy Freire. Depoimentos de Ângelo Correia (PSD) e de Carlos Roballo (CDS). Etc. O Plano é um aspecto concreto e importante da acção do governo de esquerda que tem de ser do governo PS.

Documento: os Anarquistas. Que defenderam? Quem foram? Que força têm ainda? Um fenómeno que a democracia ocidental bem comportada tem tendências, herdada de um século XIX muito senhor do seu nariz, para desprezar e para compreender mal. E, no entanto, o Anarquismo foi muito mais do que uma bomba lançada num teatro, numa câmara de deputados ou numa carruagem de tirano. E é, em Portugal, um pouco mais do que esses golpes de génio verbal, essas frases que, nas paredes de algumas das nossas cidades, levam, como assinatura, um A dentro de um círculo.

Os colunistas de «Opção» estão aí e têm muito que contar. Eduardo Lourenço solta um brado de indignação lucidíssimo contra a inversão de valores que esta revolução está produzir. Eduardo Prado Coelho pergunta-se sobre o socialismo português. Eduardo Luís Cortesão põe o dedo numa ferida: aquilo que chama, com extremo sabor, e percuciência, narcisismo «partidário».

Feridos. Este mês, dois deles (dia 1 e dia 8) calham à 4.<sup>a</sup> feira. O que significa que, estando fechada a nossa impressora, «Opção» não poderá

sair, nesses dias, da rotativa, para estar à venda, em todo o País, na 5.<sup>a</sup> feira de manhã. Resultado, decidimos colocar «Opção» à venda nas manhãs das duas 4.<sup>as</sup> feiras que são feriados. Para evitarmos aparecer só na 6.<sup>a</sup> feira. Esse motivo pelo qual esta «Opção» saiu um dia mais cedo do que o costume. Mas, atenção!, trata-se de casos excepcionais. O nosso dia de saída continuará a ser, como habitualmente, às 5.<sup>as</sup>.

Capas. Já seguiram largas dezenas. Garante o nosso secretário-geral, que nos diz que, dentro de muito poucos dias, estão todas nas mãos de quem as pediu. Claro que, como estamos a receber encomendas todos os dias, supomos que quem só se decidiu nesta última semana não espere recebê-las já-já-já. Mas será coisa de pouco tempo, porque o esquema está montado, e os trabalhos seguem em bom ritmo e com o prazer que, francamente, nos dá a amizade e a confiança daqueles dos nossos leitores que nos querem pôr na sua estante.

Já sabem que, em 1976, são 2 capas, para 18 «Opções» cada. Cada capa custa 140\$00, porte incluído, e que os pedidos são feitos para a nossa sede (ver nome e morada no genérico ao lado, por favor), com o envio do respectivo cheque ou vale de correio. As capas levam dentro 18 fios de nylon nos quais se colocam, com toda a facilidade, as revistas. E têm, na lombada, a vermelho, o logotipo «Opção», e, a negro, o ano e os números a que se referem.

Bem, agora, é mudar de página, porque esta «Opção» vem cheinha de temas de interesse.

## opção

SEMANÁRIO

Empresa proprietária:  
Frente — Sociedade de Publicações, Ld.<sup>a</sup>

DIRECTOR:

Artur Portela Filho

CHEFE DE REDACÇÃO:

José Manuel Teixeira

REDACÇÃO:

Armando Passos  
Maria Guiomar Lima

COLUNISTAS

António Lopes Cardoso  
António Reis  
Eduardo Lourenço  
Eduardo Luís Cortesão  
João Cravinho  
Luiz Jardim  
Rémy Freire  
Sena da Silva

COLABORADORES

Alfredo Nascimento  
António Alfredo  
Artur G. Tomé  
Artur Ramos  
Augusto Boal  
Carlos Arinto  
Carlos Ferrião  
Carlos Veiga Pereira  
Fernanda França  
J. Filipe Barbosa  
João Soares  
José Saraiva  
Lauro António  
Luís Duran  
Macaísta Malheiros  
Manuel Sérgio  
Margarida Schiappa  
Maria José Nobre  
Pereira Pinto  
Rocha de Sousa  
Trigo de Sousa

GERÊNCIA

Artur Portela, Filho  
Francisco Agarez  
José Manuel Teixeira

SECRETÁRIO GERAL

Francisco Agarez

SERVIÇOS DE PUBLICIDADE

Carlos Grade

REDACÇÃO E GERÊNCIA

Rua Joaquim Bonifácio, 21, 4.<sup>o</sup>-Dt.<sup>o</sup> — Lisboa-I  
Telefones: 55 42 63-55 62 71-55 55 97

COMPOSIÇÃO E IMPRESSÃO

Lisgráfica  
Impressão e Artes Gráficas, SARL  
Casal de Santa Leopoldina  
Queluz de Baixo

DISTRIBUIÇÃO

Dijournal

Distribuidora de Livros e Periódicos, Lda.  
Rua Joaquim António de Aguiar, 66, 7.<sup>o</sup>-Dto.  
Telefs. 65 73 50 - 65 74 50 - 65 78 70

Lisboa

Tiragem média

Em Novembro: 21 500

Tiragem deste número: 22 880

# opção

ANO I/N.º 32/2 A 8 DE DEZEMBRO DE 1976/20\$00

Director: Artur Portela Filho

Propriedade da Frente — Sociedade de Publicações, Lda.

Ao princípio, eram os advogados. Depois, os engenheiros. Já no fim do marcellismo, começaram a ser os economistas. Que classe é esta? Como resiste ela à revolução? Quais são os seus problemas? Maria Guiomar Lima foi saber e diz. Pág. 37



A Universidade mexe, outra vez. «Opção» analisa o balanço das forças e a sua vinculação partidária. Será que Cardia-tac! — vai vencer? Jorge Lopes investigou e diz. Pág. 30.



O Plano. Que é? Que quer? Em que medida mudará a nossa vida? Que pensa a oposição? Entrevista com Sousa Gomes, coluna de Rémy Freire, depoimentos PSD e CDS. Seis páginas bem tiradas. Começa na 23.



O Anarquismo está morto ou é uma força? «Opção» diz o que foi esse movimento, o que queria e por que razão declarou guerra a uma certa ordem. É o «Documento» desta semana. Começa na pág. 55.

Luneta .....	1
Abranhos/O Conde e os Bispos .....	6
A Nossa Opção .....	8
Dois dedos de Conversa .....	16
Editorial/O ódio ao gonçalvismo .....	18
A política externa de Soares .....	20
Entrevista/O Plano, segundo Sousa Gomes ...	24
O Plano e o PSD .....	27
O Plano e o CDS .....	28
Crise na Universidade .....	30
Semana Opção .....	34
Cartas ao Director .....	61

## tempos modernos

Os Economistas, a nova classe .....	37
-------------------------------------	----

## colunistas

Rémy Freire .....	23
Eduardo Prado Coelho .....	29
Sena da Silva .....	33
Eduardo Luís Cortesão .....	40
Eduardo Lourenço .....	52

## mundo

Espanha/Democratização ou continuação? ....	41
França/Eleições parciais .....	44
Brasil/A vitória da oposição .....	46
Carne e Osso .....	48

## cultura

Malraux: Escritor e aventureiro .....	49
Teatro/«O Muro» .....	50
Cinema/«O Império dos Sentidos» .....	51
Televisão: Os papões dos outros .....	51
Discos/Paulo de Carvalho .....	54

## documento

O Anarquismo .....	55
--------------------	----

## vária

Palavras Cruzadas .....	62
-------------------------	----



## O ódio ao gonçalvismo

Será que, do 25 de Abril, queremos manter o número e mudar o mês? Será que queremos trocar o 25 de Abril pelo 25 de Novembro?

Isto porque a comemoração do 25 de Novembro teve laivos de procura ansiosa de fundamento moral e político do novo *estabelecimento* democrático. Isto porque o adversário é, cada vez mais, o gonçalvismo, e, cada vez menos, o salazarismo.

Odeia-se, activamente, Vasco Gonçalves. Refere-se, com a tranquilidade da retrospectiva histórica, Salazar.

Porquê?

E com que consequências?

### A revolução contra a revolução

Quem escreve estas linhas não pode, crê-se, ser suspeito de vinculação àquilo que se designa como gonçalvismo. Quem escreve estas linhas definiu, ao longo dos governos de Vasco Gonçalves, uma posição crítica de que alguns dos leitores terão, talvez, memória.

Embora as revoluções usem ser confusas e dramáticas, embora a confusão e o dramatismo gonçalvista tentassem, indubitavelmente, produzir uma revolução, o problema está em que não parecia ser o *socialismo democrático* o seu objectivo e também em que a sua confusão e o seu dramatismo eram coniventes a uma intervenção brutal da direita.

Não é, pois, a defesa do gonçalvismo que nos interessa aqui fazer. O que nos interessa aqui fazer é a análise do ódio ao gonçalvismo. E os riscos desse ódio.

Que são grandes.

Porque esta revolução fez-se, sobretudo, contra algo de estrito e sociologicamente determinado, que é o fascismo salazarista. Uma revolução *são* as suas ideias mas também é os seus adversários. Se os seus adversários mudam, e substancialmente, a revolução muda de substância.

Sobretudo se os novos adversários foram *também* adversários do adversário da véspera, sobretudo de uma véspera que demorou meio século.

O que se passa é que, deslocando-se a linha de pontaria dialéctica, altera-se a dialéctica. E é que, fundamentando-se uma revolução na oposição a si própria, a uma fase de si própria, ela perde a sua raiz e o seu norte.

Injustifica-se.

### «A maioria anti-gonçalvista»

De resto, o ódio ao gonçalvismo não é uma invenção democrática. É uma invenção reaccionária. Não foram os democratas que começaram por odiar o gonçalvismo. Foram os reaccionários. Concedamos que eles tinham *razão*. A razão deles. Isto é, o gonçalvismo era, para eles, o maremoto da revolução. Nunca, como sob o gonçalvismo, a direita temeu tanto. Embora o gonçalvismo tenha feito, rapidamente outros adversários que não a direita.

Vamos admitir que o anti-gonçalvismo não é todo igual mas temos, também, de admitir, que, automaticamente, insensivelmente, involuntariamente, tende a perder as *nuances*.

É o que esse rapaz, Diogo Freitas do Amaral, chamaria de *maioria anti-gonçalvista*.

O anti-gonçalvismo pode ser uma armadilha política e moral. Lançada, pela direita, a esta revolução.



As comemorações do 25 de Novembro são a prova de que esta revolução começa a cair na armadilha.

### O complexo de Eanes

Somos dos que continuamos a crer em alguns dos homens que fizeram o 25 de Novembro, ou estiveram com ele. Sem dúvida que Ramalho Eanes não fez o 25 de Novembro contra o 25 de Abril. Sem dúvida que Melo Antunes e os seus amigos não deram cobertura moral ao 25 de Novembro contra o 25 de Abril. Nem contra o 25 de Abril nem contra a criação de um socialismo em liberdade.

Parece-nos é que, se o 25 de Novembro foi estes homens, foi, também, na execução, e, sobretudo, no aproveitamento, muitos outros homens, e de outra cepa ideológica. E não apenas essa coisa dividida, e romântica, que são os homens mas, também, essa outra coisa, maciça e aprofundada, a sua raiz de classe, o seu interesse, a sua maldição.

O 25 de Novembro não era, como acabou por ser, apenas o estancar da degradação psico-sociológica da revolução. Era uma nova proposta, também ela revolucionária, e coerente com a esperança e a vontade do 25 de Abril.

Ergueu-se, sobre o 25 de Novembro, a estrutura de uma nova ordem, mas perdeu-se a sua inspiração política e moral.

O 25 de Novembro assume, assim, a função de uma recusa, quando tinha vocação para alternativa.

Compreende-se que Ramalho Eanes, homem do 25 de Novembro, e, em certo sentido, Presidente do Portugal que saiu do 25 de Novembro, tenha necessidade política moral, psicológica, de promover o 25 de Novembro.

Tem-na porque o 25 de Novembro foi, em boa parte, ele. Tem-na porque é no 25 de Novembro que radica a sua candidatura. Tem-na porque o 25 de Novembro foi, também, uma cirurgia na psicologia e no comportamento militares, e essa cirurgia quer ele mantê-la viva como exemplo para a transformação do Exército, que é, aliás, a sua vocação essencial.

Mas lamenta-se que Ramalho Eanes não veja um pouco

mais longe, e mais fundo. Que não compreenda que não pode radicar-se numa data afinal menor, numa data afinal ideologicamente esvaziada, numa data compartilhada pela direita. Que não compreenda que a sua legitimidade, para além daquela que, incontestavelmente, recebeu através do sufrágio, vem de trás, de antes, de mais longe.

Lamenta-se que Ramalho Eanes não compreenda que a maioria presidencial de que fala o sr. Diogo Freitas do Amaral é a maioria do 25 de Novembro, um 25 de Novembro que deixou, para trás, a sua inspiração, o seu motivo, a sua justificação.

### A última oportunidade

Pela nossa parte, o ódio ao gonçalvismo é, neste momento, uma vacuidade de esquerda e uma habilidade da direita.

Por um lado, porque o ódio é um sentimento de direita e não de esquerda. A esquerda compreende, a esquerda não odeia. Poderá lutar mas nunca só com o ódio.

Por outro lado, converter o 25 de Novembro no triunfo do ódio ao gonçalvismo é reduzir moralmente e ideologicamente a bem pouco aqueles dos homens de esquerda que dele saíram aparentemente vencedores.

Por outro lado, é esvaziar ideologicamente, pelo mero ódio e pela mera recusa, um projecto socialista democrático que só poderá ser afirmativo e fecundo.

Por outro lado, ainda, é deixar que se estabeleça, publicamente, e funcionalmente, uma convergência entre algumas forças de esquerda e as forças de direita que só traz desvantagem para a esquerda e vantagem para a direita.

Importaria compreender e criticar o gonçalvismo mas importa muito mais superar esse complexo e produzir uma alternativa de esquerda, não apenas de forma mas de fundo, para o gonçalvismo.

Essa alternativa era para ser o socialismo democrático.

Isto é, a última oportunidade desta revolução.

Artur Portela Filho



Fundação Cuidar o Futuro

Em 1863, o **Vat 69** era já o melhor.  
Hoje continua a ser o preferido por aqueles  
que sabem escolher um bom **Scotch**.

Faça dele a sua escolha em 1976!



**VAT 69**

**FINEST SCOTCH WHISKY**

**PRODUZIDO E ENGARRAFADO NA ESCÓCIA**

# Que política externa Andrés Perez, Suarez, Internacional Socialista



*Andrés Perez: uma viagem-relâmpago.*

*Suarez: a Espanha conosco...*

O governo PS começou, finalmente, a fazer política externa. Tardava. E estranhava-se, dado que o governo PS trazia consigo um passado internacionalmente bem relacionado, sobretudo a nível europeu.

«A Europa conosco» foi uma frase eleitoralista, é verdade, mas projectava um «background» real. Aparentemente, o sr. Medeiros Ferreira quer agora alargar o âmbito dessa frase, e promovê-la de «A Europa conosco» a «O Mundo conosco». É o que se pode tirar, não apenas do livro do sr. Medeiros Ferreira sobre a

política externa, de que é o mais directo responsável, mas também dos últimos e dos próximos acontecimentos neste plano.

A visita do presidente da Venezuela, Carlos Andrés Perez, a viagem-relâmpago de Suarez a Lisboa, a vice-presidência atribuída a Soares pela Internacional Socialista, as já confirmadas deslocações do primeiro-ministro português a Espanha e ao Brasil, são elementos significativos de uma política que não se imobiliza e que procura o seu caminho. Isto embora se adiante que, por muito impetuosa que seja a vocação in-

ternacionalista de Soares (aliás, longamente ministro dos Negócios Estrangeiros do 25 de Abril), a prioridade deste governo não deva ser a política externa.

Que política externa?

Há quem receie que o sr. Medeiros Ferreira alimenta uma ideia demasiado ambiciosa para as nossas possibilidades. Portugal seria todas estas coisas enormes: porta aberta da Europa para a América do Sul, ponte entre os países ricos e os países do Terceiro Mundo, corredor entre a Espanha suarista e a Europa, etc. Talvez seja de-

mais. Entretanto, e enquanto não se rasgam completamente estes horizontes políticos cinematográficos, o governo de Soares aproveita para pensar mais pequeno mas mais funcional: é o apoio à consolidação da democratização da Espanha, com uma aposta talvez com possibilidades de êxito na força crescente do PSOE, é a negociação de uma emigração selectiva mas importante de portugueses, sobretudo de refugiados, para a Venezuela, é o reforço dos laços com o Brasil, apesar da circunstância política daquele país.

Seja como for, e por muito saudavelmente autónomos que queiramos e devamos ser, o sr. Medeiros Ferreira não deixará de estar expectante quanto a um ponto: a definição do projecto da nova administração norte-americana. Dessa definição dependerá consideravelmente a política internacional de muitos dos países com quem tratamos.

## O Plano, finalmente

Sendo a frente económica a batalha mais urgente a travar por este governo, tendo sido, até agora, discreta, também neste domínio, a sua acção, a apresentação do Plano constitui um momento importante e altamente revelador.

Peça de considerável solidez, revelando a competência técnica da equipa de Sousa Gomes, poderá dizer-se, como já diz a oposição, que é apenas um papel (aliás muitos papéis, dada a sua extensão) e que o que importa agora é ver se há possibilidade de que se cumpra. Esta crítica é uma homenagem involuntária do Plano. Claro que todos os Planos são papéis e claro que importa que se cumpram, mas se essa é a principal crítica que a oposição — dita tão rica de economistas — faz a este Plano, temos de admitir que ele se comporta muito bem. Outra interrogação a produzir perante este documento, e essa talvez mais consistente e mais grave, é se ele projectará uma política socialista ou se, tecnicamente, bem executado que esteja, poderia ter sido produzido por exemplo por uma equipa social-democrata. Nesse sentido, chamamos a atenção dos nossos leitores para a entrevista que nos foi concedida por Sousa Gomes e que publicamos mais à frente.

## Eanes judiciário

Mas se a política externa deste governo se porta bem e se a política económica deste governo começa a existir, há quem receie que isso não chega ou que vem tarde.

Supõe-se em alguns sectores ser cada vez maior e cada vez mais impaciente a intervenção do Presidente da República que, manifestando-se disposto «a usar todos os seus poderes» «explícitos» e «implícitos», continua a visitar trabalhos serviços para os quais reclama, desde há algum tempo, maior atenção. Assim foi a sua deslocação ao Mondego, seguido por António Barreto, assim foi a sua visita à Polícia Judiciária, tendo ao lado um Almeida Santos que já vem dizendo há demasiado tempo estar a reestruturação daquele organismo «praticamente pronta». Coisa que repetiu, agora.

Aquilo que alguns definem como a «impaciência» do Presidente da República poderia mesmo levá-lo a repor o problema do governo minoritário. Naturalmente, o PSD estaria muito enterrado numa coligação, na qual não deixaria de participar, fazendo avançar para os quadros superiores do Estado, aquilo que diz ser a competência social-democrata.

## A greve académica

Aumenta a temperatura no ministério quente que teria de ser — com ou sem Cardia — o ministério da Educação e Investigação Científica. Não estando a ser um êxito a greve lançada contra o decreto de gestão e não parecendo que tenha consequências o aceso debate que opôs o PCP ao PS, não parece que Sottomayor Cardia vá ceder e não se crê que os seus adversários sistemáticos tenham encontrado, neste ponto, uma zona particularmente segura para a sua estratégia.

Entretanto, Cardia, parecendo superar uma fase «torre de marfim», além de ter travado uma

curta batalha parlamentar com Vital Moreira, foi a Espinho ao II Encontro Nacional de Educação e Socialismo, no qual exibiu a segurança e a ironia que tanto traz irritados os seus adversários.

Disse o controverso mas sem dúvida activo ministro:

«Não são as contestações em fase descendente que me preocupam, mas sim a crise económica e o ancestralmente baixo nível cultural dos portugueses.»

Há quem não esteja tão certo de que as contestações entraram numa fase descendente. E há mesmo quem creia que este ministro poderia ter definido a sua força e defendido aquilo que entende ser a justiça da sua linha de uma forma mais democraticamente dialogante. Por muito partidariamente cozinhados que sejam alguns aspectos do que Cardia define como contestação, há, nas actuais movimentações estudantis razões e interrogações legítimas que um socialista como ele é talvez tivesse vantagem em atender. Não necessariamente para ceder mas para dialogar, explicar, persuadir.

*Eanes: não apenas «explícito»,  
mas o «implícito»...*





# O Plano inclinado



Nas economias de mercado o plano como instrumento de intervenção governamental na economia tem sido ensaiado a vários níveis sectoriais e geográficos e com diferentes graus de obrigatoriedade. Porém a justificação da sua utilização numa economia em regimen capitalista e a avaliação dos resultados conseguidos são questões que continuam objecto de acalorado debate por razões tanto de ordem teórica como prática.

Os países capitalistas que se desenvolveram mais rápida e consistentemente no pós-guerra, dos quais são a Alemanha Federal e o Japão os principais exemplos, nunca mostraram interesse na preparação de planos económicos nacionais. Outros países desenvolvidos do sistema utilizaram, por vezes, planos globais mas a título meramente indicativo. Somente os países de economia de mercado com maiores dificuldades e menor desenvolvimento económico, como tem sido o caso da maior parte dos países do Terceiro Mundo, tentaram utilizar, com frequência, os planos globais de desenvolvimento a fim de minorar os seus problemas. Os resultados têm sido quase invariavelmente desafortunados como está à vista, especialmente, na América Latina que nos é tão cara.

Parece poder concluir-se daí que o plano não provou ser, até agora, a forma de eliminar o que se designa pelas contradições do sistema capitalista que, na prática, se têm manifestado por insuficiente desenvolvimento económico ou por situações de crise recorrentes e de intensidade crescente, como nos países mais desenvolvidos, ou por ambos os fenómenos.

No entanto o problema no nosso país coloca-se de forma distinta, embora ele se encontre inserido no grupo de países de economia de mercado. Com efeito, o Título III da Parte II da nossa Constituição é totalmente dedicado aos planos nacionais de curto, médio e longo prazo, que são definidos de forma universal e ambiciosa, constituindo um imperativo para o sector público e um condicionante cominatório para os restantes. Aliás não poderia ser de outra forma, dada a intenção expressa na mesma Constituição de se caminhar para o socialismo no qual a planificação central é não só imperativa mas faz parte da própria essência do sistema.

O I Governo Constitucional julgou assim encontrar-se perante a obrigatoriedade de apresentar imediatamente os planos referidos na Constituição e a única questão que se pode pôr agora é a de saber se existem realmente os meios necessários para a imediata formulação e aplicação de tais planos e se, neste fase inicial da vida constitucional, eles devem ser considerados como o simples cumprimento ritual do requerido pelo nosso Estatuto Fundamental ou se podem ser encarados desde já como instrumentos válidos de estímulo e coordenação da economia.

Como é sabido, os dados estatísticos disponíveis no nosso país têm sido invariavelmente reconhecidos como insuficientes para a realização das análises mais comezinhas sobre a economia portuguesa,

tanto pelos especialistas nacionais como por aqueles que nos têm visitado. Assim, está fora de qualquer dúvida o facto de que Portugal carece ainda, e quase totalmente, dos elementos de informação sobre a realidade económica nacional necessários à formulação e aplicação dum plano económico global com um mínimo de credibilidade técnica.

Não significa isso que não se justifique a apresentação do Primeiro Plano Económico Anual neste momento, ou que o exercício seja inútil. Na realidade a construção do socialismo na nossa Terra tem de começar necessariamente por tarefas surdas como esta, que requerem muita determinação, engenho e coragem da parte daqueles que as executam. Por isso os nossos especialistas de planeamento são dignos de encómio pelo documento que produziram nas condições em que o fizeram.

O que seria trágico seria tomar a nuvem por Juno e passar agora a uma discussão aprofundada do documento apresentado à Assembleia, para daqui a dois ou três meses se verificar que, como é provável, as suas previsões estejam largamente ultrapassadas. Não se trata só da possível modificação dos preços internacionais do petróleo, como foi correctamente observado pelos próprios autores do Plano, mas também de uma verdadeira constelação de factores que seria inadequado enumerar aqui.

O grande problema deste I Plano Anual é que ele está, por assim dizer, inclinado para um excessivo optimismo que não encontra justificação nas suas próprias cifras ou no quadro sombrio que actualmente apresentam as conjunturas nacional e internacional. Além disso, mesmo com a melhor das boas vontades não é possível conceber como, e em tão pouco tempo, se poderão oferecer contribuições significativas para conciliar os grandes objectivos inscritos na política do Governo, que vão da satisfação das necessidades mais elementares ao relançamento da economia e à redução do desemprego, dos múltiplos e astronómicos défices, da inflação e das várias desigualdades que continuam a caracterizar o nosso país.

Se, como foi esclarecido, o Plano está baseado num modelo econométrico consistente da nossa economia, então a explicação mais plausível da situação, face à natureza claramente inconciliável no prazo inquerido dos vários objectivos prosseguidos, é que esse modelo não constitui uma imagem fidedigna da realidade económica nacional. Mas, mesmo se assim fôr, como parece provável, este primeiro Plano Anual terá tido já o mérito, considerável, de nos garantir que o próximo poderá ser já um instrumento mais eficiente para a ordenação da economia do nosso país. Desde que este processo de aproximações sucessivas não seja viciado por miragens intempestivas ou demagógicas de realizações impossíveis ele é, tanto do ponto de vista técnico como científico, o caminho correcto para a implantação final do socialismo no nosso país.



## «Melhores condições para uma retoma de confiança do sector privado»

O ministro Sousa Gomes fala do «seu» Plano à «Opção»

Fundação Cuidar o Futuro

— Até que ponto o Plano projecta uma ideologia socialista ou aponta para um estágio de democracia avançada, à semelhança dos países europeus ocidentais?

— O Plano constitui instrumento privilegiado da política do Governo no domínio económico e social. É nesse aspecto, que veicula a intenção do Programa de Governo que é um programa do PS e deseja, efectivamente, construir em Portugal uma sociedade mais justa e mais igualitária. Mas essa sociedade e esse projecto socialista não estão vinculados a nenhuma materialização histórica conhecida. Pelo menos, rejeitam à partida um certo número de experiências concretas que se rotulam de socialistas...

O nosso projecto socialista é o de um socialismo construído em liberdade e democracia — o que implica que seja o próprio povo português a ir expressando, de forma democrática, o seu acordo e a sua adesão a esse projecto e à sua construção. A materialização histórica do projecto socialista do governo PS é, pois, uma aposta num projecto democrático e, porventura, será, de facto, o de uma democracia avançada.

### Conjunto de medidas ou modelo económico com coerência interna?

— Em que medida os principais objectivos do Plano incidem concretamente com os alvos fixados pelo Programa de Governo?

— Há efectivamente um certo número de objectivos fixados no Programa de Governo com

os quais gostaríamos se compatibilizassem as preocupações e objectivos imediatos do Plano. Isso parece um pouco ambicioso... Tem-se dito efectivamente que o Governo apresenta um rol de medidas que são mais intenções do que objectivos concretizáveis a curto prazo...

— E não será, de facto, assim? Em que medida esses objectivos são atingíveis através das acções previstas no Plano para 1977?

— Quando se afirma uma intenção de melhoria do nível de satisfação das necessidades sociais da população, nos diversos sectores enunciados, encontramos-lhe tradução concreta ao nível dos investimentos que o Plano consagra para cada um deles.

Quando se fala na absorção progressiva do desemprego, tenta-se dar-lhe resposta concreta por duas formas: por um lado, acelerando e consolidando o relançamento da actividade económica, nomeadamente no sector privado — e para isso estão explicitada no Plano uma série de medidas concretas de apoio financeiro e de outro tipo; e, por outro lado, através dos investimentos a promover pelo próprio sector público, quer empresarial, quer do Estado — que se cifram em cerca de 66 milhões de contos, destinados ao investimento produtivo em 1977. Isto, pensamos, corresponde à capacidade máxima financeira do Estado, para não provocar outros problemas, nomeadamente na balança de pagamentos.

Quando se fala ainda da contenção da dependência económica externa, o plano visa também um certo número de medidas que pretendem inverter a situação, que estamos a viver, de

resolução do aumento da procura verificada, designadamente em bens de consumo corrente, exclusivamente através das importações. Temos já uma situação estrutural de grande dependência exterior, nomeadamente no domínio da energia e dos bens alimentares. Mas, se nos parece difícil fazer alterações de fundo, a curto prazo, no domínio da energia, cremos que, no domínio dos bens alimentares, dos bens de equipamento e em outros sectores, é possível melhorar sensivelmente a curto prazo esta situação de dependência externa.

Quanto ao conjunto de objectivos constituídos pela redução do défice orçamental, o controle da inflação e a correcção das desigualdades, ele é tratado de diversas maneiras, mas tem uma coerência global, não só entre si, como com os outros aspectos já referidos.

Há quem acuse as medidas apresentadas no Plano de não constituírem, mais uma vez, um conjunto de medidas, faltando-lhes coerência global. Isso não é verdade. Ao contrário, pela primeira vez, se apresenta um modelo macro-económico global; pela primeira vez, foram estudados os efeitos alternativos de diversos tipos de política nestes sectores; quais os efeitos de um maior ou menor défice do orçamento e de um maior ou menor volume de investimentos, bem como ainda, a aceitação de um maior ou menor nível de inflação.

Deste estudo decorre que desejamos, por um lado, controlar a inflação, de modo a que não absorva todas as situações de acréscimo anual nas reivindicações salariais e, por outro, preten-



Fundação Cuidar o Futuro  
*Os investimentos do sector público têm efeitos de arrastamento...*

demos que o défice orçamental seja levado ao ponto necessário de equilíbrio, sem o que, a médio prazo, este país ficaria em situação de bancarrota.

### **A parte do cidadão-comum: cabaz de preços e o mais que se lerá...**

— Referiu-se à absorção do desemprego... Quantos postos de trabalho serão criados através investimentos no sector público?

— Antes de responder, gostaria de referir que, justamente, o conjunto de medidas, que acabo de mencionar, são uma primeira aproximação. Mas é evidentemente necessário estabelecer um plano a médio prazo, dentro do qual estarão definidas, então sim, de forma mais profunda e extensa, as estratégias de actuação no domínio do Plano.

Uma das estratégias fundamentais, que não pode ser definida com correcção senão em termos de médio prazo, é precisamente a do emprego. Referir em números concretos os postos de trabalho criados em 1977 não corresponde, pois, senão a uma primeira aproximação, enquadramento, que terá de ser feito em Maio do ano que vem, quando o Plano a médio prazo estiver estabelecido.

No actual Plano, o que se contempla é uma

série de acções de investimento e de melhoria da situação das empresas, permitindo a absorção de parte do desemprego existente. Pensamos que, no sector da construção civil, será possível dar ocupação plena à mão-de-obra existente e absorver ainda uma parte do pessoal que, neste momento, não tem emprego. Noutras áreas, nomeadamente na agricultura e na indústria ligeira, registar-se-á também certo benefício imediato de novos empregos.

O lançamento de outros investimentos criará postos permanentes só a médio prazo, mas, no entanto, permitirá que, designadamente nas indústrias transformadoras existentes, em especial a metalomecânica, se dê ocupação mais consistente ao volume de empregados existente.

Há, uma análise, apresentada com certo detalhe, para cada projecto, e que refere o número de empregos a criar. Todavia essa análise está ainda incompleta e dela não resultam números que possam ser evidenciados com grande relevo e como solução para o problema.

— O investimento no sector privado uma das grandes questões da nossa economia, já que este sector continuou durante 1976 em nítida retracção. Em que se baseia o Governo para julgar que tal situação se alterará significativamente?

— Estou convencido de que, em 1977, face ao conjunto de medidas que o sector público e o Governo tomarão, se criarão melhores condições

para uma retoma de confiança do sector privado. Se isso efectivamente suceder, como pensamos, o nosso optimismo terá ainda mais consistência. Mas, em qualquer caso, as nossas previsões baseiam-se efectivamente na convicção de que será, sobretudo, o sector público o promotor do maior volume de investimentos, «forçando» um pouco o arranque da retoma económica. De facto, os investimentos do sector público, feitos quer pela administração pública, quer no sector das empresas que hoje estão dentro do sector público, têm efeitos de arrastamento. Ao efectuarmos, como prevemos, um certo número de acções de investimento no domínio das indústrias transformadoras, no domínio da habitação e da satisfação de outros tipos de necessidades e de infra-estruturas básicas, vamos conseguir o arrastamento de muitas outras actividades subsidiárias, que funcionam para o fornecimento de equipamentos e de bens a esses sectores.

— Em que medida vai o Plano «mexer» na vida do cidadão comum? Que significa em termos de congelamento de salários e preços, em termos de agravamentos fiscais, das taxas de Previdência, etc.?

— Foi já decretado pelo Governo um aumento das taxas de Previdência, de 1% por parte dos trabalhadores e 2% por parte das entidades patronais. Na realidade, a Previdência registou um incremento sensível de encargos nos últimos anos, face aos novos benefícios introduzidos, para os quais não havia nem reservas matemáticas nem esquema financeiro adequado. Este pequeno aumento parece-nos o mínimo indispensável para obter a possibilidade de actuar a outros níveis e corrigir a estrutura financeira da Previdência, que apresenta um défice importante. Trata-se de tentar que esse défice não seja agravado para o ano.

Quanto aos impostos directos, eles sofreram um aumento, ainda durante o VI Governo provisório, e o governo PS declarou que tentaria não fazer alterações.

### **A dependência externa que nos põe em causa**

— ...Não é o caso relativamente ao imposto de transacção.

— Caso se venham a verificar situações de agravamento de outros factores, nomeadamente inflacionistas, que nos obriguem a actuar por essa via indirecta, o imposto de transacção, cuja taxa média é, neste momento, de cerca de 10%, sofrerá, segundo previsto, um aumento de dois pontos e passaria, então, a ser de 12%. Mas este agravamento não é ainda uma decisão tomada. É uma hipótese que, de facto, o projecto de lei contempla como uma possibilidade de actuação concedida ao Governo pela Assembleia da República.

— E relativamente a preços e salários?

— O Plano foi construído a partir do princípio de que seria possível manter um grau de inflação moderado. Nesse sentido, tentaremos definir um cabaz de compras, com os preços dos produtos-base, essenciais ao dia-a-dia das pessoas, estabilizados pelo período de um ano. É

evidente que a contra-partida disso será a necessidade de que, no conjunto da economia, não se verifiquem fenómenos de agravamento muito elevado de outros custos. De facto o Orçamento Geral do Estado, para essa política de contenção dos preços dos bens essenciais, reservou um montante de cinco milhões de contos. Tal quantia insere-se numa rubrica mais geral de subsídios que é preciso, dados os seus efeitos negativos, não ser muito agravada.

Como quadro de referência, pode considerar-se que, para tentar conter a inflação, é preciso também permitir que não se verifique um agravamento substancial nos encargos salariais. No ano de 1974/1975, houve agravamentos elevados que, para agora não serem destruídos, têm de ser complementados, durante um certo período, por aumentos salariais bastante mais moderados.

Pensa-se, portanto, pedir aos Sindicatos uma análise do problema em comum com o Governo, de forma a estabelecer uma plataforma para 1977 de aumentos contínuos nas reivindicações salariais.

### **Conselho Nacional de Rendimentos e Preços: fórmula social-democrática?**

— A construção do Plano baseada em parte no princípio da contenção da inflação desmoronar-se-á se, como já foi anunciado, se verificar um aumento do preço do petróleo?

— A possibilidade de manter a taxa de inflação ao nível dos 15% previstos pelo Plano está, neste momento, posta em causa pela informação que nos chega de que haverá um agravamento do preço do petróleo. Se isso se verificar — e depende também do agravamento que venha a ser feito pelos países produtores de petróleo — vamos tentar que a incidência seja a menor possível. Mas não temos margem, neste momento, para não agravar o preço dos combustíveis, se, na origem, eles forem também agravados. O que quer dizer que, se houver um agravamento do preço do petróleo da ordem dos 10%... teremos que repôr os problemas e estudar as incidências do facto.

— Por outro lado, está previsto um aumento do produto nacional bruto da ordem dos 5%. Contudo, os países com os quais Portugal tem mais estreitas relações (de dependência) não prevêem aumentos desse nível. Não será tal previsão demasiado optimista?

— De facto, é o caso. Neste momento, o relançamento da economia mundial não se verificou com a expressividade que a princípio se chegou a anunciar, o que teve já alguns reflexos em Portugal. Na realidade, prevíamos para este ano um aumento do PNB um pouco mais elevado do que se veio a verificar... Temos justamente uma grande dependência externa e, de certo modo, a situação internacional foi um dos factores que não permitiu que atingíssemos o volume de crescimento previsto.

Para 1977, talvez se possa efectivamente considerar, sob certos ângulos, a nossa previsão

optimista. Mas ela está relativamente bem fundamentada e vai depender, em todo o caso, de dois aspectos importantes: por um lado, é indispensável que o nível de realização dos investimentos programados no Plano se efective, ou seja, que se consiga materializar, na sua totalidade ou perto da totalidade, o volume dos investimentos previstos. E, em segundo lugar, é necessário que seja possível elevar o nível das nossas exportações, aumento que o Plano quantificou em cerca de 10%.

— Na conferência de imprensa de apresentação do Plano e do Orçamento Geral do Estado, o ministro das Finanças afirmou que a «condição fundamental» para a concessão do crédito externo é «podermos pagar as nossas dívidas no futuro»; para tanto, há que viver de acordo com as reais possibilidades do País, trabalhar muito e bem e criar riqueza e capacidade produtiva». O acordo dos sindicatos e a colaboração dos investidores são condição para a concretização e bom êxito do Plano?

— São, efectivamente. Este Plano supõe uma austeridade, não meramente nas restrições de certos consumos supérfluos, mas também no tratamento financeiro das contas do Estado e das empresas. É preciso conseguir que os equilíbrios financeiros das empresas e do Estado, que, em muitos aspectos, foram alterados e destruídos por situações decorrentes das transformações operadas após o 25 de Abril, sejam saneados. Trata-se de corrigir as distorções e as dificuldades verificadas que em parte provêm do facto de se ter dado satisfação, em grau excessivo, a certas reivindicações.

Quanto forem restabelecidas as condições de viabilidade das empresas, penso que se registará, por parte dos empresários, maior adesão, maior confiança e motivação — condições para a reactivação dos investimentos e para a participação do sector privado na construção da actividade económica.

— O acordo dos Sindicatos e o investimento no sector privado são, pois, condição «sine qua non»?

— É preciso não ser excessivamente pessimista. É evidente que a previsão do Plano assenta numa condição fundamental para a recuperação económica: a da contenção nos gastos, conseguido através das medidas previstas e, também, da contenção nos aumentos salariais, indispensável para o restabelecimento do equilíbrio global de fundo, que referi.

É evidente que, quanto maior for o entendimento possível entre entidades patronais, por um lado, sindicatos, por outro, e o Estado, servindo de árbitro, mais possibilidades haverá de se levar tão longe quanto desejamos as metas que o Plano propõe.

Neste aspecto, terá grande importância o funcionamento do Conselho Nacional de Rendimentos e Preços, no qual estão representados os sindicatos, as entidades empresariais, as entidades públicas e o próprio Governo. Ele constituirá uma plataforma para a discussão dos problemas e para a análise, em termos objectivos e concretos, das evoluções possíveis neste domínio. No seu quadro, os sindicatos terão oportunidade de tomar conhecimento do que acontece à

economia do país quando as reivindicações forem levadas longe demais. Penso que por aí passará, em meu entender, a construção democrática na nossa sociedade. Se se quiser, de facto, preservar a democracia, é preciso que se não rompam os laços do tecido produtivo português, já significativamente abalado nos dois últimos anos. Há que encontrar uma forma, não digo de recuo, mas de consolidação dos benefícios que entretanto foram conseguidos pelas classes trabalhadoras. Consolidação que deverá contudo, ser feita, em termos de futuro, e não apenas em termos de reivindicações demagógicas, cujo futuro... seria a ruptura desse tecido.

— Será criado algum tipo de mecanismo para rever o Plano à medida que ele vai sendo cotejado com a realidade?

— Prevmos desde já uma revisão do Plano em Maio, aquando da apresentação do Plano a médio prazo, justamente para ter em conta as necessárias adaptações às metas e aos objectivos fixados a médio prazo. Pensamos, no entanto, que serão modificações de adaptação e não de fundo.

Quanto à adequação à realidade, que constitui questão muito importante, ela terá resolvido através da criação de um sistema de planeamento que é objecto de uma proposta de lei neste momento em discussão na Assembleia. Trata-se de instituir um sistema de planeamento por parte do sector público, que contará com a participação dos agentes económicos — sindicatos, entidades patronais, autarquias locais, e representantes das regiões e dos diferentes interesses da vida nacional, no âmbito do que se chama o Conselho Nacional do Plano.

— Tanto o Conselho Nacional do Plano como o Conselho Nacional de Rendimentos e Preços têm representação das classes trabalhadoras e das entidades patronais. Parecem fórmulas correspondentes à da Comissão Partidária, existente na Áustria, e que regula justamente os aumentos de salários e preços... Pode fazer-se a comparação?

— Exactamente...

— Trata-se, no caso austríaco, de uma fórmula eminentemente social-democrata, numa óptica de conciliação de classes...

— Em parte é.

— E foi exactamente no exemplo austríaco que se baseou o projecto da criação destes dois Conselhos?

— É evidente que este modelo não é exclusivo das sociais-democracias. De qualquer forma, a conciliação de classes, tal como a luta de classes, são figuras muito úteis para discussões ideológicas — mas nós queremos é resolver os problemas concretos. E, portanto, os defensores da conciliação de classes e os da luta de classes terão oportunidade nesse Conselho de se encontrar à volta de uma mesa, para discutir os aspectos concretos e para, eles próprios, se aperceberem da responsabilidade que existirá na adopção de uma ou outra política. Não queremos, portanto, sistematicamente, que os sindicatos aceitem a política proposta pelas entidades empresariais, nem que estas aceitem sistematicamente todos os pontos de vista que o Governo, ou os Sindicatos, ou qualquer outra entidade lhes proponha.

# O Plano 77: hermafroditismo político?

Depoimento de Carlos Roballo (CDS)

A análise do Plano 77, em tão curto espaço de tempo e de páginas, torna-se acentuadamente difícil se tivermos em conta os volumes componentes do mesmo, nada menos de oito peças, com algumas centenas de páginas. Esta circunstância leva-nos a dedicar, por ora, maior interesse, ao volume que se refere a «Estratégia e Medidas de Política Económica e Síntese dos Programas de Investimento».

Começa o Plano 77, no volume referido, por destacar, a pag. 3, a síntese dos principais problemas económicos e sociais deste país.

Qualquer observador menos atento, ao olhar para esta listagem, chegará à conclusão que com tantos problemas dificilmente o País será viável. A não ser que estejamos mais uma vez a falar de *consequências* e continuemos a omitir as *causas*! E aí, quer queiramos quer não, as *causas políticas e as soluções também*.

Seguindo este método veremos, com alguma facilidade, que, clarificadas as razões e estabelecido o tratamento, os problemas reduzir-se-iam à sua verdadeira dimensão, que é a do País, ou seja, a do peso económico de Marselha!

Mas parece-nos que autores do Plano 77, como se vê na pag. 4 (volume citado), preferiram prosseguir na utilização dos chavões dos quais se faz ressaltar o «prosseguimento de construção de um projecto de sociedade em transição para o socialismo».

Sabemos que consta da Constituição, que democraticamente respeitaremos. Pensamos contudo que freudianamente se esqueceram do democrático, o que não admira dado o carácter burocrático e centralizador do Plano.

Esta mesma pretensão imediata será concordante com as declarações frequentes de membros do Governo? Terão os autores do Plano esquecido a alternância democrática, podendo até acontecer que o futuro Plano tenha características menos ortodoxas ou que seja mesmo um Anti-Plano?

A descrição feita na pag. 5 (volume citado) de que o Investimento Público de 66 milhões de contos em 77 assegurará directamente mais de 125 mil postos de trabalho, esquece de acrescentar que cada posto de trabalho ficará por: 528 cc/homem(?). A dúvida quanto ao tipo de investimento aflora se tivermos em conta, e a título de exemplo, que no Complexo de Sines a criação de um posto de trabalho custa à volta de 6.000 cc/homem enquanto na têxtil andarà pelos 900cc/homem e nas confecções 300 cc/homem.

Ora como o sector empresarial do Estado (sector público tradicional e empresas nacionalizadas) detêm na *Indústria Transformadora* 10% de produção e do emprego, andando a FBCF pelos 45%, é evidente que se tratam de indústrias capital intensivo. Assim sendo como é que um posto de trabalho custa cerca de 500 cc?

Parece-nos que o problema de fundo, para resolver os acentuados desequilíbrios macroeconómicos terá que passar por uma opção muito clara, a do pleno funcionamento ou não de uma economia de mercado.

Se quisermos ser consequentes com a adesão à C.E.E. só poderemos e devemos funcionar em mercado aberto.

Assim a fantasia dos critérios de rentabilidade social, como factor determinante na análise dos resultados das Empresas Públicas, parece-nos merecer revisão.

Por outro lado temos que ter a consciência muito clara de que existem actualmente verdadeiros «monopólios», contrariando as práticas concorrenciais aceites no Mercado Comum.

Não se põe em causa que se queira manter nacionalizadas as empresas de um determinado sector.

O que não pode acontecer sob pena de viola-

*Viva a Democracia!...*



ção dos direitos comunitários que são de direito interno (art.º 8 da C. da R. P.) é fechar sectores à actividade privada.

Mas outra das causas que o Plano esquece é que o sector privado continua sem saber se, como diz um ilustre membro do PS: «A iniciativa privada é benvinda *por enquanto*» ou se, de facto, nos encontramos na Europa, como diz o Primeiro-Ministro.

E se quisermos reconstruir de facto este País, não utilizemos, como desculpa total, a já inconsequente afirmação de que a iniciativa privada «nada mais faz do que queixar-se.».

Enfim, problemas possivelmente normais num PREC como o nosso.

E será por o Plano não assumir uma clara opção política, apesar de reconhecer que o emprego e as exportações são assegurados pela iniciativa privada, que dificilmente veremos aparecer investimentos capazes de reduzir efectivamente os desequilíbrios macroeconómicos.

É que, em Planeamento, para além de compatibilizar objectivos e meios, há que verificar se eles são compatíveis entre si.

Ora o objectivo de transição para o socialismo não nos parece compatível com o objectivo de reanimação do investimento privado.

Muito preocupante é o facto de o Orçamento para 1977, que integra o Plano, prever para o próximo ano o montante de 15 milhões de contos de empréstimos forçados (não contando que os 3 milhões de contos que o Governo arrecadará em 1976 com a poupança obrigatória referente ao 13.º mês) sem explicar, nem ao de leve, em que aplicará tão elevada soma, nem como (a forma técnica) a pensa arrecadar.

O facto de a tributação indirecta (entre elas o imposto de transacção) não promover a justiça tributária e perante as verbas a que se eleva no presente Orçamento, quando comparada com os impostos directos, faz-nos pensar no «enviesamento ridículo» deste rumo ao socialismo, para não citarmos desde já ser o imposto profissional aquele que mais contribui para a soma da tributação directa.

Por isso, e terminando, parece oportuno referir que «hermafroditismos» na Economia, normalmente desembocam em situações pouco democráticas, o que nos amedronta, pois continuamos a considerar como objectivo primeiro a instauração duma verdadeira democracia em Portugal.

Carlos Martins Roballo

# O Governo optimista (quanto a ele próprio...)

Depoimento de Ângelo Correia (PPD/PSD)

A apreciação mesmo sumária do Plano e Orçamento Geral do Estado para 1977 deve ser entendida com uma amplitude e um rigor que não estão de acordo com a gravidade da situação económica portuguesa.

Uma análise correcta careceria de alguns indicadores que não possuímos, e, sobretudo, da possibilidade de comprovação de alguns elementos constantes dos relatórios apresentados pelo Governo, sobre os quais existem fundadas dúvidas.

De qualquer forma e independentemente duma apreciação mais rigorosa e definitiva, parece-nos possível a indicação de algumas áreas sensíveis no domínio em causa.

Com efeito, o Plano e o OGE têm conteúdo ambivalente pois apresentam simultaneamente factores de optimismo e pessimismo.

Optimismo por parte do Governo, na previsão de elementos nucleares, nomeadamente no volume das receitas públicas, na aceleração nominal do investimento e na expansão das exportações.

Manifestamos dúvidas quanto a essas previsões, sobretudo as duas últimas, pois a tendência recentemente registada não permite extrapolar para 1977 uma recuperação tão nítida quanto o Governo aponta, aliado ao facto de não existirem ainda condições institucionais que a permitam.

Referimo-nos entre outras à separação entre os sectores público e privado cujo diploma o Governo prometeu apresentar à AR até 20 de Outubro e não o fez ainda, tal como a regulamentação do Controlo operário e a definição das regras do jogo, claramente explicitadas para a actividade económica.

Paralelamente os sinais apenas ténues da recuperação europeia e da própria produção nacional (em termos do seu volume e competitividade) não legitimam uma evolução tão rápida das nossas exportações.

A máquina administrativa do Estado, aumentada com a inclusão de numerosas empresas e funções, e que oficialmente até Junho de 1976 apenas conseguira cumprir 16% dos investimentos programados, aparece na concepção governamental capaz não só de recuperar até fim deste ano o atraso do primeiro semestre, como também de ampliar substancialmente a sua acção para o ano seguinte.

Desse modo os factores optimistas que o Governo introduz, não parecem sê-lo, analisados serenamente à luz do passado e do presente.

Contudo, bastantes elementos pessimistas são evidenciados nas propostas.

— Um défice de 59,1 milhões de contos, que, anote-se, não é o défice consolidado do sector público, pois se lhe deveriam acrescentar os correspondentes dos Fundos e Serviços Autónomos, e de que apenas se conhecem algumas rubricas, precisamente as que contêm transferências de e para o OGE.

— Uma situação orçamental que não altera a estrutura do imposto já que se propõe centrar nos indirectos a maior fatia das receitas do Estado em detrimento dos directos, e dentro destes sobretudo no imposto profissional, ou seja, uma preferência sobre os frutos directos do trabalho.

— Um défice que para ser coberto implicará forçosamente quer o recurso à poupança nacional que irá alimentar sobretudo consumos estatais, e como tal fazer diminuir a reprodutividade do capital nacional e diluir possibilidades de investimento, quer à expansão da circulação mo-

netária por recurso ao Banco de Portugal, com as inevitáveis tensões inflacionistas.

— Um agravamento real da solvabilidade do Estado já que a comparação entre os OGE de 1976 e 1977 é feita não entre previsões, mas sim, entre uma previsão (77) e uma quasi-execução (76), com previsíveis alterações nas despesas do próximo ano, o que poderá empolar ainda mais o défice orçamental.

Os exemplos pessimistas poderiam ser multiplicados, todavia, dado o espaço disponível, manifestaremos apenas a última grande interrogação que os textos governamentais nos colocam. Qual a verdadeira prioridade a atacar em 1977: o controlo da inflação ou a redução do desemprego e o relançamento da economia?

As medidas propostas pelo Governo parecem visar ambas as coisas sem resolver nenhuma. Conviria que o Governo fosse claro e rigoroso. Para governar o melhor possível. Para que todos os portugueses saibam com o que podem contar no futuro.

Ângelo Correia  
PPD/PSD

PSD: para que todos os portugueses saibam...





# As teses de Poulantzas: Portugal e o socialismo

Será isto o fim? Neste tempo de balanços, em que Congressos e pessoas, pior ou melhor, fazem as contas ao trabalho realizado — chegámos pelo menos a *um* fim. Diga-se a verdade que não sabemos muito ao certo o que começou e o que acabou. E, como em qualquer bom romance, podemos hoje perguntar: «Como chegámos a isto?» — sem sermos capazes também de dizer que «isto» é. Mas, ao mesmo tempo, como na ficção de qualidade, aparece-nos como inevitável, ou quase, que era a isto que havíamos de chegar.

Nesta aventura onde alguns embarcaram, a separação fez-se: de um lado, aqueles que se profissionalizaram no seu posto, seja ele qual for, lugar de governança ou rotina militante; do outro, desgarradamente, numa crescente margem de sombra, os desolados naufragos de uma desastrosa esperança: porque os verdadeiros e inconsoláveis vencidos desta revolução não são, ao contrário do que dizem triunfalistas relatórios, os grandes agrários e grandes monopolistas, mas sim, e mais rasteiramente, aqueles que nesta viagem vieram depor muito mais do que ela lhes seria capaz de dar, e nisso se gastaram no muito desejo que investiram. Uma coisa a análise não pode iludir: em termos de projecto revolucionário, chegámos ao tempo da grande desmobilização.

A ave da sabedoria chega sempre ao anoitecer: daí que se multipliquem as reflexões sobre o que vivemos. Nicos Poulantzas, jovem sociólogo de origem grega, foi dos que tentaram seguir, de longe e de perto, o curso dos acontecimentos. Esteve em Portugal — como uma nota editorial de *O Diário*, escrita nos anos 30, mas só em 76 publicada, a seu tempo assinalou. Procurou enquadrar o nosso processo num âmbito mais genérico; o da crise das ditaduras (título da obra que publicou), isto é, o da evolução de Portugal, Espanha e Grécia. Retoma agora, na reedição do seu livro, a análise do processo português. Vale a pena lê-lo. Compensa-nos do deserto de muitos relatórios.

As teses de Poulantzas baseiam-se na distinção entre dois tipos de burguesia: a burguesia «compradore» (oligarquia), ligada aos sectores financeiro, bancário e comercial, subordinada ao grande capital estrangeiro e representando os seus interesses dentro do país, e a *burguesia interior* (que não é exactamente uma «burguesia nacional»), concentrada no capital industrial, interessada no desenvolvimento de um processo interno *com relativa autonomia em relação ao capital internacional*. Será esta burguesia interior a distanciar-se dos regimes ditatoriais e a articular-se com as massas populares num projecto de democratização.

Segundo Poulantzas, o derrube das ditaduras não pode economizar uma etapa democrática prévia a uma etapa socialista. Pode é transformar esse processo num processo contínuo. Tudo depende de duas coisas: manter-se a aliança entre massas populares e burguesia interior; desenvolver o processo no sentido de fazer deslocar a sua condução para as massas populares. Foi isto — e não o socialismo —

que poderia ter acontecido em Portugal. Mas produziram-se dois erros, um consequência do outro: por um lado, procurou-se saltar sobre a etapa democrática, proclamando-se que se estava no limiar do socialismo; por outro, esta aceleração levou à ruptura da aliança entre burguesia interior e massas populares. Donde, segundo Poulantzas, o 25 de Novembro é fundamentalmente uma mudança de direcção na condução do processo de democratização: as massas populares cedem o seu lugar à burguesia interior.

Dois pontos ressaltam desta análise:

a) contrariando todas as nossas «evidências» ao longo do processo, Poulantzas reafirma que, para um observador exterior, nunca esteve em causa uma transição imediata para o socialismo;

b) o comportamento das massas *depois* do 25 de Novembro parece comprovar que, apesar de toda a sua mobilização e agitação, elas não se encontravam praticamente preparadas para um verdadeiro processo de transição para o socialismo.

O que daqui se pode concluir é que os partidos de esquerda nunca chegaram a formular os verdadeiros problemas. Quando o Partido Comunista «explica» o 25 de Novembro a partir de dois enigmas, o anti-comunismo do PS e a trágica ruptura no seio do MFA, e proclama que a linha do Partido esteve sempre certa, ele esquece que a linha do Partido só *pareceu* estar sempre certa *porque não existiu* e vogou ao sabor das linhas dominantes à *superfície* dos acontecimentos. Quando o Partido Socialista encena o processo num drama de resistência da liberdade contra a ditadura, ele esquece que nunca soube traduzir *numa estratégia efectivamente socialista* a sucessão de conflitos e contradições em que se envolveu.

Por outro lado, extensos sectores esquerdistas viveram um constante delírio de *sacralização* das massas populares, convertidas no Outro absoluto, depositário intemporal da Verdade e do Saber, no sujeito-suposto-saber dos psicanalistas. As massas populares, nunca verdadeiramente presentes na cena da História, são, no entanto, a solução mítica de todos os problemas. Se elas tivessem intervindo, se tivesse havido uma verdadeira articulação entre dirigentes e massas, se e outro se ainda — numa palavra: se as massas estivessem *verdadeiramente presentes*, a História seria transparente, e fácil a dissolução dos dramas. Esquece-se que a questão efectiva é esta: que impede as massas de estarem *presentes em si mesmas* na cena da História? Porque é que em todas as histórias da História esta presença se deixa adiar? Por outras palavras: em que medida a opacidade da História não deriva apenas da alienação das massas e em que medida a alienação das massas parece resultar, não somente de um sistema de relações de produção, mas da própria opacidade da História — e só acima entendemos o que se passa *no lado de cá* do socialismo?

Desviei-me da análise de Poulantzas. Mas valerá a pena voltarmos a ela.

# A Universidade «versus» MEIC

Uma tradição de luta reinflamada em torno da gestão democrática das Escolas

A Universidade paralisou na sexta-feira. Motivo, o decreto-lei 781-A/76, de 23 de Outubro, considerado como uma afronta à gestão democrática das escolas e à sua autonomia científica e pedagógica. Com efeito, desde o dia 23 que as três Academias têm vindo a fazer plenários para uma tomada de posição global sobre o decreto de gestão do MEIC.

A participação massiva dos estudantes nestas reuniões demonstrou a sensibilização destes para o problema. A greve do ensino superior teve como objectivos a demonstração da unidade e do espírito combativo dos estudantes, o seu apoio ao 4.º Encontro de Estruturas Universitárias e o esclarecimento à população, sobre os problemas com que se debatem.

Só uma escola não aderiu à greve — a Faculdade de Direito de Lisboa. Com efeito, realizou-se uma Assembleia geral de Estudantes (AGE), no dia 24, que decidiu entre vivas à democracia não paralizar a escola. Esta tomada de posição, apoiada pelo Movimento Independente de Direito (CDS), PPD, PS e MRPP, foi fundamentada na não discussão, por parte daquela escola, do decreto 781-A/76.

Foi também convocado no Plenário de Lisboa uma «grande manifestação» das três Academias para a primeira semana de Dezembro. Se o Outono universitário não se mostrou, como se esperava, muito quente, o Inverno avizinha-se escaldante. Será que o ministro Sottomayor Cardia vai finalmente ceder? Os estudantes mostram-se decididos a levar a luta até ao fim.

Ninguém desconhece as dificuldades que a universidade atravessa. Ela é hoje um dos pontos de maior clivagem na sociedade. Não só porque as condições vividas nos últimos dois anos deram lugar a constantes modificações da correlação de forças no seu seio, mas também porque apesar de tudo os estudantes obtiveram importantes conquistas que não querem ver anuladas a pretexto do «oportunismo demagógico, do carreirismo fácil ...e, enfim, do caos total» (Programa do Governo).

A degradação só se torna uma realidade quando as pessoas se demitem da luta e não encontram soluções viáveis para os problemas concretos. A universidade pode ser, «bem vistas as coisas, uma infelicidade nacional», mas ainda



não está em altura de lhe passarem a «certidão de óbito».

Os problemas do ensino não são, contudo, apenas do agora. Não foi por diversão turística que, aquando da 1.ª Dinastia, a universidade se foi radicando ora em Coimbra, ora em Lisboa. Os problemas tinham raízes muito profundas e concerteza não estavam dissociadas da revolução pela independência nacional.

Durante o fascismo, as lutas estudantis reapareceram com maior violência a partir de 1969, em Coimbra, e desde 1970 até ao 25 de Abril com mais insistência em Lisboa. O Instituto Superior Técnico (IST), por exemplo, fez

*Os problemas estudantis discutidos em plenário.*

greves consecutivas nos últimos quatro anos de fascismo. Em 1972, paralizou-se a escola desde 16 de Maio até Agosto. No ano seguinte, desde 3 de Maio até fins de Dezembro. Durante este período, cerca de 60 estudantes foram expulsos pelo então Conselho Directivo. Outras importantes lutas se travaram, nomeadamente em Economia e Direito.

Apesar de já, nessa altura, as lutas partidárias (entre comunistas e esquerdistas) serem fortes, estas importantes manifestações de força dos estudantes eram possíveis porque estavam unidos em objectivos comuns: fim da guerra colonial e instauração das liberdades democráticas.



## A democratização das escolas

Após o 25 de Abril, a universidade sofre remodelações importantes. A UEC, mercê do seu prestígio e organização, e porque os grupos de extrema-esquerda não compreenderam de imediato o significado revolucionário do golpe dos capitães, toma a vanguarda da luta estudantil. Com quase todas as escolas afectas à sua linha política, lança as bases para uma futura União Nacional dos Estudantes Portugueses: a Comissão Pró-UNEP.

É através desta estrutura que se encetam os primeiros passos da Reforma Geral e Democrática do Ensino: saneamento de professores comprometidos com o antigo regime e início da gestão democrática. Reinvidica também, num seminário efectuado em Novembro, o aumento radical das bolsas de estudo, incentivo oficial à criação de residências e cantinas, melhoramento qualitativo dos estabelecimentos de ensino e a criação de novos, orientados para a necessidade do desenvolvimento regional, abertura imediata de cursos nocturnos, etc.

A extrema-esquerda, até então quase totalmente virada para dentro, começa a contestar as estruturas criadas pela UEC e, porque vê o 25 de Abril como uma luta «entre as duas cliques da burguesia», concentra a sua atenção nas avaliações de conhecimentos, que na prática vieram a corresponder às passagens administrativas, como arma contra a selecção. Esta medida oportunista, que nem politicamente é explicável já que os bons técnicos são necessários e a qualquer sociedade, não foi compreendida pela maioria dos estudantes.

É partir desta altura (Novembro de 74) que a UEC começa a sofrer sérios reveses. Devido a certas posições oportunistas (tentativas de promoção de alguns assistentes da FDL a catedráticos) e à demasiada atenção que dava aos ataques ideológicos do MRPP, chegando mesmo a entrar em vias de facto com estes, perdem o controle da Faculdade de Direito. Assim a CPE dá lugar à «democrática e popular» DPA.

## Sim, ao derrubar dos muros da universidade

O início do ano lectivo trazia grandes dificuldades. A contestação de certas formas caducas de exames deu lugar ao facilitismo destes, e obviamente a uma maior percentagem de aprovações. Ora, os estudantes que terminaram o 7.º ano não tinham outra saída senão o ingresso na faculdade, até porque já na altura arranjar emprego era milagre. O governo tinha entre mãos o futuro de 28 mil estudantes que a universidade não comportava. Face a esta situação, o Conselho de Ministros, após longa e acessa discussão, aprova um ano de Serviço Cívico Estudantil.

Esta medida já apontada há vários meses pelo então director do «Diário de Notícias», Ribeiro Santos, no seu habitual «Sol a Sol», veio a ser especificado no mesmo matutino por Francisco Pereira de Moura.

## O espírito do decreto-lei 781-A/76

Segundo o estipulado no contestado decreto-lei 781-A/76, são órgãos internos da escola:

A Assembleia Geral da Escola; a Assembleia de Representantes; o Conselho Directivo; o Conselho Pedagógico; o Conselho Científico; e o Conselho Disciplinar.

### Assembleia Geral da Escola

Atribuições: apreciar as linhas gerais de orientação da escola e a actividade da Assembleia de Representantes e do Conselho Directivo; analisar o relatório do Conselho Directivo referente ao ano transacto e o projecto de plano orçamental e de actividades para o ano seguinte; avaliar dos problemas relevantes para o ensino e a juventude ou de quaisquer outros de interesse geral do ponto de vista académico.

### Assembleia de Representantes

É composta por delegados dos docentes, dos estudantes e do pessoal técnico, administrativo e auxiliar, eleitos pelo período de um ano.

Competência: eleger o Conselho Directivo e destituí-lo; aprovar o relatório do Conselho Directivo referente ao ano transacto e o projecto de plano orçamental e de actividades para o ano seguinte; fiscalizar genericamente os actos do Conselho Directivo, com salvaguarda do serviço efectivo da competência própria deste; eleger o Conselho Disciplinar.

### Conselho Directivo

É composto por 4 docentes, 4 estudantes e 2 elementos do pessoal técnico, administrativo e auxiliar, eleitos em escrutínio secreto pelos respectivos corpos da Assembleia de Representantes e de entre todos os elementos da escola.

Competência: administrar e gerir a escola em todos os assuntos que não sejam da expressa competência de outros órgãos, assegurando o seu regular funcionamento; dar conhecimento às Reitorias das Universidades e ao MEIC de todos os assuntos que considere importantes ou graves no funcionamento da escola, especialmente quando susceptíveis de prejudicar o bom andamento dos trabalhos escolares ou a qualidade do

O Serviço Cívico, para além do lançamento das bases de uma forma inovadora do ensino, abria as portas a um novo tipo de selecção: «Como se espera que o número de possíveis voluntários não seja suficiente para dispensar a aplicação de outro método selectivo, o Ministério terá provavelmente de definir um critério de prioridades a essa selecção».

Mas vejamos quais as posições das várias

ensino ministrado; dar execução a todos os actos emanados dos restantes órgãos da escola; colaborar directamente com as autoridades universitárias e o MEIC em todas as questões de interesse para a escola ou para o ensino superior, quando para tal for solicitado; elaborar, até 30 de Abril, o projecto de plano orçamental e de actividades; apresentar até 15 de Janeiro o relatório do ano transacto; garantir e fixar a data das eleições para a Assembleia de Representantes e do Conselho Pedagógico.

### Conselho Pedagógico

É composto paritariamente por professores, assistentes e estudantes em número máximo de 24, eleitos pelos membros de cada uma daquelas categorias, em escrutínio secreto.

Competências: fazer propostas e dar parecer sobre a orientação pedagógica e os métodos de ensino na escola; propor a aquisição de material didáctico audio-visual e bibliográfico de interesse pedagógico e pronunciar-se sobre as propostas relativas a esta matéria; organizar, em colaboração com os Conselhos Directivos e Científicos para a escola, e designar um professor encarregado da direcção da biblioteca da escola

### Conselho Científico

É constituído por professores catedráticos e outros, habilitados com o grau de doutor.

Competência: propor a abertura de concursos para as vagas de professores do quadro e a composição dos respectivos júris; a nomeação definitiva de professores catedráticos e extraordinários e a recondução de professores auxiliares; e o provimento definitivo de investigadores não docentes, de pessoal técnico adstrito às actividades científicas, etc.

### Conselho Disciplinar

É composto por dois docentes, dois estudantes e um elemento do pessoal técnico, administrativo ou auxiliar, eleitos pela Assembleia de Representantes em escrutínio secreto.

Uma lei especial regulará as atribuições e o funcionamento do Conselho Disciplinar e a organização do processo disciplinar.

organizações face a esta situação. O MRPP toma a vanguarda da luta contra o Serviço Cívico. Considerando-o como «trabalho forçado estudantil», não aderia por «acaso poderão a classe operária e o povo apoiar que se arregimentem os estudantes às ordens dos capatazes da Intersindical, para fazer subir as taxas de lucro dos monopólios? Acaso poderão a classe operária e o povo apoiar medidas que coloquem

os trabalhadores sem poderem trabalhar e os estudantes sem poderem estudar?»

A UEC apoia incondicionalmente as medidas do governo, no encontro de candidatos ao Serviço Cívico Estudantil (SCE), realizado em Janeiro, aprova-se que se «impõe agora a criação de um ensino novo, adaptado à nova situação democrática.

«O SCE, medida proposta pelo Governo Provisório, para resolver o problema que se nos apresenta com mais agudeza, a superlotação das escolas superiores, vem ao encontro das necessidades e anseios mais profundos das massas estudantis, por um ensino novo». Avançaram também nesta reunião as várias tarefas que os estudantes poderiam executar, de acordo com o curso que escolhessem.

A última alternativa para os estudantes, era avançada pelos NEIP (organização ligada ao MES). Defendiam uma saída organizada de todos os estudantes da escola. Entendida não como «um estudo *in loco* numa sociedade laboratório nem como saída de apoio moral às lutas dos trabalhadores, mas sim como uma intervenção real, activa no processo político na luta e na construção de melhores condições de vida para os trabalhadores, na luta pela construção de uma cultura popular». Esta era a proposta que os estudantes melhor aceitavam. Chegou mesmo a ser aprovada em Plenário de Academia a 14 de Janeiro.

Apesar de toda a contestação que fizeram, apesar de todos os projectos que elaboraram, o Serviço Cívico foi transportado para a prática de uma forma pouco correcta. Este projecto não é aquele que põe o estudante em contacto com a prática real da vida. Quase desde o princípio que o Serviço Cívico não tem sido mais que uma tentativa de arranjar entretenimentos, para os estudantes passarem o ano.

### Uma nova forma de democracia

A luta travada em torno do SCE esteve longe de ser a mais democrática. A UEC devido ao seu sectarismo não compreendeu que o seu projecto e o dos NEIP não eram contraditórios. Definiu bem o seu inimigo principal, mas porque não soube ou não quis aliar-se ao MES, teve de travar sozinho a luta contra o MRPP. Nas várias reuniões que houve, raras foram as que não acabaram em pancadaria. As assembleias longe de serem representativas, não passaram de reuniões de quadros partidários, envolvidos em acesas «lutas de galos».

A UEC ia perdendo, assim, terreno entre os estudantes. Das escolas que politicamente controlava restava-lhe praticamente a Faculdade de medicina de Lisboa e a Associação Académica de Coimbra. Todas as outras foram caindo no campo político dos esquerdistas. Cada tomada de posição da UEC aparecia aos olhos dos estudantes com um cariz anti-estudantil.

É assim que no Instituto Superior Técnico os comunistas começaram por não acatar as decisões das Assembleias Gerais de Escola. Em Reunião Geral de Alunos do IST decidiram arrancar os cartazes da UEC que se pronunciavam contra

a greve do ensino secundário. Não acatando esta decisão lutaram pela manutenção destes, o que originou recontros graves.

Face a esta posição a direita provisória da escola, considerada pela própria UEDP como esquerdista, convoca uma AGE para 6 de Março, para tomar posição face aos acontecimentos ocorridos.

A UEC, que não aceita saneamento dos seus militantes, mobilizou para o Técnico toda a sua organização de Lisboa. No final da reunião, a luta entre as duas facções foi violenta e cerca de 20 estudantes tiveram de receber tratamento no Hospital de Santa Maria. A pancadaria terminou com a debandada geral da UEC e a intervenção do COPCON. É a partir destes acontecimentos que o MRPP lança a palavra de ordem «Socialistas fora das escolas». Os saneamentos estenderam-se posteriormente à Faculdade de Direito.

A UEC, mais do que um movimento político, estava a tornar-se uma organização tipo medieval onde os militantes contavam orgulhosamente as suas façanhas contra as hostes MRs. Ela não teve «o papel histórico de desmascarar o MRPP» teve, isso sim, a responsabilidade de o empolar.

Se não tivesse arrás de si um partido que se chama PC, a UEC teria o mesmo destino que o MRPP — a desagregação. O não acatamento das decisões das Assembleias Gerais de Escola, e o sectarismo conduzi-la-iam a esse fim.

### Não, à escolástica

Com as novas condições criadas pelo 25 de Novembro, a correlação de forças da universidade modificou-se. A Juventude Socialista que a partir do 1.º Congresso, em Fevereiro de 1975, vinha a crescer e a organizar-se encontra as condições criadas para a sua actuação a nível universitário. Ganha primeiramente a Associação Académica de Coimbra, depois Medicina, Letras e finalmente Direito, em Lisboa.

Nesta última escola, a associação é ganha com o apoio dos sociais-democratas, comunistas e GDUP's. A situação era tal que o termo «social-fascista» tinha um significado tão amplo

que apenas não era aplicado à organização afecta à Direcção Provisória da Associação. A propaganda na Faculdade estava «oficialmente» proibida ao CDS e à UEC, mas os cartazes dos socialistas eram retirados logo que possível.

Em Ciência Política, um dos livros apontados para estudo era «A revolução tem de avançar a todo o vapor», de Arnaldo Matos. Houve mesmo uma proposta para que se estudasse nesta cadeira «as duas linhas no seu programa e na sua tática para a fundação do partido». Quem não se lembra das duas linhas vermelha e negra dentro do MRPP?

A manutenção da Faculdade por esta organização era tão importante que, na noite da contagem dos votos, Arnaldo Matos foi lá. A eleição dos socialistas veio terminar com o clima de terrorismo dentro da faculdade e contribuiu decisivamente para o fim do MRPP.

Esta ascensão dos socialistas é contudo sol de pouca dura. A política do MEIC tem sido muito contestada pela maioria dos estudantes, principalmente o decreto de gestão, publicado em 23 de Outubro. A JS aparece aos olhos dos estudantes como fiel seguidora da política do Ministério.

A capacidade de mobilização dos partidos à esquerda da JS (veja-se os últimos Plenários das Academias) tem mostrado que são uma alternativa real para as próximas eleições.

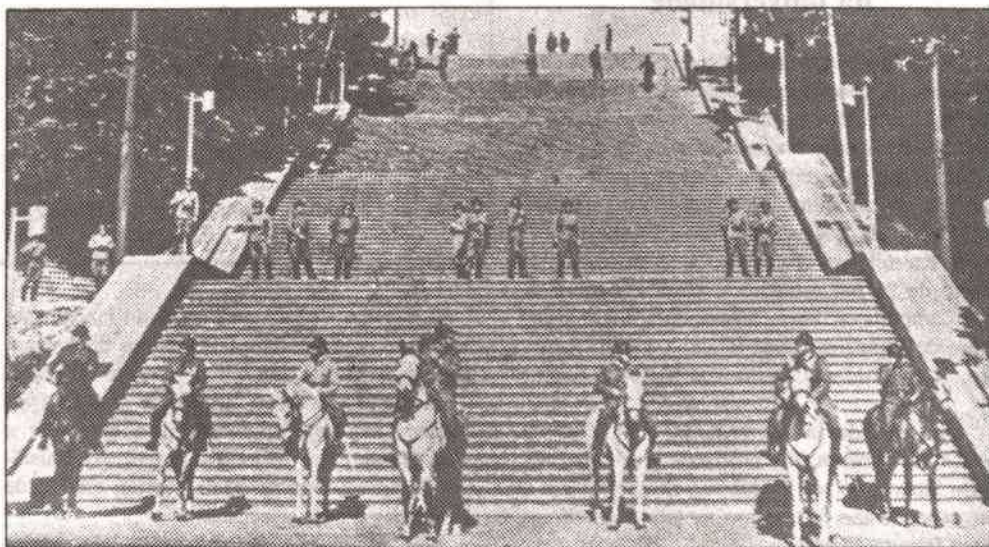
A UEC, GDUP e mesmo a JSD mostram-se com força para vencerem as próximas eleições de Medicina de Lisboa. Em Letras, a UEC e os GDUP já são a alternativa.

A universidade promete radicalizar-se, caso o Ministério não lhe dê ouvidos.

Ontem como hoje ela recusa o dirigismo do MEIC. O Ministério terá grandes responsabilidades no desaire da política associativa da Juventude Socialista.

Hoje os estudantes não pedem utopias. Reinvidicam uma autonomia, ainda que relativa, da universidade, tendo em conta que ela é «um serviço nacional responsável perante o país». Querem a liberdade pedagógica e científica. Também eles consideram que «cultura não é sinónimo de imposição livresca ou catequística. São pela escola, não são pela escolástica».

### A GNR na Universidade





# O porta-aviões de plástico

(1.<sup>a</sup> Jornada)

*Advertência: Com exceção do autor do texto e dos seus dois filhos, todas as personagens envolvidas nesta narrativa são mais ou menos imaginárias. Também a escolha dos lugares onde decorre a ficção — com exceção do Terreiro do Paço — é relativamente arbitraria. Se está em causa — como pretexto — a Armada dos Estados Unidos, é apenas porque — em 1965 — a presença no Terreiro do Paço de navios de guerra da União Soviética seria demasiado inverosímil. Assim, além da orquestra de Glenn Miller e da localização da Academia Naval de Annapolis no estado de Maryland, qualquer semelhança que possa revelar-se entre protagonistas e acontecimentos desta ficção e qualquer forma de realidade será apenas uma lamentável coincidência.*

## Lisboa/1965 (Genérico)

Era sábado. Passámos toda a manhã e uma parte da tarde a montar o porta-aviões de plástico, sem reparar no sol nem pensar na cidade. Os meus filhos tinham então dez e onze anos. Quando acabámos de montar a última antena de radar e o último helicóptero, ficámos profundamente satisfeitos: o nosso porta-aviões estava igualzinho à ilustração policromada da caixa de carolina. Só faltavam as explosões das granadas, o mar dramaticamente encapelado e o «Starfighter» a voar no primeiro plano.

Reparámos então naquela tarde bonita e decidimos ir até à beira do rio olhar para os cacilheiros e para as gaivotas. Quando chegámos ao Terreiro do Paço, ficámos deslumbrados... Ali, ao entrar por Lisboa dentro, enorme, quase ao alcance das nossas mãos... estava O NOSSO PORTA-AVIÕES!

Cintilavam os insectos metálicos do enxame em descanso e formigavam os tripulantes no contraluz das obras-mortas... Emudecemos... comovidos por tanto esforço e tanto engenho na mobilização de tantos e tão admiráveis recursos, que nos permitiam contemplar a réplica em tamanho grande do nosso-porta-aviões, com oitenta mil toneladas de deslocamento, cinco mil e quatrocentos homens a bordo, cento e tal aviões de bombardeamento, caça e patrulha, trinta helicópteros e um prodigioso arsenal de armas atómicas.

Para termos ali o nosso brinquedo em grande, tinha sido necessária a intervenção de senadores, ministros, presidentes, almirantes, banqueiros, engenheiros náuticos e aeronáuticos, técnicos de balística, informática, electrónica, relações públicas e energia nuclear, investigadores operacionais e sargentos do quadro permanente, call-girls, secretários de estado e intermediários diversos, mineiros, operários qualificados, verbas, empréstimos, subornos, adultérios, espíões, dry-martinis, ballets-roses e safaris, campanhas de imprensa, golpes de estado em países sub-desenvolvidos, conferências de desarmamento, alianças e atentados...

Os meus filhos e eu não merecíamos tanto... Ignorávamos até o nome e a carreira do almirante Spyke-Jones, que seria tão importante na História da Humanidade.

A bela Patrícia Neumann, filha mais nova do banqueiro Alfred E. Neumann, revelara desde muito pequena uma fortíssima personalidade. Do lado do pai, tinha quatro gerações de banqueiros em Baltimore. Do lado da mãe, tinha três gerações de vacas e de petróleo no wTexas. Aos onze anos, a irrequieta e encantadora Patrícia tinha conseguido desfazer o namoro da sua irmã Lucy com um estudante de direito desenxabido chamado Nixon, para se tornar cunhada do filho primogénito do presidente da Lockheed. Desde então, os seios tinham-se-lhe desenvolvido tanto e tão bem que os seus sweaters se tornaram célebres em várias universidades nas duas margens do rio Potomac.

No dia do grande baile dos cadetes da Academia Naval de Annapolis, Patrícia decidira apaixonar-se perdidamente por um futuro almirante. Assim foi. Numa noite cheia de lua-cheia, Patrícia trocou o sweaters por um longo vestido de tule branco, com os ombros e o nascer dos seios convenientemente descobertos. Patrícia ia dançando indiferente com vários candidatos ao seu apetecível regaço e à fortuna dos Neumann, todos lindos em uniforme de gala. Patrícia procurava em roda do seu cadete-príncipe-encantado, enquanto a orquestra de Glenn Miller, com os seus metais vibrantes e disciplinadíssimos, repetia incansavelmente o tema de «In the Mood».

Tímido em sociedade, desenvolto no estádio, rosado no rosto, azul nos olhos, curto e loiro no cabelo, impecável no uniforme de gala, o cadete Spyke-Jones seguia fascinado o percurso da bela Patrícia na pista de dança. Após uma pausa, a orquestra começou a tocar outro tipo de melodias. Com a «Serenade in Blue», os olhos verdes de Patrícia encontraram os olhos azuis do jovem marinheiro. Ensaaiaram juntos os primeiros passos da «Moonlight Serenade» e já não se despeçaram. Enlaçados, longe do mundo, deixaram-se guiar pela voz doce do Ray Eberle e do coro dos Modernaires que entoavam o «I Know Why».

Finalmente, fugiram do baile, primeiro, dançando ainda, depois, de mão-dada até à baía enluarada onde se acotevelavam tranquilos os pequenos veleiros em que os cadetes se iniciavam nas grandes tradições marinheiras. Romanticamente, içaram as velas e largaram o ancoradouro. A intuição da bela Patrícia não conseguiu impedir um gesto desageitado do impetuoso cadete... Foram parar ao charco!

Como ambos sabiam nadar, tudo acabou bem, com o vestido de tule molhado a modelar o corpo admirável de Patrícia e o fogoso cadete a jurar amor eterno.

## Londres e Coventry (mesmo dia)

Naquele tempo, segundo uma tradição milenária, os europeus andavam ainda entretidos a matar-se uns aos outros. Naquele dia, os bombeiros Junkers do marechal Goering estavam a despejar toneladas de bombas sobre Londres e Coventry. Morreram alguns milhares de civis sob os escombros das casas, das fábricas e das igrejas. Foram abatidos trinta bombardeiros Junkers 87, quatro Spitfires e doze Hurricanes. Como é natural, morreram todos os pilotos e tripulantes dos aviões abatidos. Um deles chamava-se John Jones e era angariador de seguros. Um outro chamava-se Peter Stein e era poeta... (Fim da primeira jornada).

Sena da Silva

# semana opção

## Eanes na PJ: O fim das bombas ou talvez não...

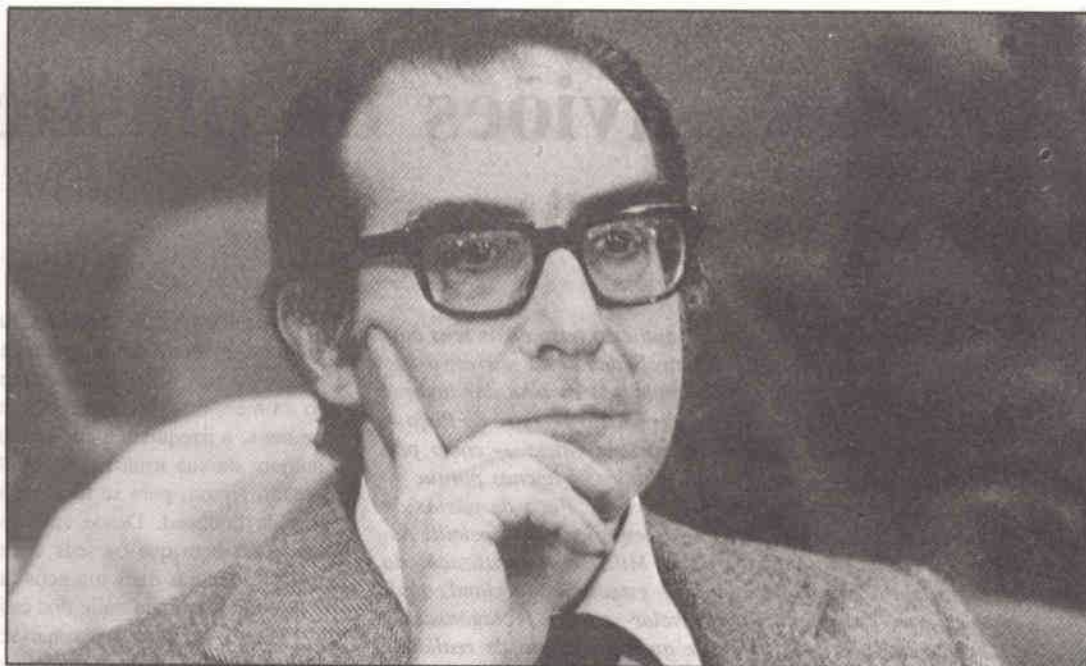
«Creio ser possível conseguir desmontar em breve e rapidamente as redes bombistas e atingir o fim deste problema, embora o bombarismo constitua um aspecto particularmente difícil em termos de resolução política», afirmou o Presidente da República no final da visita, efectuada à Polícia Judiciária, em Lisboa.

Acompanhado pelo ministro da Justiça, dr. Almeida Santos, e pelo secretário do Estado dr. Santos Pais, o General Ramalho Eanes foi recebido pelo director da PJ, dr. Vidigal, e pelos directores adjuntos, drs. Bernardo Lencastre e Eduardo Baptista. Realçando a importância da PJ «para que a segurança física das pessoas seja uma realidade», o Presidente da República prometeu que «serão envidados todos os esforços para que ela seja aquilo que o País precisa, de forma que a criminalidade não cresça e que o terrorismo não passe a ser uma ameaça para o povo português». Daí a necessidade de reestruturação da PJ e a definição «da carreira dos homens da Judicária», cuja definição «permitirá limitar os campos da Judicária Civil e da Judicária Militar», «não esquecendo que um bom agente demora vários anos a fazer.»

Também o ministro Almeida Santos, em conversa com os jornalistas, realçou a importância da reestruturação da PJ, cujo projecto, segundo afirmou, se encontra praticamente concluído. Afirmando que ela deverá «melhorar os meios de combate à criminalidade e reduzir a sua incidência», Almeida Santos acentuou contudo não dever esperar-se que, com esta reestruturação fique resolvido o problema das «bombas», o qual «tem de ser atacado pelas suas causas».

## Mário Soares debate Socialismo Democrático

Novo vice-presidente da Internacional Socialista, Mário Soares ombreia doravante neste corpo e



Almeida Santos: «o problema das bombas tem de ser atacado pelas suas causas»

nesta honra com François Mitterrand, da França; Harold WILSON, DA Grã-Bretanha; Joop Den Uyl, dos Países Baixos; Leopold Senghor, do Senegal; Daniel Oduber, da Costa Rica; Wichland, do Canadá; e Bruno Kreisky, da Áustria.

Willy Brandt, ex-chanceler alemão e chefe do PSD, é o presidente deste clube de partidos socialistas e sociais-democratas que, na reunião de Genebra da passada semana a 13.ª da sua história, fez significativa abertura a representações do chamado Terceiro Mundo, com o ingresso de delegações do Senegal, da Costa Rica e da República Dominicana.

Mário Soares, que no domingo fez, com François Mitterrand, a introdução ao debate do tema «O Socialismo democrático e os direitos do homem no mundo de hoje», passa a ser, com Willy Brandt, Muñoz Ledo e Courzado Barrios, um dos dirigentes da Internacional Socialista encarregado das relações com a América Latina.

No relatório apresentado ao congresso, o secretário-geral do PS sublinhou que «a verdadeira defesa dos Direitos do Homem... só pode ser efectivamente garantida através da liberdade, da democracia e do socialismo», valores considerados «indissociáveis». Afastando qualquer confusão com as «preversões totalitárias» do socialismo, Soares

referiu-se ao «reconhecimento do poder criador dos grandes movimentos populares» e às vantagens da democracia formal («as ideias novas só tem uma oportunidade de vitória nas sociedades abertas»). Afirmando não se considerar inteiramente satisfeito «com os resultados até hoje alcançados pelas sociedades democráticas», citou Maurice Duverger, quando este realça a contradição de que «não existe hoje regime político simultaneamente socialista e democrático: todos os regimes socialistas são ditaduras; todas as democracias são capitalistas», e com Duverger conclui que «isso não prova, porém, que um socialismo democrático seja impossível». E pôr a questão dos meios adequados para «ultrapassar a etapa da democracia representativa tradicional, para realizar uma democracia de base, que não se limite apenas ao sufrágio universal, à actividade parlamentar e à liberdade de discussão e de crítica, antes se generalize e se torne efectiva nos mais variados sectores... aberta a certas formas de participação dos trabalhadores e à autogestão».

Entretanto, Mário Soares deu uma Conferência de Imprensa onde colocou estes problemas, e outros relacionados com a vida política portuguesa.

Na Conferência de Imprensa fo-

ram abordados três questões primaciais: a recente visita de Suarez a Lisboa, a próxima ida de Soares ao Brasil e a regularização das relações diplomáticas com Israel. A propósito, Mário Soares referiu que Portugal só não mantinha relações diplomáticas ainda com a China e Israel. O assunto deve ter sido debatido no encontro de Mário Soares com o primeiro-ministro israelita, Rabin, embora as ligações com os países árabes imponham ao processo de normalização das relações luso-israelitas «um processo evolutivo que exigirá ainda um certo tempo». Rabin foi um dos interlocutores de Soares em conversações bilaterais, tidos com vários homens de Estado, de Olaf Palme, a Senghor, Mitterrand e Brandt.

Relativamente à evolução da política interna portuguesa, o secretário-geral do PS, na mesma reunião com jornalistas, reafirmou a «impossibilidade» de uma aliança do PS com o PPD/PSD, considerado como «partido liberal» e, relativamente ao PCP, declarou que «haveria possibilidades de acordo desde que o PCP respeitasse as liberdades democráticas e não continuasse a seguir uma política vanguardista».

Da delegação portuguesa fizeram parte além de Mário Soares, Salgado Zenha, Tito de Morais, Rui Mateus e Maria Barroso.

## Que socialismo? Que Europa? Que I.S.?

Finalmente! Saiu o volume com algumas das teses apresentadas no colóquio internacional da Intervenção Socialista, já lá vão 6 meses.

São quatro as partes deste livro: 1) A Estratégia de Transição para o Socialismo na Bacia Mediterrânica; 2) Economia; 3) Cultura e Informação; 4) Poder Político.

Na capa, os nomes de alguns dos participantes: Rossana Rossanda, Jorge Sampaio, João Cravinho, M. Achilli, Carlos Aboim Inglês, Eduardo Lourenço, K. S. Karol, Urbano Tavares Rodrigues, Maria Velho da Costa, Victor Leduc, Joaquim Mestre, J. Martins Pereira, L. Gruppi, Nuno Bragança, Manuel Gusmão, Jordi Borja, Carlos Lage, Maria Alzira Seixo, Stuart Holland, Manuel Lucena, Ravenel, Luís Salgado Matos, Victor Wengorovius e Maragall.

Este livro, ao qual nos referiremos mais largamente, deixa as duas perguntas que são o seu título: «Que socialismo? Que Europa?». Mas deixa, também, uma terceira pergunta: «Que I.S.?» Porque há muitos que prefeririam uma actuação menos discreta. Mesmo sem prejuízo do que inicialmente foi definido como sendo o I.S.

## «Opção» no Exame Ad Hoc para a Universidade

Um fragmento de um dos editoriais de Artur Portela Filho, «Os Vinhas da Ira», foi tema de exame Ad Hoc para a Universidade. Exactamente uma passagem que levava como subtítulo «A vingança de Salazar», e que falava da incapacidade geral da grande burguesia portuguesa.

Era assim:

«É a vingança de Salazar, esse agrário que sempre odiou a indústria, e que condicionou, psicologicamente, uma ou duas gerações de industriais. Marcou-os de pequenez, de timidez e de incapacidade.



— Que I.S.? —

*Tanto que, quando eles, suspirando de alívio com a morte de Salazar, quiseram fazer, com outro condicionado que foi Marcelo Caetano, a grande explosão industrial fizeram — o Portugal industrial dos pequeninos, a siderurgia dos pequeninos, as refinarias dos pequeninos.*

*Salazar tinha-os marcado. Pusera-lhes, na cabeça, chapéus apertados, obrigara-os a enfiar, nas pernas, as calças listradas, deixara-os psicologicamente travados pelas esperas nas antecâmaras, obrigara-os a lustrar os joelhos nas igrejas.*

*Vingara-se.*

*A grande burguesia portuguesa não tem, como a grande burguesia francesa, o lance e o apetite, que Balzac escrevia e, coitado!, apetecia. Nem tem, como a grande burguesia italiana, o génio renascen-*

*tista, a cultura do dinheiro, a arte do ouro. Nem tem, como a grande burguesia norte-americana, a brutalidade, a impessoalidade, a eficácia.*

*A grande burguesia portuguesa é chorona, aliteratada, política, memorialista, fadista. Está cheia de má consciência. Tinha o poder porque tinha alguns polícias pelas esquinas.»*

## Os trabalhadores dizem «Não»

A política do Governo no sector laboral e agrícola foi, durante o fim-de-semana, contestada por alguns milhares de trabalhadores que realizaram, em Lisboa, Porto e Coimbra, concentrações simultâneas.

No comício do Estádio 1.º de Maio, em Lisboa, convocado pela União dos Sindicatos de Lisboa, União dos Sindicatos de Setúbal, Secretariado da Comissão de Trabalhadores da Cintura Industrial de Lisboa, Secretariado das Empresas em Auto-Gestão de Lisboa e Secretariado das Empresas Intervencionadas de Lisboa, com a adesão da Intersindical e de muitas organizações populares de base, foram aprovadas duas moções.

A primeira em defesa e prosseguimento da Reforma Agrária, exigindo que o Governo «prossiga com as expropriações, cumprindo e fazendo cumprir as leis conquistadas pelo Povo Português», e afirmando a «inquebrantável disposi-

ção de prosseguir a luta pela Reforma Agrária, não permitindo que as forças reaccionárias actuem, utilizando como instrumento os órgãos do Estado, que, em lugar de cumprirem a Constituição, põem em perigo o trabalho e a produção do nosso país».

A segunda moção recomenda «a luta pela unidade do movimento sindical e dos trabalhadores em geral e a todos os níveis, denunciando as manobras divisionistas» e exige «que o Governo e os restantes órgãos do poder revoguem imediatamente o Decreto-Lei 164-A/76 (que retira ao Ministério do Trabalho poderes de intervenção para impor regulamentação de acordo com os interesses dos trabalhadores), continuando os trabalhadores a luta para que seja aprovado no essencial o projecto-lei sobre a contratação colectiva, elaborado pelo Movimento Sindical e já entregue na Assembleia da República; o cumprimento da Constituição e, para tanto, que não sejam promulgados ou sejam revogados os decretos-leis do Governo que violam o direito ao trabalho e à segurança no emprego, mantendo em vigor as leis progressistas publicadas depois do 25 de Abril, de forma a reconhecer que os contratos colectivos possam proteger de maneira eficaz os trabalhadores contra os despedimentos; o pagamento integral do 13.º mês em dinheiro para todos os trabalhadores; e a participação determinante e organizada dos trabalhadores na ela-

— A vingança de Salazar —



# semana opção

boração das leis do trabalho e a revogação de todas as leis antioperárias e contrárias à Constituição».

Foi ainda decidido «apoiar a Assembleia da República, a Comissão Constitucional, o Conselho da Revolução e o Presidente da República em todas as medidas que, como é urgente, venham a tomar dentro da Constituição, com o objectivo patriótico de defender o regime democrático, rumo ao socialismo».

## Mulheres reúnem em Lisboa

Decorreu em Lisboa, durante três dias, a reunião do executivo da FDIM — Federação Democrática Internacional das Mulheres. No encerramento da reunião foi lançado um apelo a todas as mulheres do mundo para que prossigam a luta pela igualdade de direitos, pela paz e pelo desarmamento e fortaleçam a solidariedade para com os povos em luta, nomeadamente os da Palestina e da África do Sul.

A FDIM, que integra 124 organizações femininas de 109 países, definiu nesta reunião um programa de acção para os dois próximos anos do qual fazem parte a criação de centros de alfabetização em todo o mundo, a construção de um hospital para mulheres e crianças no Vietnam, a realização de um seminário latino-americano no Panamá, uma reunião na Checoslováquia sobre o desenvolvimento da personalidade da criança, um seminário na Hungria sobre a situação das mulheres trabalhadoras na Europa e a construção de um centro, na Somália, destinado às organizações femininas de África. A presidente da FDIM assinalou, durante a reunião, que a libertação das antigas colónias portuguesas constituiu uma vitória para toda a humanidade, ao mesmo tempo que a queda do fascismo em Portugal «abriu uma esperança para todos os povos oprimidos».

Uma delegação da FDIM — composta pelas presidente e secretária-geral e por Luísa Amorim, do MDM — foi recebida pelo general Ramalho Eanes, membros do Con-



«Se a gente perder esta terra, vai perder mais»

selho de Revolução e pelo ministro de Estado, Henrique de Barros.

## Fundação Cuidar o Futuro Beja em pé-de-guerra

«Se a gente perder esta terra, vai perder mais» — afirmou um trabalhador agrícola, a propósito da devolução da herdade da Lobata (no distrito de Beja) ao seu antigo proprietário, e ao abrigo do «direito de reserva».

Perante esta devolução, o distrito vive há quase duas semanas em constante agitação, pois o Governo decidiu iniciar o processo de entrega das reservas aos agrários, antes de proceder às expropriações prometidas de 700 mil hectares, e sem estabelecer um critério selectivo que oriente o direito de reserva.

O caso é tanto mais grave, quanto os incidentes parecem só ocorrer em Beja, e não nos outros distritos — em Évora, por exemplo, o cumprimento da Lei da Reforma Agrária tem decorrido sem problemas.

Na verdade, no distrito de Beja, as desocupações processaram-se de forma diferente da dos outros distritos: houve uma imposição do CRRA (segundo os trabalhadores, com o aval do Governo Civil), na medida em que limitou a fazer

convocatórias às comissões directivas das Unidades Colectivas de Produção (onde se pretende fazer as reservas) sem estabelecer conversações prévias com os trabalhadores.

Entretanto, estes encaram possíveis formas novas de luta: assim, permanecem nas imediações — uma vez que a GNR os impede de entrar na herdade — 24 horas por dia, comendo e dormindo no local.

VITOR DA FONSECA

## CONTRIBUTO PARA O ESTUDO DA GÊNESE DA

# PSICO-MOTRICIDADE

Psicólogos, psicoterapeutas, pedo-psiquiatras, pediatras, investigadores, educadores e todos os que, por uma ou outra razão, se interessam pelas ciências da educação e pela criança, têm neste livro razões de interesse que tornam do maior valor a sua leitura e estudo.

editorial notícias

Rua Rodrigues Faria, 103 - Tel. 633021 - Lisboa

## Economistas: tecnocratas ou socialistas?

Trata-se de uma profissão nova, que foi muito bem paga e ainda é razoavelmente remunerada. Traz consigo uma incontestável tradição de luta antifascista embora, presentemente, seja em larga percentagem apenas um «clube de tecnocratas». Referimo-nos aos economistas que são (ou aspiram a ser?) uma das novas classes dirigentes deste Portugal renovado.

Numericamente os economistas são muito poucos; sindicalmente estão repartidos por diversos organismos; partidariamente distribuem-se bastante e, de acordo com as tarefas que desempenham, movem-se em diversos campos de actividade. Acontece ainda que, enquanto classe profissional, os economistas são muito pouco coesos, ao contrário do que acontece com os médicos, os advogados ou os jornalistas, por exemplo. Não possuem um contrato colectivo de trabalho e não têm princípios de código deontológico estabelecidos. Analisando os corpos directivos (e as bases) dos quatro grandes partidos políticos portugueses, encontramos economistas em todos eles, embora o PPD/PSD pareça ser aquele que maior número destes profissionais reúne. Se formos ao campo sindical, vemos que existem licenciados em Economia no Sindicato Nacional dos Economistas, mas também nos Bancários nos Escritórios.

Na verdade, a ligá-los, os economistas têm apenas um grande ponto em comum: ter tirado um curso de economia e finanças.

### Muito a separá-los pouco a uni-los

Uma vez formados, vemos economistas desempenhar actividades variadas, que vão desde a gestão de empresas à banca, passando pelos ministérios e outros organismos estatais, sem esquecer uns tantos que continuam a exercer pro-

fissão livre, elaborando pareceres para empresas públicas e privadas, estudos de viabilidade, análises de mercado, etc.

Estes últimos, especialmente os que tinham «nome feito», auferiram grandes proventos até à modificação do regime político-económico do nosso país. Dedicavam-se então, por exemplo, a estudos de viabilidade de fusão entre duas ou mais empresas e, fixando também os valores dessa operação, podiam ganhar quantias muito razoáveis, já que, em geral, estavam frequentemente em causa somas fabulosas.

Neste momento foi bastante reduzido tal tipo de operações e, como nos confessou um economista que exerce profissão livre (e dá igualmente aulas, em regime particular, de gestão financeira), estes profissionais «trabalham à hora», em pequenas tarefas, para organismos oficiais e para pequenas empresas privadas.

Não conseguimos averiguar quanto ganhava, já que, conforme nos afirmou, isso depende do trabalho desempenhado e, sem dúvida, das verbas envolvidas em cada operação.

### Bem pagos mas contestatários

Contudo, os economistas que trabalham para o Estado e entram, acabado o curso, como técnicos de 2.ª, ganham menos que no sector privado, e auferem, segundo nos dizem, cerca de 12.000\$00. Um economista que trabalhe desde o começo da década de sessenta, terá, em média, um salário entre os 20 e os 30 contos. O duplo emprego é relativamente frequente: um economista com quem falámos, membro da comissão administrativa de uma firma com intervenção do Estado, auferia 22.000\$00 e como assistente do ensino superior tem novo salário, da ordem dos 10.000\$00.

Na banca, os vencimentos dos economistas não ultrapassam os 30 contos. E, como escalão mínimo de ordenados, nesta profissão, estarão os jovens licenciados que dão aulas no ensino secundário, os quais dificilmente ultrapassam a dezena de contos de vencimento mensal.

Durante décadas, os economistas foram como já referimos, uma profissão predominantemente antifascista. A escola de economia teve sempre posição vanguardista e desde os tempos de Bento de Jesus Caraça que os licenciados em economia se salientaram por actividades contestatárias. Faziam-no, alguns, por pura opção de classe já que entre os economistas — especialmente entre os que se formaram há 20 anos — encontra-se um núcleo de jovens vindos das classes mais desfavorecidas. Tiravam, muitos deles, o curso comercial e estudavam depois à noite, misturando-se, no conjunto dos alunos, com muitos «meninos bem» que tiravam o curso para gerir a empresa da família...

Por outro lado a Revista de Economia que, com grandes dificuldades, conseguiu publicar-se de 1948 a 1963, foi uma voz anticonformista dentro da imprensa da época, nela tendo colaborado, nomeadamente, Bento Caraça, Rémy Freire, Magalhães Godinho, Esteves Belo, Vergílio Moreira, António Sérgio, Lopes Cardoso, Henrique de Barros, Oliveira Martins, Castro Caldas, Manuel Belo e outros.

### Que lugar para os novos?

No ano lectivo de 1974/75, o Instituto Superior de Economia de Lisboa teve mais de 4000 alunos matriculados. Mas dos que terminaram o curso, menos de 60% terão até agora conseguido emprego, segundo nos dizem. É que a procura de economistas diminuiu consideravelmente.

De facto, a situação económica da maior parte das empresas não facilita a entrada de novos técnicos, nem os empresários se têm mostrado muito dispostos a admitir pessoal. Por outro lado, nas grandes empresas nacionalizadas e nos ministérios, os quadros de pessoal estão cheios. O mesmo acontece nos bancos, os quais, há alguns anos, admitiam de bom grado os jovens economistas acabados de formar. Acontece ainda que vem sendo diminuto o número de novas empresas privadas com necessidade de gestores.

Assim, a maior parte dos alunos recém-formados está a dar aulas no ensino secundário, embora o curso de Económicas não forneça grande preparação pedagógica.

«No princípio da década de sessenta, não chegávamos para as encomendas. Tirar um curso de economia era ter emprego mais que assegurado» — afirmou-nos um destes profissionais, que se formou em 1963. Pelo que nos disse, ao formar-se, teve várias ofertas de emprego, acabando por escolher trabalhar no Ministério das Finanças, com um salário que, na altura, não podia ser considerado mau para um principiante.

Nessa altura, o número de alunos formados era também muito mais reduzido. Em 1969, diz-nos um economista que então se formou no ISE, terão sido cerca de 20 os alunos que terminaram o curso naquela escola. Em 1975, os vários estabelecimentos de ensino de economia, em todo o país, produziram um total de mais de 500 novos profissionais.

Razão de peso na falta de emprego ressentida pelos recém-formados — segundo nos foi dito, por fontes tão variadas que estamos em querer que dificilmente poderá ser desmentido — é a deficiente preparação com que terminam o curso.

As escolas de economia não passaram, de facto, imunes pela situação conturbada que tem vindo a afectar o ensino superior. E, embora entre nós os cursos de economia e finanças não tenham nunca tido qualidade excepcional, parece ponto assente que o nível do ensino diminuiu significativamente. Por outro lado, quando, há alguns anos, os novos profissionais eram admitidos nos ministérios ou noutros organismos públicos, os primeiros meses de trabalho funcionavam quase como estágio, já que, segundo nos foi afirmado, os economistas mais antigos procediam a um enquadramento dos recém-formados, ajudando-os no trabalho prático, que não conheciam.

Neste momento, tal não pode nem está a ser feito pois, como já referimos, a situação económica geral não possibilita a admissão de novos quadros e muito menos daqueles que não possuem a necessária prática.

Resta referir que o ensino da economia é feito, presentemente, nas Faculdades de Coimbra e Porto e no Instituto Superior de Economia, em Lisboa. A Universidade Católica, a Escola de Ciências Sociais e Políticas, e o IS-CAL (Instituto Superior de Ciências do Trabalho e de Empresa) têm também este curso, e o mesmo acontecia com a Escola Bento de Jesus Caraça, em Évora. Mantém-se por definir se os institutos comerciais, que formam contabilistas,

equiparados a bacharéis, poderão, com o alargamento do número de anos de ensino, formar especialistas em economia e gestão de empresas.

## Investigação inexistente

Há dois como há vinte anos o ensino de economia era entre nós praticamente virado para o campo da iniciativa privada, numa perspectiva perfeitamente capitalista, de forma que os profissionais não se encontram, de maneira geral, apetrechados para fazer face aos problemas postos pelo regime que presentemente temos, com largos sectores da economia nacionalizados.

Por outro lado, o ensino que tem vindo a ser praticado nas escolas de economia, durante estes dois últimos anos, apresenta deficiências, pelo que, segundo nos foi referido, será cada vez mais sentida a necessidade de se instituírem cursos de pós-graduação.

Estes destinam-se-iam, não só a suprir as falhas já apontadas, como também a melhorar certos campos da investigação. Aliás, não existe praticamente entre nós investigação científica no campo da economia, e poucos são os profissionais deste ramo com obras publicadas, de carácter teórico. Quanto à macroeconomia a falta de investigação científica faz-se também duramente sentir.

Não havia, nem há, em Economia uma cadeira de planificação nem, como se passa nos países capitalistas, os alunos são instruídos sobre uma programação económica global, mesmo que dependente do sector privado.

«Sempre tivemos uma Economia de caráter doméstico» — afirmou-nos um destes profissionais, referindo-se ao modo empírico como funcionou o estudo de tal matéria. Por outro lado, a orientação que os economistas encontravam no campo profissional não constituía incentivo para a investigação. Mas, hoje em dia, por razões económicas, de falta de tempo e de má organização entre outras, pouco se modificou neste panorama.

«Os economistas batem todas as teclas», disse-nos um destes profissionais, referindo-se a uma falta de especialização proverbial. E, devido a este estado de coisas temos que o Banco de Portugal, pretendendo reformular as suas estatísticas, teve de pedir a colaboração de um técnico do Fundo Monetário Internacional, por não haver quem, entre nós, estivesse à altura da tarefa...

Logo após o 25 de Abril, o Sindicato dos Economistas organizou reuniões que, além de terem tido importância para a vida sindical, adquiriram também relevo no campo da discussão de temas económicos.

Numa dessas reuniões, em Maio de 1974, os economistas apontavam a necessidade da nacionalização da banca, dos seguros, de alguns sectores-chave. Convém frisar que o faziam com quase um ano de avanço em relação à data em que as nacionalizações se efectivaram (Março de 1975) e, além disso, essa terá sido uma das reuniões sindicais que maior número de associados reuniu (cerca de 400), tendo as decisões sido tomadas por consenso geral.

Na sequência deste encontro, tentou-se a

formação de grupos de estudo, destinados a analisar sectores da economia. Chegaram a ser marcadas reuniões para discussão dos seguintes temas: salário mínimo; meios correntes de controlo da inflação; definição de uma política anti-monopolista; situação económica face à descolonização, etc. Mas, com o decorrer dos meses, esses grupos de estudo desmobilizaram-se e, a iniciativa não teve continuação.

Também por essa época e a convite do Sindicato estiveram entre nós notáveis economistas estrangeiros, entre os quais o chileno Martinez e o belga Jacques Nagals, que fizeram diversas conferências. O Sindicato participou ainda numa reunião do Conselho para a Paz e Cooperação, que teve por tema «Desenvolvimento Económico e Cooperação».

Há pouco mais de um mês teve também lugar na Fundação Gulbenkian um congresso organizado pela Fundação Marshall em que participaram economistas de renome mundial. Neste caso, o Sindicato não foi tido nem achado, e os associados que nele participaram foram convidados a título individual.

## 20% de sindicalizados

Neste momento, o Sindicato dos Economistas tem cerca de 2000 associados que não serão, todavia, mais que 20% do total destes profissionais. É que, de acordo com o Artigo 1.º dos seus estatutos, só podem filiar-se no Sindicato aqueles que trabalhem por conta de outrem. Por outro lado, os funcionários de Estado estão ex-





cluídos, de acordo com a lei sindical, acontecendo ainda que muitos profissionais formados em economia ou finanças preferiram inscrever-se em sindicatos próximos das actividades que exercem.

É esse o caso dos economistas que trabalham na banca, que em grande parte pertencem aos Sindicatos dos Bancários. É ainda o caso de quadros das grandes empresas nacionalizadas (e também de empresas privadas com menores dimensões) que pertencem ao Sindicato dos Escritórios.

Dada a inexistência de um contrato colectivo de trabalho, os economistas dispersaram-se por vários organismos sindicais, com destaque para os três que já referimos. De entre aqueles que preferiram permanecer no Sindicato dos Economistas convém referir os licenciados em economia que trabalham nos CTT, na CP, na CUF, e noutras empresas. Contudo, a distribuição por sindicatos não foi feita, tanto quanto sabemos, de acordo com critérios rígidos: os economistas escolhiam um sindicato e sindicalizavam-se (ou não) mais ou menos por decisão própria.

O Sindicato dos Economistas parece debater-se com um certo desinteresse dos seus membros pela vida associativa. Por exemplo, quando, em Julho do ano passado, foram discutidos os estatutos, e aprovados na generalidade, convocou-se nova assembleia com o fim de os analisar na especialidade. Três meses depois, na data marcada, a Assembleia Geral do Sindicato dos Economistas não tinha «quorum»... O mesmo aconteceu com a reunião seguinte e, até hoje, não foi possível reunir número suficiente de sócios para aprovar os estatutos,

por artigos.

Por outro lado, os sócios do Sindicato têm, em geral, mais de 35 anos. Grande parte deles inscreveram-se até 1961; houve uma renovação de inscrições nessa data e também após o 25 de Abril, mas entre 1969 e 1972, poucos dos recém-formados manifestaram interesse em fazer parte do sindicato.

### Antigo «bastião antifascista»

Contrastando com o actual desinteresse, avoluma a posição desempenhada pelo Sindicato durante o regime deposto. «Bastião antifascista», nunca dominado pelo sistema corporativista, o Sindicato dos Economistas, que sucedeu ao Sindicato dos Comercialistas, herdou e manteve do seu antecessor uma posição única no movimento sindical português.

Em 22 de Outubro de 1941, o antigo Sindicato Nacional dos Comercialistas, cujos estatutos haviam sido aprovados em Junho de 1935, e que nunca ultrapassou os 212 associados, mudou de nome e passou a congregar todos os licenciados, qualquer que fosse a escola de economia em que se tivessem formado.

Os primeiros anos de vida do novo sindicato foram atribulados por razões de ordem prática (dificuldades económicas, falta de sede, etc.) mas, ao mesmo tempo que em Assembleias Gerais iam sendo discutidos problemas de organização e de ordem político-económica, formava-se toda uma geração de esforçados e combativos sindicalistas.

*Economistas socialistas: levantai-vos e caminhai !*



Em 1950, o Sindicato tinha sede própria, vida independente e duplicara o número de sócios.

Foi então que começou a campanha governamental contra a organização de classe dos economistas: em Setembro de 1952, o ministro das Corporações, Soares da Fonseca, mandava anular a inscrição de todos os funcionários de Estado ou de organizações administrativas, seguindo-se-lhe a deliberação de irradiar os associados que desempenhavam cargos de administradores de empresas, «na suposição de que tais medidas seriam suficientes para dar morte natural ao sindicato, por falta de sócios» — como se pode ler num boletim publicado por este organismo em Fevereiro de 1969.

Da decisão do ministro recorreu o Sindicato para o Supremo Tribunal Administrativo, com a aprovação dos sócios em Assembleia Geral.

Tentou-se também criar uma Associação de Economistas, cujo estatuto, nunca aprovado pelo Governo, chegou a ser dado como desaparecido no ministério...

O acórdão do Supremo Tribunal Administrativo, em Fevereiro de 1957, confirmava a existência do Sindicato e a ilegalidade da decisão do ministro. Os corpos gerentes que haviam apresentado um pedido colectivo de demissão, retiraram-no, com excepção de um membro. Mas, quando tudo parecia normalizar-se, transformando-se o Sindicato em Ordem para poder continuar a reunir o maior número possível de economistas, os corpos gerentes não viram a sua nomeação homologada pelo Governo.

E foi assim que uma direcção se manteve em exercício durante mais de dez anos... Até que em 1968 era promulgada uma lei que libertava as direcções dos sindicatos de uma homologação governamental e, no ano seguinte, fazia-se nova eleição, ao mesmo tempo que se tentava que o sindicato tivesse a mesma representatividade que os restantes organismos. O ministério das Corporações, contudo, defendia que deveria ser o Sindicato dos Escritórios a representar os economistas, pelo que o diferendo se manteve até ao 25 de Abril.

Quanto à Associação dos Economistas, ela aparece revigorada no pós-25 de Abril. Com estatutos já aprovados e sede provisória nas instalações do Sindicato, ela tem por funções, nomeadamente, «promover a análise e o debate das realidades económicas»; «promover o aperfeiçoamento profissional dos associados»; «debruçar-se sobre a deontologia profissional»; e «promover a convivência intelectual e a troca de experiências entre os seus associados».

Não se trata, portanto, de uma organização paralela ao sindicato. A Associação dos Economistas congrega todos os licenciados em Económicas, em escolas portuguesas ou estrangeiras, podendo ainda ter como sócios «indivíduos cuja competência no domínio das Ciências Económicas e Financeiras seja reconhecida pela Assembleia Geral» (Artigo 6.º, alínea g). É um organismo com funções marcadamente organizativas e deontológicas e nele podem participar todos os formados em economia, independentemente de trabalharem para o Estado, por conta própria, ou como assalariados.



## O culto do narcisismo

Os ademanes e o empolamento da figura individual são traços do carácter que a evolução sócio-cultural tem vindo a apostrofar e a dizimar. Coagidos por crítica severa, timoratos ante a nova ética, os cultores do prestígio, do exibicionismo e do sucesso pessoal têm procurado retrair-se e, aparentemente, ceder às exigências contemporâneas de apagamento e dissolução na vontade grupal e colectiva.

Procura-se asseverar que o trabalho, o planeamento, as decisões, as iniciativas, a responsabilidade provêm de um agrupamento, de um todo, e não, de forma alguma, do individualismo.

É positiva a censura ao poder pessoal e ao culto da personalidade. Porque um tal culto conduz ao sedentarismo da evolução e à estagnação do progresso natural.

A veneração do pessoalismo remonta aos alicerces da personalidade e do carácter. Assenta no narcisismo, estado primeiro e natural do começo da vida. A criança recém-nascida é naturalmente assim. O homem adulto procura diferenciar-se de um tal estado primitivo. Quanto mais se expande para fora do estado narcísico, mais evoluído é o homem. Maior consistência atinge uma civilização.

Narkissos é o jovem que a mitologia grega celebrou como tendo-se consumido na contemplação do reflexo da sua própria imagem.

O decorrer da vida é uma luta permanente entre a tendência narcisista e a força que impele para o exterior de nós próprios, na busca de trocas afectivas frescas e estimulantes, na descoberta de novos valores.

Os sucedâneos sociais do narcisismo individual são o racismo, o chauvinismo, o jingoísmo, o nacionalismo.

Estes são atributos manifestos do fascismo e são, mais cá por casa, brasões mal-escondidos dos apaniguados do salazarismo.

Porém o narcisismo, na sua expressão social e política, pode tornar-se também peia maligna do partidismo da esquerda.

Nada mais perigoso seria do que assumir a convicção de que só pelo princípio de se ser de esquerda política se está imune aos vícios da direita. Ou a outros que da direita nem sejam. Se as normas políticas de uma esquerda assentam no fomento da democracia e na construção do socialismo, as suas normas éticas têm que extirpar o culto do narcisismo.

O narcisismo partidário adorna-se de arrogância, de convicção absoluta, de falta de humildade, de fanatismo. O culto narcisista do partidismo faz-se acompanhar de intolerância à crítica, de uma pobreza de investimentos renovadores, de míngua de trocas férteis com o exterior. O narcisismo não ama; venera-se. Não prolifera; hipertrofia-se.

O narcisismo é um recolhimento de contemplação e estatismo que fede a bafio e a morte lenta.

Há pois que estar atentos. A reconstrução que se nos continua a impor não se pode compadecer com compadrios e nepotismos partidários. Não podemos deixar (para edificar) de recorrer à competência técnica e humana, pois que dessa não temos nós inflação. E não a trocar e confundir, ruinosamente, com coloração partidária.

Transitar de um regime autocrático e narcisista, como o salazarismo, para um regime que se quer democrático e livre mas que resulta composto de núcleos facciosos e intolerantes, não se afigura satisfatório. E cada vez mais se vislumbra uma certa soberba, uma certa petulância narcisista de homens de esquerda em relação a outros homens de esquerda que só diferem entre si no carisma partidário. Ou de que, porquanto sendo de esquerda, entendem não assumir qualquer carisma partidário.

Realmente não se pode aceitar a substituição do exibicionismo pessoal pelo exibicionismo partidário. Não se pode transitar do culto da personalidade para o culto da impersonalidade. Não se deve confundir a tendência autocrática, onipotente e dirigista com o sentido da responsabilidade pessoal, a combatividade e a capacidade de iniciativa. E há personalidades que estão, num dado momento e naquele sentido, mais dotadas que outras. E devem então partilhar, sem reboços, tais qualidades com outros. Pois que grupos e conglomerados de indivíduos sem diferenciação resultam ineficientes. E a tendência é então para a sobrevalorização de um narcisismo balofo traduzido por uma convicção pessoal de capacidade crítica, mas de qualidade destrutiva e passivo-agressiva (apontar erros e males sem ofertar qualquer solução alternativa para os mesmos).

Numa situação concreta, em que estamos agora-e-aqui, de criminalidade política grave, traduzida por actos de terrorismo bombista, provocação neo-fascista na própria imprensa, em escolas e lugares públicos, nós, homens da esquerda, povo desta terra, temos que, urgentemente, sustar as nossas quesílias provincianas e combater o inimigo comum. De dois modos.

Desmantelando a aquiescência e a complacência para com a criminalidade política do neo-fascismo e das forças políticas que explícita ou implicitamente o acalentam.

E reflectindo sobre as evoluções e metamorfoses do narcisismo. Cerceando esta proliferação de mini-narcisismos em que trágico-comicamente nos estamos a transformar. Cada quem mais derrotista, cada qual mais bem informado, cada um mais senhor da razão.

Cada cabeça sua sentença é estigma de confusão política. Se há uma ética de esquerda, tem ela que dizimar qualquer tendência narcisista adentro da própria esquerda.

# A Espanha prepara-se para a «batalha do referendo»

Espanha, Novembro.

«Será que Madrid já está a arder?»

Eis uma pergunta inesperada, mas lógica para quem esteja atento ao vulcão político que neste momento lavra nos bastidores quer do Governo quer dos partidos espanhóis. Por outro lado, a dureza da pergunta chocava-se no espírito de quem acabava de percorrer setecentos quilómetros de serenos e bem cultivados prados, de Ayamonte a Madrid, por onde as vilas e cidades se intercalam como aparentes «espectadores» dessa riqueza fundamental do homem, que é a terra, e depois, em plena meia tarde, de para com uma fogueira bem no centro da capital espanhola.

Fogo, sim, com efeito, mas nada mais ardia do que oitocentos exemplares do «Diário 16», que, tendo aquele violento destino já não seriam entregues nas bancas para venda aos leitores, porque manifestantes franquistas haviam assaltado a furgoneta que os transportava e, acto contínuo, os queimaram. E isto só porque o novo periódico, na mesma linha progressista da revista «Cambio 16», ousa dizer a verdade e clamar nas suas colunas, através da isenção, por uma democracia autêntica para Espanha.

Porém, aquele acto condenável seria de somenos importância comparado com os insultos dirigidos ao próprio Governo, chegando os milhares de manifestantes, encabeçados pelos «guerrilleros de Cristo Rey» a gritar: «Gobierno, demíte-te, o povo não te admite», para logo de seguida pedirem «O Ejército ao poder».

Nem o nome do primeiro-ministro Adolfo Suarez foi poupado. A causa desta ira era a aprovação da reforma política, pelas Cortes, cujos procuradores eram também apelidados de «traidores». Entretanto, realizava-se uma concentração na Praça Oriente, que um grupo queria, com um enorme cartaz, rebaptizar com o nome de «Francisco Franco, Caudilho de Espanha», já que estavam ali para prestar homenagem ao defunto general, a propósito do primeiro aniversário da sua morte.

Mas, embora as cerimónias englobassem sobretudo orações religiosas, verificou-se que não houve a devida introspecção nos manifestantes

da extrema-direita, pois cerca de dois milhares deles quiseram agredir os cinquenta jornalistas presentes, que só ficaram a salvo nos autocarros da Polícia, enquanto um fotógrafo do jornal «El País» ficava com a cabeça partida, porque não logrou escapar quando tentava obter uma foto da manifestação.

Entretanto, a Marquesa de Villaverde, filha de Franco, feita duquesa, levantava-se do seu lugar e com um sorriso cândido pôs-se a saudar os presentes. Foi nesta altura que se viu claramente que ela tinha um auto-colante do novo partido, «Força Nova, sobre o seu caríssimo casaco de vison negro».

Mas os incidentes mais ou menos graves daquele dia 20 estavam longe de terminar: sucesso dos sucessos para os aguerridos manifestantes foi terem obrigado o oficial de serviço da Direcção-Geral de Segurança, em La Puerta del Sol, e no momento guardada por tropas especiais da Polícia, a pôr a bandeira nacional a meia haste. Depois, enquanto um cabo e um tenente saudavam militarmente, os manifestantes que tinham chegado ali aos gritos de «Suarez, dimission, por perjúrio y por masón», cantavam, de braço levantado fazendo a saudação fascista, «Cara al Sol».

Quanto ao número de manifestantes na Praça Oriente, as estimativas, conforme as tendências de quem as fez, variam entre quarenta a oitenta mil. Um outro cálculo, este extremamente es-

pectacular, foi feito por Fernandez de La Mora, membro da Aliança Popular, movimento político da extrema-direita surgido em Setembro último, através de diversas associações políticas franquistas encabeçadas por seis dos mais conservadores ministros do Caudilho, e cujo secretário-geral é também antigo ministro do Interior, Manuel Fraga Iribarne. Um quarto de milhão de pessoas anunciava Mora, no jornal de linha franquista «ABC»; sendo porém contrariado pela opinião de um técnico municipal, que atribui àquela artéria a lotação máxima de cento e cinquenta mil pessoas, o que não era o caso, já que se notavam muitos espaços vazios.

## Greves

Entretanto em Bilbao, os trabalhadores da construção civil levavam por vencida os empresários nas suas reivindicações, pedidas há mais de quarenta dias, período esse em que se mantiveram em greve.

Talvez por verem os resultados alcançados pelos seus companheiros, é que cerca de nove mil operários também do sector da construção civil, de Pamplona, resolveram entrar em «paro», enquanto os empresários não satisfizerem suas pretensões, e que são: aumento de sete mil pesetas mensais; quarenta horas de trabalho por semana; revisão salarial em cada seis meses, conforme o custo de vida; reforma aos sessenta

*Alguns jornais «ousam» dizer a verdade... e são queimadas em auto de fé.*



anos com cem por cento do salário; seguro de acidente, de dois milhões de pesetas a cargo da empresa e de quatro milhões em caso de invalidez total; ensino gratuito para os filhos dos trabalhadores, a cargo da empresa; recuperação dos dias perdidos por mau tempo; impostos por conta da empresa; readmissão de despedidos; cem por cento de salário em caso de acidente ou doença.

Alegando que o actual Convénio de Trabalho termina em Janeiro próximo, os empresários negam-se a negociar, pelo menos até essa data.

Ainda na mesma zona geográfica de Espanha, ou seja perto da raia com a França, em Saragoça, é a vez de três mil dos cinquenta e dois mil metalúrgicos declararem «huelga», por não concordarem com o aumento salarial de 27 por cento oferecidos pelas empresas, durante as conversações que se efectuaram. Aquele aumento começaria a ser pago a partir do mês de Janeiro próximo.

Voltando a Madrid, e enquanto outras greves se anunciam, a polícia de choque rechaça a manifestação dos guardas prisionais, também em greve, levada a efeito na capital como apoio às reivindicações salariais subscritas em quase todas das trinta prisões de Espanha.

Melhor sorte tiveram, porém, os professores primários que conseguiram entabular negociações com o Governo. Com efeito, a quase totalidade dos cento e quarenta mil professores primários acharam-se na necessidade de recorrer à greve em virtude das suas reclamações profissionais não serem atendidas pelas autoridades governativas.

«A nossa atitude não é um capricho. É, isso sim, a necessidade de dar ao país uma qualidade de ensino convenientemente digna e que os nossos direitos e aspirações sejam respeitados e atendidos» — diz um porta-voz do Movimento Unitário de Professores, que entre outras reivindicações pedia a aplicação do critério «para trabalho igual, salário igual», gestão democrática nos centros, dignificação da profissão e ainda aumento salarial, já que as dezasseis mil pesetas auferidas mensalmente são consideradas pouco. Desta forma 3 708 000 crianças dos seis aos treze anos estão de férias forçadas, juntando-se às outras 1 356 327, que, estando também em idade escolar, não se inscreveram naquele curso primário.

De greve ainda se encontravam também, mas de fome, encerrados na Faculdade de Medicina, da Universidade de Santander, os doze estudantes que desta maneira protestam pela não admissão na mesma Faculdade, de cinquenta e seis colegas. Entretanto, uma mulher de meia idade solidarizando-se com os estudantes santedanderinos juntara-se-lhes, quando estes iam no 6.º dia da greve de fome.

E por causa, não das greves, propriamente ditas, mas pelo encerramento nas galerias, dos mineiros, em Reocín, Torrelavega, o presidente do Colégio Oficial de Médicos de Santander, dr. Piñal, foi ameaçado de prisão pelo governador civil, Gabriel Aranda, ex-director-geral da Radiotelevisão, em virtude do apoio dado pelo dr. Piñal a um grupo de médicos que, a pedido de familiares dos mineiros encerrados, pretendia

entrar nas minas, a fim de prestar assistência clínica a alguns dos operários.

Ao ser proibido o acesso dos médicos à mina, o dr. Piñal protestou junto do governador civil, ao mesmo tempo que oferecia a sua própria colaboração. Foi então que o governador Aranda, fundamentando que havia intencionalidade política, o ameaçou com a prisão. Isso desencadearia uma onda de indignação por parte dos médicos daquela capital da zona do Mar Cantábrico, que trataram de enviar um telegrama de repúdio à Organização Mundial de Saúde, pela actuação do governador civil, enquanto uma carta dirigida pelo Conselho Geral de Colégios Médicos protestava também pela interferência que, aludindo suspeita política, perturbava o exercício da profissão médica «coisa que pode tipificar-se como um atentado aos direitos humanos».

Também do norte de Espanha vieram as primeiras manifestações contra o referendo do dia 15 próximo. Enquanto o Governo pretende, nas já iniciadas campanhas esclarecedoras, que o maior número possível dos quase 23 milhões de eleitores responda à pergunta: «*Aprova o projecto de lei de reforma política?*», treze partidos políticos da Oposição e ainda na ilegalidade reúnem-se em Madrid, onde deliberaram, entre outras questões, exigirem do Governo a legalidade de todos os partidos na Oposição, sejam de que correntes ideológicas forem, bem assim como organizações sindicais.

Antes, já os mais radicais haviam mobilizado seus adeptos com vista ao boicote. As cerca de mil pessoas que se manifestaram no centro de Barcelona procediam a uma série de atitudes, de que ainda não se tem conhecimento concreto ao que levarão, relativamente ao referendo. A dissolução do «Movimento», único partido franquista, também é unanimemente pedida pela Oposição.

## Partido Socialista Obrero Espanhol

Aos cartazes largamente difundidos pelo governo espanhol para a campanha eleitoral, através do Ministério do Interior — «*Se quiseres a democracia, vota*», «*Façamos a democracia juntos, votando*» e outros mais slogans —, responde o secretário-geral do PSOE, Filipe Gonzalez, que «é um referendo sem liberdade, referendo franquista; por isso, recomendamos a abstenção, porque não haverá nenhum controle democrático sobre o seu resultado».

E continuando: «as instituições franquistas estão intactas». Admite, no entanto, que o clima «é totalmente diferente» e que o grande êxito do primeiro-ministro Adolfo Suarez foi começar a aplainar o «bunker» franquista, ainda que enfrentando timidamente a extrema-direita.

Continuando a reconhecer a Suarez seus proficuos esforços pela liberalização do país, Filipe Gonzalez disse, em relação à recente aprovação das Cortes do projecto de reforma política: «Não nos agrada, porque não instituiu uma verdadeira democracia, mas, ao menos, existe.»

Assinala também que as relações com os comunistas são cordiais, não obstante certas di-

vergências sobre as alternativas e as prioridades. O Partido Socialista Francês e as teses de François Mitterrand seriam as linhas mais convergentes com a orientação do PSOE, ainda segundo Gonzalez, que depois se referiu à Internacional Socialista, que teve a sua Cimeira há dias em Genebra e onde ele, à frente de uma delegação do seu partido, esteve presente. Ainda a respeito da legalização do Partido Socialista Espanhol, e, como há um ano afirmara que os socialistas não aceitariam nenhuma participação ou compromisso com um poder que excluísse os comunistas, reiterou a sua afirmação: «A minha posição não mudou. Além disso, se não mantivéssemos esta atitude firme, o PCE não teria nenhuma possibilidade, pelo menos no momento, de se legalizar».

Interrogado acerca da hipótese de a Espanha chegar à democracia com o rei, respondeu: «Prender o contrário não seria política. Se Juan Carlos quiser salvar a sua coroa deve realizar a transformação democrática. Em caso de um fracasso, será ele o primeiro responsável, porque, contrariamente a uma ideia muito difundida na Europa, Juan Carlos reina e governa; é ele o chefe supremo. Se as mudanças não se realizarem rapidamente, a Monarquia pagará e o estribilho, ainda que minoritário, de «*Espanha amanhã será republicana*» poderá vir a ser muito popular — conclui o secretário-geral do PSOE, Filipe Gonzalez.

## O rei

O rei Juan Carlos está consciente dos divisionismos políticos que opõem os espanhóis, ao afirmar, por altura do 1.º aniversário do seu reinado, «que as coisas que nos unem como espanhóis são bastante mais do que as que nos separam, e estas últimas têm remédio se quisermos encontrá-lo sinceramente. Podeis dizer que creio em Espanha e na sua gente; que tenho uma imensa fé no futuro. E que gostaria de poder transmiti-la pessoalmente, um por um, a todos os que duvidam ou receiam».

Nesta ocasião, já o rei estaria a pensar nas viagens que alguns dias depois empreendeu, e destinadas a obter apoio popular para a Monarquia no referendo nacional do dia 15. Um outro acto político, e este de certa forma surpreendente, foi quando Juan Carlos fez saber, através de um decreto régio, publicado no Boletim Oficial do Estado, que é promovido a tenente-general António Aranda Mata, de 89 anos, na reserva, situação a que havia passado, em 1949, pelo próprio Franco, depois de ter reiterado ao então chefe do Estado que abdicasse do lugar, e desse via livre a uma monarquia constitucional e democrática encarnada por Don Juan de Borbón, Conde de Barcelona e pai do actual rei.

O caudilho teria ficado irado pela irreverência daquele oficial-general, que, por ser na ocasião o director da Escola Superior do Exército, que ele-próprio havia fundado, e ainda um militar de muita credibilidade nos meios políticos, lhe valeu ser «apenas» passado compulsivamente à reserva. Esta, sem dúvida, uma das atitudes mais recentes do rei Juan Carlos que maior surpresa causou aos observadores políticos.

## Prisões

Também a actividade policial não tem tido tréguas na repressão aos partidos políticos na ilegalidade. Assim, numa operação espectacular, a Guarda Civil e a Polícia prenderam cento e cinquenta e quatro supostos militantes da Liga Comunista Revolucionária — ETA VI, que procediam a uma assembleia em Oñate, Bilbao. Pretendiam fazer alarde público da falsidade da amnistia e da continuidade de processos tipicamente franquistas».

Mais tarde, o gabinete de imprensa da LCR-ETA VI, distribuía um comunicado denunciando aquelas detenções, como «desprezo pela igualdade, num flagrante atropelo à lei, já que, enquanto umas organizações políticas e sindicais não legais celebravam suas assembleias e congressos, mesmo publicamente, outras, igualmente não legais, são perseguidas pela polícia numa clara intenção de dividir o povo e debilitar o movimento operário». Antes da detenção, a assembleia, que era a nível nacional, já ia na sua quarta hora de duração.

Seguidamente, o Comité Provincial de Viscaya, daquela organização, convocou todos os partidos operários e organizações sindicais para que se iniciasse uma campanha exigindo a libertação dos detidos, o que viria a suceder, ao cabo das setenta e duas horas que a lei prevê, à grande maioria dos elementos afectos à LCR-ETA VI. Antes, porém, já os partidos convocados, nomeadamente, o Partido Comunista de Euzkadi e o Movimento Comunista de Euzkadi, se haviam unido numa frente comum, para denunciarem a operação policial, aproveitando depois para protestarem contra a prisão de todos os presos políticos.

Mas os partidos das diversas tendências parecem apostados em fazer cumprir seus programas, quer lhes seja permitido ou não pelas autoridades. A prova mais flagrante desta vontade foi dada pelos comunistas que num desafio aberto se lançaram, durante a «Semana do partido», à distribuição em Madrid de um milhão de exemplares de propaganda diversa, fazendo também assembleias em lugares de trabalho, de estudo e de recreio, onde foram apresentados os Comités do PCE, em cada um desses centros.

Por outro lado, eram recolhidas assinaturas para um requerimento em que se pediam passaportes para Dolores Ibarruri e Santiago Carrillo, embora se saiba que este dirigente comunista já se encontra em Espanha, sem, todavia, confirmação oficial. Desta campanha resultaram pelo menos cinco detenções, antes mesmo de ter começado, efectuadas quando jovens militantes colavam cartazes numa estação do metropolitano e falavam com algumas pessoas sobre o PCE, dentro da linha de orientação programada pela «Semana do partido».

Mais três jovens estudantes pelas mesmas razões foram detidos, mas estes são membros da Federação Popular Democrática — partido democrata-cristão — que havia solicitado autorização ao Governo Civil para a realização de um «meeting» e como se caducasse as setenta e duas horas, sem um resposta, decidiu iniciar a propaganda para o acto político.

## A Igreja e regresso de ex-exilados

Enquanto toda a Espanha está em ebulição com vista a atingir uma plataforma democrática, a Igreja anuncia a sua não interferência no pro-

cesso político em curso. Entretanto, são cada vez em maior número as figuras políticas que regressam do exílio a que a ditadura franquista as tinha obrigado, como é o caso de Rafael Vidella, que passou trinta e sete dos seus oitenta e seis anos fora do país. Vidella foi ministro do Governo Autónomo da Catalunha e mais tarde fundador do Partido Socialista Unificado (PSUC). À sua chegada ao aeroporto de Barcelona, procedente de Budapeste, estavam representantes de quase todos os partidos de Esquerda e também organizações sindicais, num total de aproximadamente seis mil pessoas.

Entretanto, para o visitante que venha a Madrid, o quadro político da Espanha de hoje pode parecer-lhe o mesmo de ontem, ou seja, que nada acontece, que nada se altera.

As pessoas passeiam calmamente nas frondosas e bem asseadas alamedas, aproveitando o sol de Outono que tem aparecido; as revistas sociais, e bastantes são, dão cada vez mais conta dos acontecimentos mundanos; a vivacidade descontraída do madrileno capta-se perfeitamente na Gran Via, onde teatros e cinemas esgotam as lotações não parecendo portanto caros os bilhetes de 150 e 100 pesetas, respectivamente, nem tão-pouco se importam os madrilenos com a fraquíssima qualidade dos espectáculos, grande parte deles passados em Portugal antes do 25 de Abril.

A censura continua de mão pesada.

Quanto à visita do primeiro-ministro, Adolfo Suarez, a Lisboa, para os madrilenos ela teve o mérito de desanuviar a reserva que tinham dos portugueses, particularmente depois do incidente com a embaixada no nosso país.

Alfredo Nascimento

Manuel Fraga Iribarne: de ministro do Interior de Franco a secretário-geral de um partido que se prepara para a «corrida»



# Em França sobem os socialistas e descem os giscardianos

Mitterrand: o grande vencedor foi o PSF, à custa do Partido Republicano Independente



As eleições legislativas parciais que se realizaram recentemente em França em dois domingos sucessivos, abrangeram sete circunscrições que representavam 1,26% do eleitorado, ou seja um pouco mais de quatrocentos mil eleitores de um corpo eleitoral que no seu conjunto engloba trinta e três milhões e duzentos mil cidadãos inscritos com direito a voto. O seu carácter evidentemente limitado não lhes tirou porém o profundo significado político desta primeira consulta eleitoral realizada em França desde que se deu a remodelação que levou à substituição de Jacques Chirac por Raymond Barre.

A primeira e mais saliente impressão que se pode colher do resultado destas eleições é o progresso da oposição socialista expresso no ganho de dois dos sete lugares em disputa, conquistados à maioria governamental, ou precisando melhor, vitórias do Partido Socialista conseguidas à custa da derrota de dois candidatos do Partido Republicano Independente, que como se sabe, é o partido centrista do Presidente Giscard d'Estaing.

O desvio verificado nestas eleições parciais (calculado em cerca de 8%, em relação às de 1973), se fosse projectado a uma escala nacional, traduzir-se-ia agora por um acréscimo de 80 deputados para a coligação socialista-comunista que passaria a ter uma confortável maioria na Assembleia Nacional francesa. De facto na situação actual, em relação a um total de 490 lugares a maioria governamental é de 295, o que significa que se a oposição da esquerda coligada ganhasse 80 lugares ficaria ao todo com 275, enquanto que a presente maioria do centro direita se transformaria numa minoria de 215.



*Os eleitores de Yvelines tiveram de escolher entre Bernard Destreman (ex-secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros) e Jean Cuguen (presidente da Câmara de Saint-Cyr e dirigente do PCF). Ei-los, quando saíam do «isolamento», antes de votarem*

O segundo e mais significativo facto relacionado com estas eleições, que se pode considerar como um dos seus aspectos mais originais, além da sua real importância intrínseca, foi a atitude dos eleitores socialistas, os quais na circunscrição de Versailles, na segunda volta do escrutínio, não hesitaram em transferir o seu apoio quase incondicional para os comunistas, quando um membro deste partido passou a representar a coligação da esquerda. Apesar disto não ter evitado a vitória do Republicano Independente, Destreman, que ganhou por uma maioria de quatrocentos votos em trinta e cinco mil, o que se pode interpretar como um resultado muito fraco para quem nas eleições legislativas de 1973 obteve uma vantagem de oito mil votos sobre o segundo candidato mais votado, a renhida luta de Versailles veio demonstrar a existência de um fenómeno relativamente novo, o da unidade e disciplina da esquerda francesa que nunca se tinha constatado em eleições anteriores, quando em circunstâncias idênticas, os eleitores socialistas e radicais preferiam abster-se a votar num comunista.

Para alguns observadores, esta modificação de atitude de parte do eleitorado socialista poderia reflectir um dos primeiros resultados positivos do 22.º Congresso do Partido Comunista francês, ainda a ensaiar os primeiros passos de uma via «berlanguerista» de uma maior autonomia em relação ao dirigismo paternalista de Moscovo, capaz de melhorar um tanto a sua imagem e a sua credibilidade política de neófito do euro-comunismo de tipo italiano.

### **Chirac: enfrentar a Esquerda no plano político**

O terceiro aspecto marcante deste mini-pleito eleitoral foi o indiscutível sucesso dos gaulistas Tiberi e Chirac, eleitos logo na pri-

meira volta com resultados que superam bastante os conseguidos em 1973. Sobretudo para o ex-primeiro-ministro tratou-se de um triunfo pessoal com um certo sabor a desforra para quem foi praticamente exonerado pelo Presidente Giscard. Para Jacques Chirac a sua reeleição, por uma maioria acrescida, tem uma importância adicional, porque lhe permite com mais autoridade tentar a experiência de alargar e rejuvenescer a UDR, transformando o partido gaulista, que já era o suporte essencial da maioria governamental, numa força política destacadamente forte, que de uma certa maneira marginaliza e apaga todas as outras formações do centro e da direita. No próximo Congresso da URD a efectuar-se em Dezembro irá possivelmente Chirac esforçar-se por impôr a sua visão da estratégia a adoptar na grande batalha a travar contra a esquerda unida que deverá decorrer num plano predominantemente político e não numa perspectiva económica como pretende o Presidente Giscard que até escolheu para primeiro-ministro de um governo de tecnocratas, um grande e respeitado especialista de finanças como é Raymond Barre, que nunca até então tivera qualquer espécie de projecção política.

O quarto aspecto das recentes eleições, que não deverá deixar de ser assinalado, é a circunstância da votação comunista, apesar dos apoios recebidos em duas circunscrições por parte dos socialistas na segunda volta do escrutínio, ter registado uma ligeira descida em relação às eleições de 1973, e se no seu conjunto a esquerda avançou globalmente de uma forma considerável, foi quase que exclusivamente devido aos progressos espectaculares dos candidatos do partido dirigido por François Mitterrand por vezes um pouco em detrimento dos comunistas e na grande maior parte dos casos à custa dos Republicanos Independentes.

Finalmente o último facto a pôr em relevo neste pleito eleitoral, talvez o segundo em ordem de importância, se considerarmos a subida

acentuada dos socialistas como o mais destacado, é a quebra de popularidade de Giscard d'Estaing expressa nos desaires sofridos pelo Partido Republicano Independente, que de um ponto de vista estrito de maioria governamental só em parte foram compensados pelos triunfos gaulistas. A crise pessoal que atinge o Presidente da República não parece ter uma relação directa com as recentes medidas de austeridade (impopulares como habitualmente sempre são, mas impostas há só dois meses) e a deterioração da sua imagem política tem possivelmente raízes mais profundas. O que está generalizado em França é um certo desencanto e um cepticismo muito grande em relação ao tipo de capitalismo liberal e reformista que Giscard tem tentado pôr em prática, aliás com pouco sucesso. O conjunto de ideias que constitui o essencial da filosofia política e da estratégia económica giscardianas, definidas com muita nitidez no seu recente livro «Democracia Francesa», serviu quanto muito para suporte de um «best-seller» lançado com uma grande promoção publicitária pouco antes das eleições, e que parece ter sido só um sucesso editorial, porque como imediatamente se demonstrou, a sua eficácia em termos de dividendos eleitorais foi nula, ou mesmo contra-producente.

A característica fundamental da vida política francesa continua a ser como sempre tem acontecido desde o fim da Segunda Guerra Mundial, ainda que com rótulos diversos, uma polarização da opinião pública em dois grandes blocos, dominados nas circunstâncias actuais, respectivamente por socialistas e gaulistas, de momento as forças mais poderosas e influentes, do clássico e eternamente renovado jogo da luta de classes, expresso no confronto entre as várias organizações partidárias que tentam representar os diversos matizes das colorações políticas que vão da extrema-esquerda à extrema-direita.

# Afinal, quem ganhou as eleições municipais?

República Federal do Brasil.

104 642 000 habitantes em 1974. 43 247 102 eleitores nas eleições municipais do passado dia 15. Uma ditadura militar desde 1 de Abril de 1964, data do derrube do governo de João Goulart.

Ditadura hábil, com alguns aspectos talvez pouco convencionalmente ditatoriais mas nem por isso menos nefastos ou perigosos. Com efeito, os generais de 4 Estrelas que, no Brasil, detêm o poder assentaram entre si que o Presidente da República (e Chefe do Governo, cumulativamente) não poderá exercer mais do que um mandato, havendo assim boas esperanças presidenciais, senão para todos, para muitos deles. Quatro já ouviu, de Presidentes, desde o golpe de 1964; os generais (mais tarde marechais) Castelo Branco, Costa e Silva, Medici, Geisel.

Esta medida despoleta a tentação de golpe, por desnecessária. Tanto mais que os generais não-Presidentes não têm razão de queixa: são colocados à frente das mais poderosas Companhias do Brasil — estatais ou não — o que significa ter de graça a moradia e o pessoal de serviço, um avião e um jate pessoais e uma frota de automóveis, beneficiando ainda da singular instituição da «mordomia» que lhes permite «comprar» (pagando o Estado) qualquer bem de consumo que lhes agrade.

Isto, evidentemente, para além de fabulosos vencimentos. Para que se faça uma ideia do valor que eles podem atingir, atente-se em que as recentes medidas de «austeridade» de Geisel impuseram que o vencimento máximo não pode exceder *cem vezes* o salário mínimo. Imagine-se o que seria, entre nós, um leque de salários em que, por medida de austeridade, se tivessem de «reduzir» para 400 contos por mês os vencimentos máximos?

O poder político da Ditadura assenta, fundamentalmente, em três factores: o enorme poderio económico que lhe é conferido pelo controle das empresas estatais; a feroz repressão po-

licial e censória no mais puro (e vergenhoso) «estilo sul-americano»; e a fria e despudorada anulação das liberdades democráticas por «acto institucional» sempre que isso lhe convém.

## Eleições em Ditadura

Claro exemplo desta intervenção anti-democrática pode ver-se nas disposições do Governo para limitar os efeitos duma eleição municipal desfavorável.

Comece-se por recordar que existem hoje no Brasil 3968 municípios chefiados por um prefeito (presidente da Câmara) e controlados por uma assembleia, composta por um número variável de vereadores.

Mas nem em todos os municípios haverá eleições para prefeitos. O Governo (a Ditadura)

definiu previamente os municípios para os quais lhe interessa nomear prefeitos da sua confiança — e chamou a esses municípios «Áreas de Segurança Nacional». São, evidentemente, as capitais dos 22 Estados (e mesmo dos 3 Territórios de população índia), as cidades industrializadas, os portos, as fronteiras e — nunca se soube porque — as «estâncias hidro-minerais». O que faz um total de 178 municípios — e justamente aqueles onde existe maior concentração operária.

Resolvido este caso por decreto, outros se resolvem mais discretamente: em 1500 municípios do interior não foi possível organizar listas do MDB — nem para prefeito, nem para a assembleia. Em vastas zonas onde impera o caciquismo e o despotismo das autoridades não há que estranhar as dificuldades (insuperáveis, por vezes) encontradas por uma Oposição que, no

*Geisel: O Presidente não poderá exercer mais do que um mandato...*





conexão brasileiro, terá sempre uma conotação democrática, senão mesmo progressista.

Para evitar uma discussão dos problemas locais — e uma eventual, e inconveniente, politização — o ministro Armando Falcão decretou que os candidatos só poderiam aparecer na Televisão sob a forma de retrato, nome, biografia e número de registo eleitoral. Os brasileiros são um povo bem-humorado: a lei do sr. Falcão passou a ser a «Lei Falcão» — por cortar todas as veididades de crítica ao regime. Ou ainda, numa óptica mais trivial, a «Lei do Cinema Mudo» — imagens e música, talvez de piano.

Já que estamos no domínio do pitoresco, assinala-se que o eleitor não terá podido votar em fato de banho, nem sequer em calção: o mínimo exigido é calça e camisa.

Os candidatos podiam ainda, no próprio dia das eleições, fazer as suas caravanas eleitorais; com uma condição imperativa: levar desligados os altifalantes dos carros da campanha!

Poderiam também os candidatos, no dia das eleições, distribuir prospectos. Mas só de mão em mão. A Lei é taxativa: não poderiam atirá-los, em molhos, para o ar (!).

## Vitória à Pirro?

Os resultados ainda hoje não são conhecidos na sua totalidade. Mas há indícios de que — contando já com os 1500 municípios em que a oposição não concorreu — a ARENA (Aliança Renovadora Nacional, partido do Governo) terá mais de 50% e o MDB (Movimento Democrático Brasileiro) mais de 40% dos sufrágios expressos; sendo de atender a que as abstenções nos 1500 municípios em que o MDB não concorreu não têm o mesmo significado que nos 2400 em que houve disputa eleitoral. E de atender, sobretudo, a que o MDB ganhou folgadoamente nas maiores cidades: São Paulo, Rio, Belo Horizonte, Porto Alegre, Belém.

Nestas condições, quem terá razão?

— O «Diário de Notícias» (o primeiro matutino português) ao trazer na primeira página «Vitória de Geisel poderá favorecer desanuviamento»?

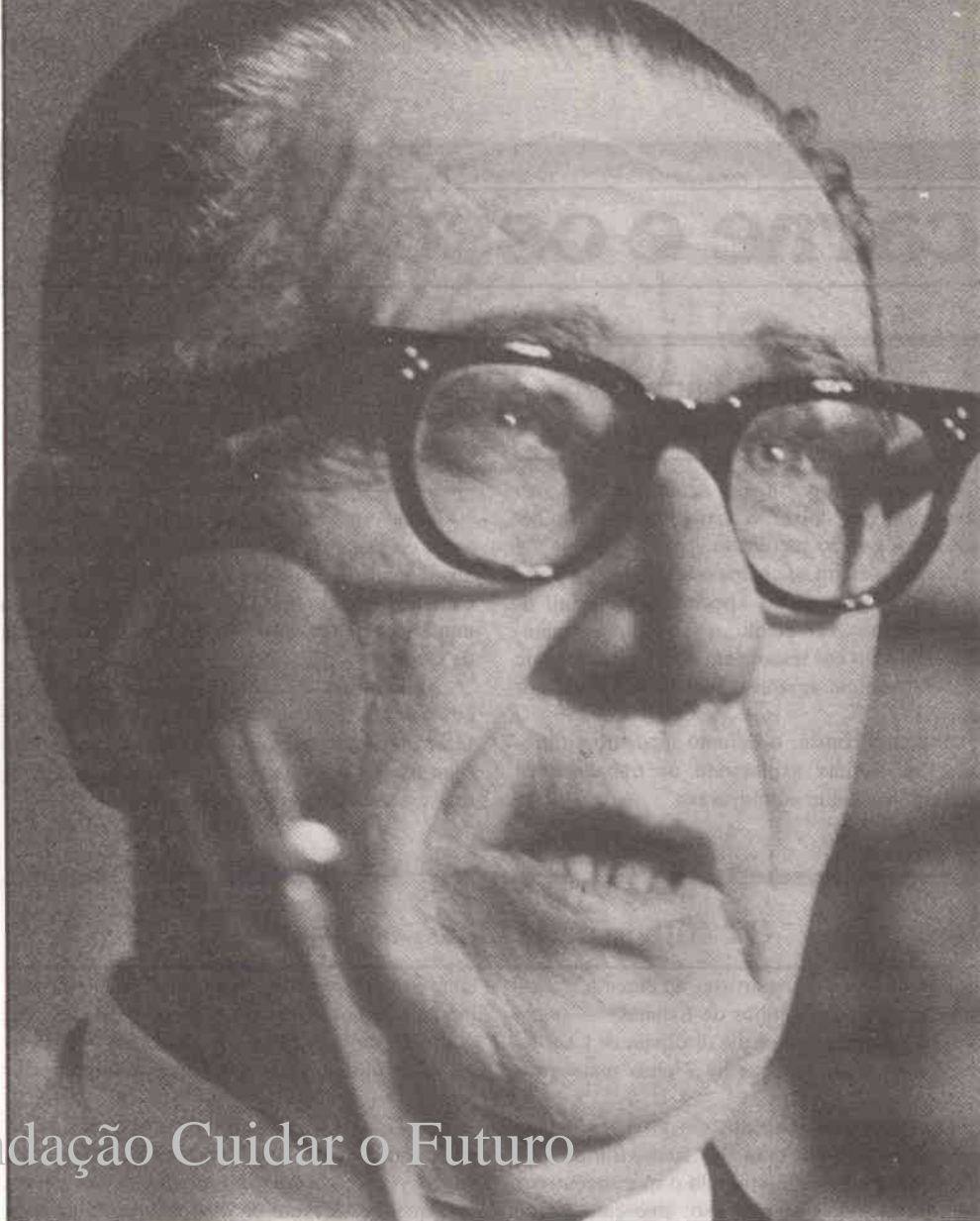
— Ou o «Diário» (segundo matutino lisboeta) ao falar de «Severa derrota da Ditadura»?

Deixarei o desempate ao «Jornal do Brasil», o «Le Monde» carioca. O editorial do dia 20 diz:

«Salta aos olhos que o resultado do esforço eleitoral dispendido pelo Governo desautoriza o frêmito oficioso de vitória observado na «Arena». Quem perde a batalha nos centros formadores da opinião nacional e se contenta em resguardar a periferia política do avanço oposicionista acabará tendo de reconhecer a gravidade do engano e a inutilidade do esforço.»

E, depois de referir «a necessidade de trocar o imobilismo pela dinâmica, a infalibilidade pelo consenso, o monolitismo pela democracia», o «Jornal do Brasil» acrescenta:

«A parcela que mais pesa na vida brasileira reflecte uma opinião insatisfeita e o seu descontentamento tende a aumentar à medida que o Governo falha como intérprete e executor da vontade nacional.»



*Médici: Os generais não-presidentes não têm razão de queixa*

## A visita

No rescaldo destas eleições, numa altura em que o regime brasileiro começa a dar alguns sinais de falta de fôlego sem, no entanto, se mostrar de qualquer modo ameaçado — quais serão as repercussões internas da viagem de Mário Soares, primeiro-ministro de um governo Socialista?»

Pomos a questão a Márcio Moreira Alves, 40 anos, doutor em Ciências Políticas pela Sorbonne, actualmente professor do Instituto Superior de Economia em Lisboa. Ex-deputado MDB (Movimento Democrático Brasileiro) pelo Rio de Janeiro. Um seu discurso na Câmara dos Deputados foi pretexto para o encerramento do Congresso em Dezembro de 1968 (sexta-feira, 13), acto que marcou o início do período mais negro da Ditadura, no que toca a prisões, torturas e atentados de toda a espécie contra as liberdades democráticas. Obras (traduzidas em 10 línguas): «O Cristo do Povo», «O Grão de Mostarda: o Despertar da Revolução Brasileira» (Prémio Casa das Américas, 1972), «Suor e Alegria: os Trabalhadores em Cuba», «Os Soldados Socialistas de Portugal».

«É difícil julgar *a priori* se será positiva ou negativa para os democratas brasileiros. Sabemos que não terá certamente a importância que

teve para os democratas portugueses a presença de Álvaro Lins em Lisboa, nem trará os prejuízos que trouxeram as visitas de Café Filho e Kubitschek, tão bem aproveitadas pelo fascismo.

«Um lado positivo: recolocar na legalidade a palavra *socialismo*, hoje banida. O tipo de socialismo que Mário Soares representa é desconhecido das massas brasileiras: o que importa é o rótulo.

«Outros lados positivos poderão existir, segundo o comportamento de Mário Soares. Por exemplo: se receber para conversas privadas as pessoas que o acolheram quando esteve no Brasil antes do 25 de Abril — pessoas quase todas expurgadas das universidades ou dos seus empregos, com os direitos políticos cassados. Ou se visitar a Ordem dos Advogados, onde há pouco puseram uma bomba. Ou os bispos de esquerda e a Conferência dos Bispos do Brasil, alvo também de atentados recentes.

«Se fizer só o programa oficial terá ajudado um pouco a ditadura. Só que o apoio que lhe dará será menos importante que a ajuda que pode dar à oposição.»

Pela nossa parte, estaremos particularmente atentos às reacções da oposição brasileira e dela daremos contas aos leitores.

Artur Ramos

# carne e osso

## História banal de um misantropo

Um misantropo inglês, senhor de rica fortuna, resolveu deixar o seu dinheiro, em herança, ao seu cão predilecto.

René — assim se chama o bicho — tem à sua disposição, para gastos «pessoais», sete mil libras esterlinas. Entretanto, o seu «tutor» — também nomeado em testamento — só consente que o René gaste em «extravagâncias» dez libras por semana.

Segundo consta, o defunto misantropo arrecadara a fortuna explorando os trabalhadores de uma fábrica que administrava.

## Julie: de atriz de advocacia

«Não estou mentalizada ainda para fazer qualquer coisa, mas a verdade é que tenciono abandonar o cinema» — este o desabafo de Julie Christie, que se prepara neste momento para uma licenciatura em Direito, na Universidade da Califórnia.

«Fui muito feliz durante todos estes anos, em que fiz cinema, mas sei que sou capaz de fazer outras coisas, que, na verdade, me agradariam mais. A minha reconversão vai ser difícil, mas estou decidida a arriscar.»

## Os «filhos de Satanás» ao ataque

Muitos têm sido os artistas de cinema americanos vítimas dos «Filhos de Satanás» — organização terrorista que se diz discípula de Charles Manson (o assassino que há 7 anos massacrara Sharon Tate).

Os «Filhos de Satanás» são grupos alucinados que entram em casa das suas vítimas — batem, insultam e destroem tudo o que encontram à sua frente. Mais do que isso: ameaçam de represálias quantos forem queixar-se à Polícia.

Entre as vítimas, sabe-se agora, contam-se nomes como os de Marlon Brando, Jack Lemmon, Faye Dunaway, Charles Bronson, Ryan O'Neal...

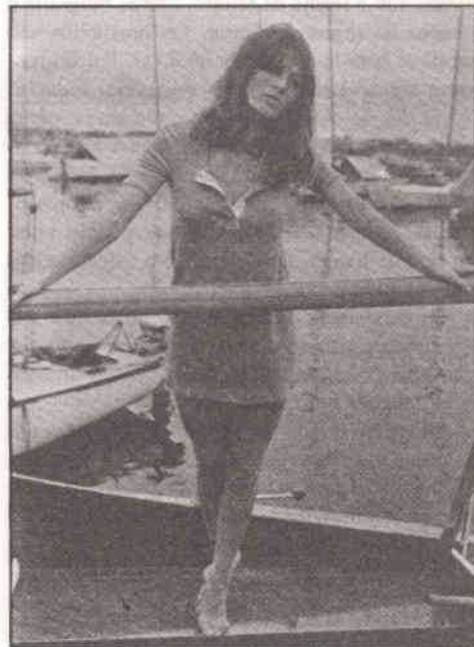
Jack Lemmon — depois de os «Filhos de Sa-

tanás» terem despido e simulado violar sua mulher; de terem destruído o recheio da casa, da discoteca ao mobiliário e à garrafeira — comentou: «Na altura, preferia ter morrido a ver tudo aquilo!»

Os «Filhos de Satanás» trazem a cara encoberta com uma máscara preta e na mão direita uma luva de cabedal com afiadas unhas metálicas, que lhes servem de instrumento de destruição.

Entretanto, na Europa — na Itália, por exemplo —, começam a aparecer bandos muito semelhantes, e com os mesmos métodos, ameaçando, até, agora, figuras ligadas ao cinema.

*Faye Dunaway teve de sofrer o simulacro de uma violação para satisfazer os desejos dos «Filhos de Satanás»*



*Julie: uma reconversão difícil...*

## Dior e o «retro»

O ultra-famoso Christian Dior apresentou em Paris a sua colecção para a Primavera-Verão de 1977.

No pronto a vestir, dois traços dominantes: a jaqueta em estilo «retro», e as calças em tubo. Uma «camisette» listada completa o agradável conjunto que o não menos agradável modelo exhibe na foto.

*O novo estilo Dior*



# André Malraux: Escritor e Aventureiro

A entrevista feita por Olivier Todd a Malraux, em Novembro de 75, para o *Nouvel Observateur*, termina com a seguinte pergunta: «Daqui a vinte anos, como apresentaremos André Malraux aos nossos netos? Diremos: escritor, editor, revolucionário, homem político, crítico de arte...? Peço-lhe um epitáfio para a hora em que a sua vida será «transformada em destino».

«Forçosamente: escritor», responde Malraux. «Podemos imaginar Gide: «Escritor, hélas! Mas eu não aceito nem o «hélas» nem o ponto de exclamação».

Nós acrescentaremos: aventureiro, pessimista, «grande» desesperado.

Chegou a hora em que a vida de Malraux foi definitivamente transformada em destino. Ele viveu-a sempre como tal, ele e os seus heróis.

Dessa vida, da sua acção, da sua obra, ficam-nos uma fascinante impressão de grandeza e algumas perplexidades. Malraux, intelectual aventureiro, grande viajante, saqueador de museus, o coronel Berger da guerra de Espanha, revolucionário, «comunista», autor da *Condição Humana* e de *L'Espoir*, soldado da Resistência, prisioneiro quase executado pelos Alemães, defensor e obreiro da Frente Popular, permanentemente revoltado e revoltoso (mais do que revolucionário), solidário com todas as revoltas (excepto com a de Maio-68), mas também Malraux ministro, Malraux no poder, amigo e admirador de De Gaulle — «gaulista de esquerda», definia-se ele próprio —, estabelecendo uma subtil diferença entre a acção policial e a acção governamental em Maio-68, recusando-se a ver nos acontecimentos mais de que uma insurreição, um episódio de uma crise universal, e mantendo-se do lado de lá. E Malraux aristocrata do espírito e da cultura, *personagem* na História, como todos os que admirou e os que criou nas suas páginas.

É essa concepção aristocrática da grandeza, da grandeza como destino possível e necessário dos que compreendem a trágica impotência da «condição humana» e a superam através de acção heróica, é essa concepção radicalmente pessimista do homem, desesperada, que o aproxima de De Gaulle e o afasta das massas. Para Malraux as massas são a amálgama sem contornos, são a abstracção, e ele, homem de acção, não gostava de abstracções e fazia pouco caso das ideias. Concretos são os povos, especialmente os povos revoltados contra opressores e afrontando esses opressores. Nos seus livros não se trata de lutas de classes, mas de lutas de povos, logo não de *Revolução* mas de *Revolta*, não de homens comuns mas de homens heróicos, transfigurados pela acção, personagens cumprindo um destino, vivendo em tensão com a morte, heróis desesperados, trágicos e exaltantes. Para ele, ainda, os problemas não são sociais mas nacionais, ou universais, ou europeus, ou ocidentais. De Gaulle era a França, não os franceses, e é isso que fascina Malraux, essa solidão, essa grandeza de assumir a defesa da França e do seu destino, de responder a um apelo imperativo e mudo, de amar a França mesmo contra os franceses.

Da defesa da acção heróica, a única que o seu pessimismo consentia, à defesa do paternalismo vai um passo muito pequeno. Com a sua adesão incondicional a De Gaulle, Malraux deu-o.

Tanto para o coronel Berger como para o ministro da Cultura, a Revolução é um mito e não uma meta.

Para Malraux, De Gaulle era a França



Malraux: o Coronel Berger

Ele é um individualista, e a fraternidade na acção não destrói a sua solidão, a incomunicabilidade de todos os homens, a sua condição.

Através de «Manuel», diz-nos: «Um homem, activo e pessimista simultaneamente, é ou será um fascista, salvo se tiver por detrás de si uma fidelidade».

Ora, que fidelidade ou fidelidades defenderão o homem da tentação fascista, do frenesim da acção-repressão, da vontade de poder autoritariamente?

Para Malraux, a fidelidade a um destino!

Concepção aristocrática da História, história de heróis e de povos heróicos, mas não história das massas, mas não luta de classes. História a-social, promovendo o homem a herói, santo moderno, mas despolitizando-o.

A obra de Malraux põe uma vez mais, em questão o papel do intelectual na História e manifesta a falência da cultura tradicional, da *Cultura*, enquanto directora e motivadora da acção, da acção revolucionária. A Revolução não é um somatório de revoltas, por mais grandiosas, por mais exaltantes.

A Revolução é uma «nova» perspectiva do homem e da história, é de facto uma meta e um projecto e terá que ser, também, *cultural*.

Paradoxalmente com o seu mito do «conquistador», Malraux — imprevisível Malraux, contraditório Malraux, mas coerente — declara: «...que o mundo vos transforme mais do que vós a ele». Menos pessimistas e mais revolucionários, fazemos um voto contrário, mas, vejamos: Malraux foi sempre Malraux e, no entanto, como a grandeza da sua vida e da sua obra ajudaram e ajudarão a transformar o mundo.

Margarida Schiappa



## «O Muro»

Aqui em Portugal quase não se comentou o extraordinário sucesso que teve a apresentação do grupo da Comuna no último e recente Festival de Teatro Mundial de Nancy (3 a 13 de Setembro). A criação colectiva chama-se «Fogo» e foi apresentada várias vezes, sempre para teatros lotados. Fazia um frio danado; elencos de grande nome e gabarito representavam às vezes para meias casas. Mas a Comuna ali estava, sempre cheia, sempre com gente querendo conversar, saber, informar-se, aprender. E eu, português recente, ficava todo contente com o sucesso dos novos patrícios.

Tinha gente que queria achar defeito de qualquer maneira. Vinha o Dario Fo, por exemplo, divo internacional. Tinha gostado muito, mas achava que os «travestis» estavam mal feitos: sugeria que o João e o Carlos raspassem ou pelo menos escondessem os pêlos das pernas. Ou que fizessem a barba mais bem feita, mais escanhoadinha, para que ficassem mais parecidos às personagens de mães que representavam.

Com paciência de Job, o elenco explicava que não estava ninguém fazendo «travesti» — simplesmente os actores procuravam mostrar o comportamento social dos seus personagens, sem de nenhuma maneira se confundirem com eles. Actor e personagem é outra coisa. Podem-se fundir num só ou podem guardar boa distância. Os dois processos são válidos. Depende do que se quer dizer. Depende do que se pretende.

Se o que se quer é mostrar «a vida como ela é», reproduzir a realidade, fotografá-la, então sim: se um actor fizer um papel de mulher vai ter que pintar os lábios e pendurar brinco na orelha, e até olhar assim meio de lado como quem não quer nada, querendo tudo.

Mas não era isso o que queria a Comuna, com «Fogo».

E menos ainda com «O Muro», inspirado nas «Aventuras de João Sem Medo», de José Gomes Ferreira, que acaba de estrear na sede do grupo, na Praça de Espanha.

Não li o livro de Ferreira e não sei se se trata de uma adaptação mais ou menos fiel, ou de uma versão mais ou menos livre. Mas sei que o livro é feito de palavras e sei que neste espectáculo as palavras quase não contam.

«O Muro» conta a mesma história do «João Sem Medo» mas usando uma linguagem completamente diferente e eminentemente teatral. Usa a imagem. Com mestria.

Quero que se entenda: aqui a imagem não ilustra o verbo, o discurso: a imagem é o discurso, a imagem é o verbo. A história se conta através das imagens que se sucedem. E nisto, o espectáculo é de uma riqueza fora do comum. Imagens lindíssimas. Os frutos que saciam a fome do herói são bolas de sabão; personagens tomam banho de bolas azuis e papel picado; o palácio de cristal é um plástico translúcido, multicolor.

*Ver o espectáculo não substitui a leitura do livro*

Esse é o primeiro tema que «O Muro» propõe para discussão: como adaptar um livro? Nesse aspecto, a resposta da Comuna me pareceu extremamente feliz: inspirando-se nele, recriando-o com os recursos próprios de outra arte que não a literatura.

Ver o espectáculo não substitui a leitura do livro, do qual o espectáculo é uma das leituras possíveis. Seria algo assim como a sua leitura visual.

Mas o espectáculo propõe ainda um segundo tema para debate e para esse eu não tenho resposta e nem sequer opinião formada. Por isso convido a todos os interessados para que se expressem aqui nesta coluna.

O tema é o seguinte: o livro foi escrito antes do 25 de Abril e a peça acaba de estrear. A linguagem metafórica que então se usava, continua sendo válida hoje?



*Aqui, a imagem não ilustra o verbo*

A metáfora é uma das maneiras de se dizer a verdade. Às vezes é a única maneira que se permite à arte. No Brasil de hoje, por exemplo, os artistas estão condenados a não poderem falar de outra forma. Mas em Portugal (pelo menos por enquanto) podem dizer o que quiserem na forma que bem escolherem. A Comuna é um excelente elenco que fala as duas línguas: embora eu, como artista, me identifique mais com a linguagem directa e violenta de «Fogo», nem por isso aprecio menos, como espectador, a linguagem metafórica de «O Muro».

Fico só pensando no que pensará a plateia. Por isso dou um conselho: vá todo mundo já correndo ver o espectáculo. E não esqueçam de ler o livro. Poucas vezes palavras escritas terão sido traduzidas em imagens tão belas. A «leitura» das duas formas certamente será enriquecedora para o leitor e para o espectador.

Augusto Boal



## Os papões dos outros

O filme da BBC sobre a KGB passou na nossa televisão no mesmo dia em que os nossos jornais anunciavam a expulsão de Inglaterra de dois jornalistas americanos que haviam editado um livro sobre a CIA.

Coincidência sobre coincidência: no dia seguinte, o «Diário Popular» publicava uma entrevista com um senhor de nome Caldeira. Tema: Oneto, a PIDE, comissões de extinção da dita, etc.

Mais ou menos na mesma altura, comemorou-se uma data relacionada com uma instituição penal conhecida vulgarmente por Tarrafal — provavelmente um dos bons serviços prestados pelos nossos ex-agentes de segurança, alguns dos quais recolhidos à prisão depois do 25 de Abril de 1974 para protecção da ira popular, bons serviços que servirão de atenuante num hipotético futuro julgamento, posto em causa por uma lei anti-constitucional.

É o orgulho por esse e outros maneirismos nacionais que nos faz sentir uma certa raiva quando produtores italianos, morando aqui quase ao lado, ainda nos confundem com espanhóis. Salgari criou Gastão de Sequeira. Meio século mais tarde, compatriotas seus dizem-no ainda português, mas o seu nome e as suas bebidas são referentes ao país vizinho.

Muito interessante este novo folhetim. Não pelo actor, que com toda a sua sedução raspudiniana, representa mal e maneja o sabre com menos destreza com que qualquer puto de seis anos usa a sua espada de pau, mas pela história que conta e pelo entusiasmo que a mesma provoca.

Um povo inculto, formado por várias raças ranhosas e esfarrapadas, une-se na luta contra um inimigo comum, uma civilização colonizadora. Nos tempos da Outra Senhora havia muitas histórias dessas. E o maralhal menos politizado exultava sem saber bem porquê, com os desafios que o Zorro, Robin dos Bosques e Sandokan lançavam contra os seus adversários. Desafios e irreverências curiosamente salutares, como se compensasse qualquer coisa...

Outros espicaçavam a alta finança e os mercadores de armamentos. Eram os grandes heróis da imaginação infantil e não só: Raffles, Arsene Lupin, o Santo.

Hitler e Mussolini proibiram-nas. Perceberam.

Robin dos Bosques e Sandokan voltam a entusiasmar as lusas gentes. Quando aparecerem por aí séries do Raffles e do Zorro, já sabem. Alguém estará a pagar a conta da nossa originalidade. Em Caxias.

A. G. Tomé



Nagasi Oshima: do Japão, à conquista do mundo

## Os cowboys da pornografia e a morte do Samurai

Ao revermos aqui há dias «O Império dos Sentidos», do japonês Nagasi Oshima verificámos, algo surpreendidos — mas não muito! —, que as reacções a esta obra admirável, concretização absoluta do desejo e do «amor louco», não eram unânimes, sendo não só mal recebida por grandes camadas do público como, nalguns casos, totalmente rejeitada. Rejeitada por um tipo de espectador — se é que é possível defini-lo com justeza — que faz o êxito e o sucesso comercial de películas ditas «pornográficas», de leitura primária e directa, como por exemplo

«Os Teatros Eróticos de Paris», «Prostituição Clandestina», «Um Amor Como o Nosso», «Fantasia Azul», «Salão Elisabeth», para só citar meia dúzia de títulos que se encontram presentemente em exibição nas salas de cinema da capital.

Nessa ocasião presenciámos ainda um caso curioso que nos levou às considerações do presente texto: um indivíduo, visivelmente indisposto com o que viu no *écran*, levanta-se irado e, caminhando para a saída da sala, vai preferindo alguns impropérios que, no essencial se

podem resumir ao seguinte: «*Irra que a gaja nunca mais larga o homem!*...». Os termos não terão sido precisamente estes, mas a ideia seria, decididamente ampliada por uma linguagem bastante mais agressiva.

Isto lembra-nos uma outra sessão à que assistimos, no Politeama se a memória nos não falha, durante a qual a assistência, enfim — grande parte da assistência, ia acompanhando, por entre «*bravos!*» e outras exultantes exclamações, a demonstração da virilidade e arrojo de um espécime do sexo masculino que ia «*arumando*», uma a uma, várias contendoras que se lhe atravessavam no caminho («*caminho*») em sentido figurado, dado que de «*cama*» se tratava).

Como aí verificámos que, no cinema dito «*pornográfico*», as «*cenar de amor*» se associa-

vam, junto do público, a refregas que tinham muito de «*duelos*», referenciando de imediato os filmes de cowboys em que o «*herói positivo*», de branco vestido, com o qual se identificava grande parte do público, era aqui substituído pelo «*másculo*» e «*invencível*» herói das «*grandes batalhas em camas fofas*».

Todo o cinema de consumo «*popular*» (não confundir com «*cinema de raiz popular*», que é um outro problema) procura a identificação do espectador a um personagem principal que normalmente sobressai pelas suas características de honra, lealdade, valentia, e outras. No *western* americano dos primeiros tempos, o maniqueísmo das situações era levado a extremos hoje impensáveis. O «*western*» italiano e os filmes de *Kung-fu* transformaram o «*herói*», conferindo-lhe um estatuto de certa baixeza mo-

ral (que é desde logo identificável à distância pelo aspecto sujo e andrajoso de «*Ringos*» e quejandos). Sem olhar a meios, o *cowboy* utiliza-os todos, jogando abertamente no terreno do adversário, com a única finalidade de o abater. O filme «*pornográfico*» de consumo usual prolonga esta situação: o homem é o «*herói*» que vai prostando pelo caminho «*donzelas*» e «*sabidas*» com a facilidade com que «*desflora* a margarida». A identificação das plateias (essencialmente masculinas e os produtores mundiais sabem-no bem) vai direitinha para esse ser de excepção, criteriosamente seleccionado em virtude da sua aparência e da magnanimidade com que a natureza o dotou (ou a ciência ampliou).

Assim se compreende que certos «*duelos*», onde com os sexos se esgrime, sejam acompanhados por estridentes salvas de palmas, tal

# Consolação

## Fundação Cuidar o Futuro

No antigo regime a fixação delirante do público no jogo de futebol concretizava cada semana a essência mesmo do nosso colectivo viver alienado e alienante. Cultivada por sistema e refinada, essa fixação diluía o interesse que o cidadão deve reservar aos destinos da comunidade a que pertence. Discutir futebol e não pensar em «*política*» era a mesma coisa. Com o 25 de Abril, aparentemente, os termos inverteram-se. Embora haja sintomas claros do regresso em força da paixão futebolística (mau sintoma para as forças de esquerda...) a fixação política tomou o lugar dessa antiga paixão. Todavia, quando se observa melhor, verifica-se que se o conteúdo mudou, a forma mantém-se. Os eusébios míticos de antanho foram substituídos por vedetas políticas de circunstância, cujos passos se seguem com a mesma idolatria provinciana. Uma imprensa que cultiva a degradação mental como uma flor rara, segue-lhes os mortais passos, conta os cigarros que a nova classe política consome, os whiskis, as graças parvas, os triunfos gastronómicos, os cocktails que abrilhanta, e oferece semanalmente essa sub-vida que se imagina alta, ao pasmo do cidadão que julgava ter feito uma revolução e estar a viver numa democracia. Numa certa medida este neo-snobismo que ousa mesmo insinuar-se com cores de esquerda, é pior que o da antiga atmosfera futebolística do país. No fim de contas, antigamente, as pessoas que o futebol distraía da política enquanto dever cívico sério e consciente, só pensavam que se interessavam mesmo por um jogo popular e inocente. Agora, a fixação opera sobre uma realidade séria e grave como é a política, que por essa maneira de ser vivida e percebida por uma imprensa sem imaginação, se está convertendo em jogo. Um jogo entre gente fina que nele encontra, enfim, o exotério para a sua inexistência individual, para o seu arrivismo saloio, raramente para a justa e fundada ambição de intervir na vida política em função da sua capacidade de a orientar, de a melhorar e transformar.

Felizmente, a autêntica vida do país — a começar pela sua autên-

tica e decisiva vida política, — não se reduz ao bailado grotesco das novas notabilidades, da nova «*gente*», sempre muita para poder ser tão importante como se imagina. Dos heróis do dia é de supor que o futuro não guardará mais lembrança que aquela que deixaram as vedetas máximas da idade de ouro do nosso parlamentarismo, os Rodrigues Sampaio, os Luciano de Castro, os Hintze Ribeiro, «*gente*» de que, vendo bem, ninguém se lembra. O que se chama realmente *lembrar*... Mas lembra-se de gente «*sem importância*» que jogou a sua vida noutra espécie de jogo sem dividendos à vista, obscura, aleatória, mágica, idealista, louca. Gente que não *usou* apenas para fins práticos de promoção pessoal o talento que lhes foi dado, mas que *viveu* o seu tempo por conta de um futuro onde jamais entraria como possuidor, como usufruidor de *um poder* que supõe gosto de dominar os outros, de viver «*acima*» deles, em vez de viver no meio deles, com eles e através deles. Gente que não quer nem *parecer*, nem *ter*, mas apenas *ser*, poetas, pintores, artistas, actores, homens da ciência, técnicos, gente simples, fiel a um ofício que os transcende e onde se transcendem, quer dizer, o mais longe possível desse mundo da máscara, da palavra estereotipada e vazia, da intriga permanente, da má-fé sistemática, do combate impiedoso, do punhal sob o sorriso, que é para a maioria dos seus flamejantes actores o que se costuma chamar, *a brilhante vida política*...

De toda a vida política, e em todos os quadrantes ideológicos, faz parte essa luta feroz que Hegel exprimia, escrevendo que «*toda a conveniência tem em vista a morte de uma outra*». Por isso mesmo, e embora a esfera política envolva todas as outras — ou todas se expressem nela — é bom não perder de vista que *a política que se vive como o seu próprio fim*, espécie de arena monstruosa onde se dirimem sem tréguas os interesses objectivos e as paixões subjectivas dos homens, não confere *sentido* à aventura humana. Ou não lhe confere mais sentido do que a de a reduzir à Shakespeareana história de

como, no antigamente, se saudava o aparecimento da «carga da brigada ligeira» que vinha salvar *in extremis*, a caravana formada em círculo e arrediada pela fúria assassina de comanches em pé de guerra.

Voltando ao caso de «*O Império dos Sentidos*» é óbvio que certo público masculino fica desencantado com a atitude suicida de Kichi, suprema entrega de amor total, que vai até ao sacrifício derradeiro — a oferta do próprio corpo: «*O meu corpo pertence-te, faz dele o que quizeres.*»

Este filme, que principia numa situação «tradicional» (um «patrão» suduz uma «gheisha»), vai depois evoluindo perigosamente para uma subversão dos valores estabelecidos. É Sada, a mulher, quem passa a comandar o jogo. De passiva e receosa (principia por implorar a

Kichi que este «*lhe não faça mal*»), Sada revela-se depois uma «*hipersensual*», «*sempre com vontade*», de quem as outras gheishas dizem que «*ela ainda acaba por matar Kichi.*» Possessiva (assumindo assim o papel que o homem tradicionalmente assume) Sada pede a Kichi «*que a deixe ser ela a possuí-lo*». Quando sai de casa para ir ganhar dinheiro, prostituindo-se com um *homem sério, um reitor e conselheiro municipal*», Sada leva o kimono de Kichi «*para que este não possa regressar a casa dele, onde a mulher o espera*». E quando regressa diz as palavras que muitos homens repetem diariamente: «*Foi para isso que eu fui ganhar dinheiro?*»

Esta subversão de situações assinala, portanto, um acontecimento «grave» sob uma perspectiva machista: o amor que durante muitos sé-

culos, pelo menos no Ocidente que melhor conhecemos, foi instrumento de prazer do homem, seu «repouso do guerreiro», cede o lugar, transferindo, para satisfação de ambos (é bom não esquecer que tudo o que Sada faz, fá-lo com o consentimento de Kichi), o polo activo para a mulher. Que leva o jogo até às últimas consequências, até ao paroxismo da morte, até à derrota do samurai que certo público não perdoa. O escândalo principia aqui. O que aliás é tanto mais agudizado, quanto o espectador se limita a fazer desta obra, de grande poder sugestivo e simbólico, uma mera leitura naturalista, atenta a factos reais e esquecida de tudo o que de essencial ela comporta no domínio do mítico e do metafórico.

Lauro António

## Eduardo Lourenço



## Os grandes homens do Momento! — Álvaro de Campos.

### Fundação Cuidar o Futuro

barulho e fúria contada por um louco. A única actividade humana criadora de sentido por ser aquela através da qual os homens buscam determinar *um sentido* para o que são e fazem, não é nem pode ser alheia à política, mas só ela *lhe* confere dignidade e finalidade: é aquilo que habitualmente se chama *Cultura*. Só o que aí acontece desértico e inovador subtrai a aventura humana à insignificância ou ao brilho espectacular e efémero de comédia meramente política. Enquanto as atenções da nossa inatenta imprensa se concentram sobre personagens, gestos, acontecimentos promovidos por minetismo a «históricos», a história profunda, a que deixa traço por ser ela promoção efectiva do conhecimento ou da imaginação dos homens incarnava-se em filmes como os de António Reis e Manuel de Oliveira, em festivais poéticos como os de Eugénio de Andrade e Miguel Torga, em sucessos públicos internacionais como os dos Coros Gulbenkian ou de Maria João Pires. E 3 esta *verdade* que consola e que repõe nos seus termos próprios a distorção do olhar com que neste momento estamos todos vivendo a realidade nacional. Uma grande vocação política, um autêntico homem de estado, representam, na sua ordem, um acontecimento e uma realidade preciosos. Mas o fetichismo da vida política como actividade autónoma, como emprego de vida, como «profissão» e *módulo supremo* de uma sociedade, é um sintoma de perversão social e humana, porque é para começar, um sintoma de *perversão política*. A idolatria suscitada pelos heróis do futebol repousava ao menos, sobre valores reais na sua esfera. A dos políticos — salvo casos muito raros — dirige-se a puras ficções, e personagens que se podem trocar uns pelos outros sem se notar a diferença, porque são apenas ocasiões de miragens afectivas ou de interesses imediatos e egoístas.

Enquanto o folclore político desfraldava os seus fastos caseiros à beira-Tejo, António Reis é «descoberto» em Toulon e com ele um Portugal profundo, doloroso, fascinante, o mesmo Portugal margina-

lizado por essa actividade burlesca de grande parte dos «príncipes que nos governam». Enquanto os gestos e feitos de autênticas nulidades ocupam colunas de jornais pagos pelos dinheiros públicos, Manuel de Oliveira é «descoberto» em Veneza como um dos grandes cineastas europeus que é, sem que isso tenha merecido—salvo a um amigo atento — a essa mesma imprensa, qualquer interesse. E todavia, tratou-se bem e com todos os sentidos do que se chama uma *consagração*, género sempre muito prezado pelo nosso complexo xenófilo, quando nos vem de fora. Também não parece ter tido grande eco a «tourneé» europeia dos Coros Gulbenkian, ouvidos com fervor e aplaudidos com entusiasmo por um público exigente entre os muros severos da igreja de Santo Eustáquio, em Paris. Ou o sucesso teatral de Teresa Mota. Não somos fetichistas da «Cultura» porque para nós a Cultura é o movimento mesmo que terna insuportável a falsa adoração de nós mesmos, até sob as formas «sublimes», do que se considera «a grande arte». Mas acontecimentos destes reconciliam-nos com uma imagem de Portugal muito diferente do que neste momento nos é dada pela maior parte da sua imprensa. Sob os jogos da superfície, sob a reverberação funambulesca do circo político, há um outro Portugal, esse que pode ser visto de dentro e de fora como digno de suscitar emoção, fervor e reverência. Basta o pequeno rosto de Maria João Pires a que se refere um crítico deslumbrado, o mesmo que a coloca entre o raro número dos intérpretes «habitados» para reduzir às suas devidas proporções ao «celebridades» pátrias que nada «habita» senão a mais banal, grosseira e atípica paixão política enquanto paixão pelo seu próprio papel de personagens que se enganaram de século e de país. Trinta linhas de celebração desinteressada de Maria João Pires consolam-nos das toneladas delas consagradas em vão ao inconsagrável.

Vence, 17 de Novembro de 1976

# «MPCC»: um Alka-Seltzer para quem temia pela carreira de Paulo

O disco «MPCC» é como que um grande «Alka-Seltzer» para quem temia pela carreira do Paulo: alívio rápido em relação ao caminho que aquela parecia estar a tomar, perdida em fadinhos que não estavam nada no estilo nem correspondiam às largas possibilidades deste artista como intérprete. Neste LP há ainda uma ameaça, um resto que deve ter sobrado dessa onda, a faixa «Os penduras», mas cujos escassos dois minutos e quarenta e dois segundos de duração não chegam para fazer perigar o balanço total do álbum do lado da qualidade.

«MPCC» (as iniciais do nome de Manuel Paulo de Carvalho Costa, e sigla do único partido em que está filiado, segundo as suas próprias palavras) é, finalmente, o *álbum* de Paulo de Carvalho. Uma impressão que sempre ficou quanto ao desenrolar da carreira deste artista foi a de uma certa desorientação, uma falta de rumo definido. Assim, se depois dos «Sheiks» Paulo

apareceu com um disco de inéditos seus de relativa qualidade, cantados em português, tornando-se pouco depois num caso sério de popularidade ibérica com o célebre «Walking on the grass» de Manolo Dias (que vendeu mais em Espanha do que em Portugal), isso não impediu que logo a seguir editasse uma «azeitada» mostra como era um tema de Juan Pardo que nem me lembro bem como se chamava. Depois veio a erg dos festivais («Corre Nina», «Flor sem tempo», «E depois do adeus») e a sua actividade discográfica resumiu-se praticamente à gravação destes temas. A fase pior, porém, ainda estava para vir, e foi a dos fados. Agora, e finalmente, o Paulo parece ter-se decidido a ser o único orientador da sua carreira, e a dirigi-la no sentido da qualidade.

Em «MPCC» grande parte dos temas são de sua autoria, e é surpreendente ver como um compositor com este talento andou perdido du-

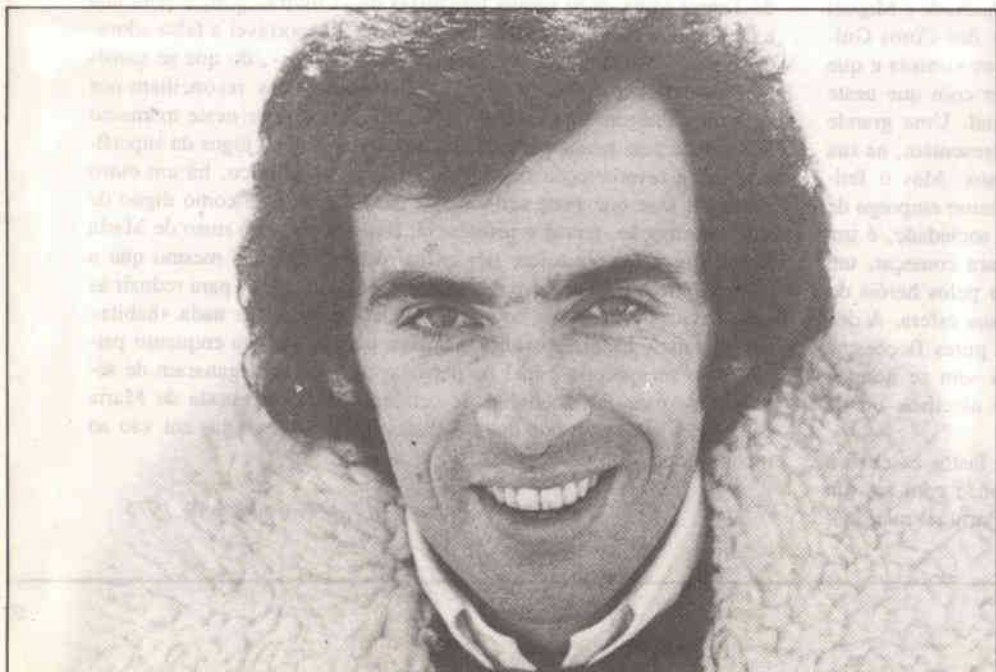
rante todo este tempo. Temas sem complicações extremas, mas bem estruturados e, sobretudo, correspondendo muito acertadamente ao espírito das letras que enquadram.

Estas, por seu lado, também surpreendem. Não porque o Paulo tenha virado um grande poeta, mas porque fez questão em tornar-se interveniente. Essa intervenção faz-se aqui através da dissociação de um dos mais típicos «vícios» da sociedade portuguesa, a mania quase generalizada que as pessoas têm de que são sempre mais espertas do que as outras. As faixas mais elucidativas sob esse aspecto são «Pregões de um vendedor» e «A bossa do camelo», e denotam, em versos relativamente simples e desprezenciosos, uma forma perspicaz de observar essa faceta da nossa sociedade.

Sob o ponto de vista da interpretação, Paulo rodeou-se de poucos colaboradores, mas foi muito cuidadoso na escolha. Os nomes mais em evidência são os de Rui Reis, a coqueluche do momento em tudo o que sejam instrumentos de teclas, Júlio Pereira, um «habitué» nos estúdios portugueses, e o baterista Guilherme Inês. O próprio Paulo faz coros e tem a seu cargo vários instrumentos: a bateria (evocação dos tempos dos «Sheiks»?), a viola-baixo e instrumentos de percussão.

«MPCC» é, pois, um disco que nos faz promessas quanto ao futuro da carreira de Paulo de Carvalho. Considerado o melhor intérprete português, bem cotado inclusivamente no estrangeiro, da sua actuação pode, de certa forma, depender a reputação da música portuguesa. Que o Paulo se aperceba desse facto é que é indispensável. «MPCC» parece ser, finalmente, um passo nesse sentido.

«MPCC»: um talento que andou perdido?



**MPCC**  
 Paulo de Carvalho  
 Orfeu STAT 035 (LP)  
 Distribuição: Arnaldo Trindade  
 Preço: 223\$50



# A formação dos anarquistas

A história aliciante de homens cuja actividade foi um «incentivo» para a polícia de todos os países

*De todos os nihilistas que semearam o terror na Europa do fim do século passado, aos «terroristas» que desviam aviões e aprisionam ré-féns — o anarquismo tem servido de bandeira.*

*Vilipendiado, detestado em nome da sua rebelião sistemática contra toda a forma de autoridade, o anarquismo defende, contudo, ideais e princípios que prevalecerão enquanto existir exploração do homem pelo homem e repressão a qualquer nível.*

*Do itinerário do anarquismo na Europa se traçam a seguir algumas linhas sucintas.*

A época dourada dos anarquistas na Europa e na América, situa-se entre 1880 e 1914. Entre estas datas inventou-se o automóvel, o cinema e o aeroplano; foi a época em que os jovens descobriram que podiam deslocar-se de bicicleta. Quando, pela primeira vez, milhares de habitantes da cidade foram, de comboio, banhar-se à praia; quando, segundo se diz, Eduardo VII inventou o fim-de-semana. Foi uma época de ruído, movimento e dos primeiros jornais baratos, que inclusivamente se fez sentir na Europa feudal: a Rússia, pela violência, e a Espanha, por acaso, quase, começaram a copiar as linhas de crescimento urbano e industrial cujas virtudes e vícios tinham dado ao século o dinamismo da produção em massa e a dialéctica da luta de classes.

Os anarquistas não foram menos dinâmicos, criadores e imaginativos que a sua época. A sua actividade foi um «incentivo» para a polícia de todos os países; as suas acções espectaculares ocuparam as páginas de grandes jornais; e a sua mística da luta e da revolução superaram as demais doutrinas progressistas. Os anarquistas, se bem que tivessem feito parte de toda a evolução

do seu tempo, foram figuras que avançavam, vigorosas, em sentido contrário a esse entusiasmo. Nesse período acelerou-se tanto a mudança, como a organização e a centralização.

Partindo do «bem-estar social» em Inglaterra até à política agrária na Rússia, a vida política e económica tornou-se mais centralizada e organizada. Este rumo fez-se notar especialmente na política da classe operária. Nos sectores em que no século XVIII tinham brotado motins espontâneos de trabalhadores indigentes e levantamentos de camponeses em demanda de terras, para o final do século XIX produziu-se a expansão dos sindicatos organizados, dos partidos socialistas e da revolução planificada.

## Os trabalhadores de Chicago

Os anarquistas levantaram-se com firmeza contra esta orientação. Perceberam que a organização e a centralização incluíam o princípio de autoridade, um princípio diametralmente oposto à palavra «an-arquia» (sem governo). Para os anarquistas todo o mal residia no governo, fosse ele do estado, da igreja, do partido ou dos indivíduos. Do governo derivavam os múltiplos males do século XIX: ele era responsável pela desigualdade e pela injustiça. Em 1886, o anarquista americano Michael Schwab descrevia com ira a miséria dos trabalhadores de Chicago:

«Milhares de operários habitam casas mal protegidas das inclemências do tempo, mal ventiladas, e onde nunca penetra um raio de sol. Há barracas onde duas, três ou quatro famílias se alojam no mesmo compartimento. E como vivem? Recolhem dos caixotes do lixo os restos de legumes meio podres, nos talhos compram

aparas de carne por meia dúzia de cêntimos e levam para casa estes «ricos manjares» para preparar uma refeição. Não, isto é horrível num país que se diz civilizado, onde há comida abundante e riquezas!»

Isto passava-se em Chicago, mas podia ter sido em Londres, Paris, ou Turim, e ou, até, nas aldeias da Andaluzia, em Espanha, ou nas da Sibéria, na Rússia. A existência de pobreza extrema era a corrente oculta de uma sociedade que se gabava de ideias avançadas e de invenções técnicas e progresso económico.

Os dirigentes desta sociedade — segundo os anarquistas — eram os culpados desta hipocrisia intolerável e a sua autoridade era um assalto violento à liberdade humana. Afirmavam que a desigualdade era o resultado directo da autoridade, tal como os fiéis cantavam alegremente nas igrejas:

«O rico no seu castelo,

o pobre à sua porta

Deus colocou-os um em cima e o outro em baixo

## Bakunine e Proudhon

e estabeleceu o seu lugar na sociedade.»

Era esta ideia precisamente que indignava os anarquistas. Acreditavam que o único caminho que conduzia à igualdade e à justiça consistia em destruir todo o rasto de autoridade e em construir uma sociedade sem governo, na qual o homem pudesse criar livremente a felicidade de que fosse capaz.

Como destruir a autoridade? Como realizar esta grande mudança no seio da sociedade? Com que actos se poderia conseguir o ideal de vida dos anarquistas? O anarquismo, desde as suas

origens, foi a história de respostas parciais a estas perguntas.

Para Bakunine (1814-1876), a figura mais destacada entre os primeiros anarquistas, a solução era a revolução imediata de todos os oprimidos, fossem eles camponeses, operários, intelectuais sem emprego ou estudantes descontentes.

Para o seu contemporâneo Proudhon (1809-1865), a solução era económica. Acreditava que os dois grandes valores da vida eram a justiça e o trabalho e idealizou uma sociedade constituída por grupos economicamente independentes, nos quais os homens distribuíam entre si o trabalho de produção dos alimentos e os bens necessários para uma vida tranquila e sem ambições.

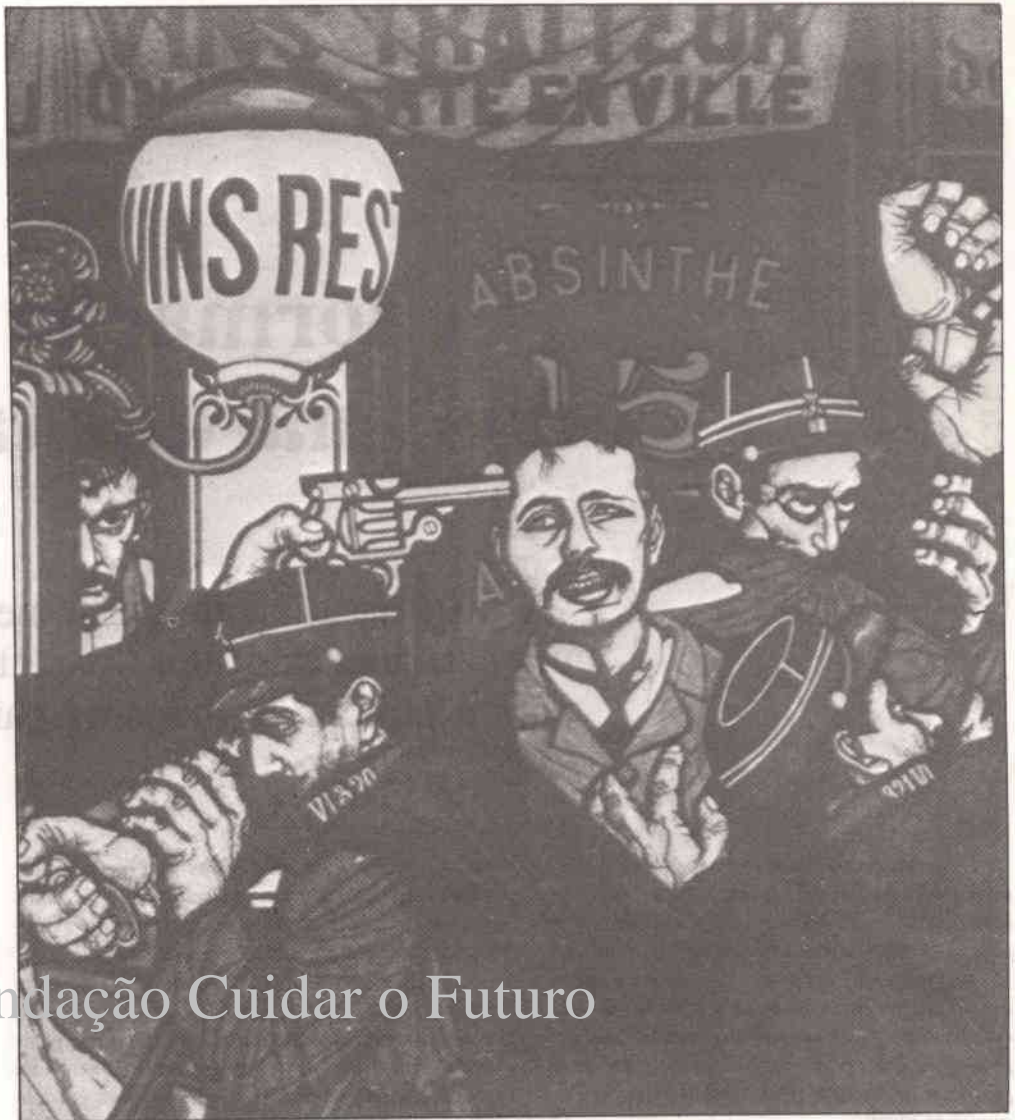
Proudhon era impressor por profissão e a sua mentalidade de artesão foi factor determinante na sua concepção de anarquismo. As suas comunidades eram um cópia dos grêmios medievais e, ainda que tivesse tido experiência pessoal de actividade revolucionária ao lado dos operários parisienses em 1848, nunca elaborou o esquema de um anarquismo urbano e industrial, nem uma teoria clara de como devia processar-se um aumento de interdependência económica entre as suas unidades autónomas. Por esta razão, a sua influência foi maior entre artesãos ou nos países com uma economia não industrializada. Assim, os anarquistas índios no século XX, por exemplo, acharam as suas ideias importantes e práticas.

Bakunine e Proudhon proporcionaram os dois primeiros modelos de acção anarquistas: a revolução, que, por um catastrófico movimento de insurreição popular. Ainda o poder de destruir e simultaneamente criador, e a independência económica que permitiria ao operário obter um salário justo e equitativo por um trabalho produtivo. As vítimas seriam o capitalismo, o governo e a propriedade, e os pobres possuiriam a terra.

Entre 1848 e 1880, as ideias e as práticas anarquistas estruturaram-se segundo um ou outro destes dois modelos, ou numa mistura de ambos, por acção de dirigentes locais, como o mestre-escola James Guillaume, inspirador da Federação Anarquista de Relojoeiros e Camponeses Suíços, no Jura, que se esforçaram para não se converterem em bakuninistas ou prodhonianos em sentido estrito.

### Misto de anarquismo e comunismo

No campo teórico, um eminente geógrafo russo, o príncipe Piotr Kropotkin (1842-1921), foi a inspiração intelectual mais fecunda dos fins do século. O seu misto de anarquismo e comunismo, defendido por ele tanto no horror das condições de trabalho na Sibéria, como do meio da respeitabilidade dos subúrbios londrinos, aguçou a necessidade de cooperação como princípio de trabalho da acção anarquista. Acreditava que, por meio da cooperação, a sociedade podia transformar-se numa civilização muito superior à alcançada pela luta e o confronto, que



Fundação Cuidar o Futuro

eram as obsessões daqueles que adaptavam «a luta pela sobrevivência» de Darwin ao mundo da conduta social.

Era esta cooperação a melhor arma para lutar contra a imagem da exploração? Esta solução parecia a muitos anarquistas demasiado intelectual e utópica; clamavam pela «revolução permanente», por meio da palavra falada e escrita, o punhal, a espingarda, o dinamite... Todo o processo ilegal é bom para nós».

Kropotkin não era em absoluto violento, mas não pode separar-se da tradição revolucionária do anarquismo, ainda que preferisse uma solução mais pacífica.

A violência passou a ser, para o final do século XIX, a mais espontânea e dramática das respostas anarquistas: a sociedade tinha que transformar-se com assassinatos, bombas e acções terroristas individuais. Para a opinião pública, a anarquia converteu-se rapidamente em sinónimo de violência e as palavras do presidente Theodore Roosevelt em 1901 resumem a reputação ganha pelos anarquistas em duas décadas de terror: «O anarquismo é um crime contra a humanidade e todos os homens deveriam formar uma frente comum contra os anarquistas».

Prisão de Ravachol — o mais famoso e discutido dos anarquistas activos.

Tanto por estas palavras, como pela opinião pública, os anarquistas que mataram o presidente francês, Carnot; a imperatriz Isabel da Áustria; polícias de todos os países; o presidente dos Estados Unidos, MacKinley; espectadores de teatro, clientes de café e outros, foram considerados os responsáveis pelo início de uma época de violência.

### «O vosso dever é claro»

Os anarquistas responderam a esta acusação, responsabilizando o governo, a igreja, o capital e a propriedade privada, de governarem por meio de violência, e insistiram em que a sua violência não era mais do que exercício do direito de autodefesa. A história — replicavam — era uma sucessão de violências sancionadas pela autoridade.

Cantavam jocosamente: «Para a frente soldados cristãos! O vosso dever é claro.

Assassinai vossos vizinhos cristãos ou sede assassinados por eles.

Dos púlpitos brotam líquidos fortes e efervescentes.

Deus lá do alto incita-vos a roubar, violar e matar.

Vossos actos são benditos pelo Cordeiro das alturas.

Amai ao Espírito Santo, e assassinai, rezai e morrei.»

Em 1908, em França, o panfletista e conferencista Paraf-Javal definia o anarquismo tão estritamente em termos de pensamento independente e racional, que concluía:

«A maioria dos indivíduos que hoje se chamam anarquistas são quase todos mais ignorantes, sujos e desequilibrados que os chamados burgueses: são frequentemente alcoólicos, fumadores e megalómanos. Somente os anarquistas que pensam racional e cientificamente são os verdadeiros anarquistas.»

Esta definição não abarca a complexidade do anarquista. Ilustra somente o individualismo anarquista: não aflora nem a economia, nem a política nem a classe, destaca meramente uma atitude intelectual.

Todavia, o grupo chamado anarco-sindicalista forjou-se ao calor do protesto económico e da separação de classes. Criou-se em França por volta de 1890 e foi um importante ponto de partida na história anarquista, porque nenhuma forma anterior de anarquismo se tinha adaptado à actividade industrial, e foi importante porque criou a federação sindicalista espanhola — a «Confederación Nacional del Trabajo (CNT)» —, que foi o movimento mais eficaz da Europa moderna.

## A greve geral

Os anarco-sindicalistas propunham-se fundamentalmente transformar a sociedade por meio de greves, especialmente por meio de uma greve geral, montada como uma acção revolucionária de todos os trabalhadores, que havia de inaugurar a era da liberdade e da justiça. Do caos económico, das cinzas do capitalismo, elevar-se-ia a fénix da anarquia.

Fundamentalmente manteve-se independente de partidos políticos, desprezou a democracia liberal e o socialismo parlamentar, que considerou que estavam praticando o jogo burguês da autoridade política.

Pareceu que o anarquismo chegaria, dentro da CNT, a um compromisso viável entre organização e liberdade, coisa que as outras formas de anarquismo julgavam sem valor ou desnecessário. O anarco-sindicalismo foi o único, entre todos os outros focos anárquicos, a oferecer uma perspectiva de êxito.

Em geral, o problema de como destruir a autoridade sem desprestigiar a liberdade converteu-se no suplício de Tântalo; a solução era sempre previsível mas nunca estava ao alcance. Na realidade, o anarquismo, na medida em que o conhecemos, teria perdido muito da sua vitalidade se se tivesse logrado a solução definitiva. Alimentou-se da crença e da promessa de que a Verdade, a Justiça e a Liberdade se estabeleceriam e que um novo mundo de liberdade substituiria o velho mundo da opressão.

Enquanto estes ideais se situaram no futuro,

enquanto estiveram por realizar, o seu poder de inspirar e apaixonar era limitado. Por essa razão, os anarquistas podem ver-se como homens que trabalham para o «milenário», o reino da anarquia na Terra. Os anarquistas proclamavam, ante um mundo incrédulo, o que eles viam como um direito inalienável da humanidade: a liberdade espiritual e física do homem.

Acusou-se a violência anarquista de ser uma revolução contra a natureza humana. A autoridade era geralmente aceite como natural ao homem: o pai era a autoridade natural para o filho, e os homens de mais talento para os menos dotados. Os anarquistas, ao negar a necessidade da autoridade, foram denunciados como rebeldes contra a natureza, e a sua atitude destrutiva um intento absurdo e desesperado de abolir o processo da natureza.

Lombroso sugeriu inclusivamente que os assassinatos dos anarquistas eram um suicídio indirecto. Os delinquentes como Henry e Caserio, dizia, desesperam do mundo, mas não têm a coragem de afrontar a sua própria vida. Por ele, matam sabendo que vão ser executados, repudiando a vida de maneira anormal e antinatural.

## «É uma auto-defesa, uma justiça, uma vingança»

Como receberam os anarquistas estas reacções? Como justificaram a sua violência, ante o horror e a hostilidade geral? Quando Émile Henry foi condenado à morte, o semanário inglês «The Anarchist» concluía o seu editorial: «Homens como Émile Henry podem estar errados, mas são sinceros. A maior prova da sinceridade de um homem é que seja capaz de dar a

vida por uma causa, e Ravachol, Pallás, Vaillant e Henry fizeram-no.

«Dizemos aos ricos que se estes homens são monstros, vós os criaste. Vós, que destroçaste com a vossa voracidade a grande massa do povo. Surpreende-vos que o seu sangue clame vingança?»

«É justo matar, matar um inocente para obter riquezas e poder? Então, é justo matar os responsáveis pela morte de um inocente. Quem são os responsáveis? Todos os que vivem ociosos, do roubo e da morte dos trabalhadores.

«A nossa civilização moderna é um templo de Moloch edificado sobre os corpos dos escravos sacrificados. Façam o que fizerem os terroristas, nunca poderão igualar os crimes dos seus mestres.»

Neste resumo, encontram-se todos os ingredientes do anarquismo mais moderno. As publicações extremistas, como o «Manifesto dedicado à memória dos burgueses da República Francesa», iam mais longe, divertiam-se anunciando matanças, e concluía: «Os burgueses semearam os ventos; que colham as tempestades.»

Mas a justificação era sempre: o terror anarquista é uma auto-defesa, uma justiça, uma vingança.

Em Março de 1907, um comentador tolerante escrevia no suplemento literário do Times: «Os anarquistas dos jornais e novelas que, de vez em quando, matam um soberano ou um presidente, mas que com mais frequência matam pessoas inocentes, ou são débeis mentais fanáticos ou delinquentes comuns que se apoderaram de uma teoria elaborada por mentes mais lúcidas que as suas e a utilizam para justificar os seus actos criminosos. Os autênticos anarquistas nunca fazem coisas deste tipo, ou, melhor, só falam e escrevem...»

*Foram os ataques arbitrários dos anarquistas que causaram reacções históricas na classe média.*



## A vida como matéria-prima

É perfeitamente praticável resumir a maior parte das actividades anarquistas como uma exibição secundária, violenta ou idealista, à margem da História. Como partido, os anarquistas estavam demasiado fragmentados para exercer uma pressão política suportável, enquanto que no campo das ideias, a divisão era demasiado grande para se conseguir uma propaganda coerente e persuasiva.

Malatesta viu que o êxito do anarquismo dependia de «conseguir que os homens habituados à obediência e à passividade tomassem consciência do seu poder e capacidades reais», mas... como conseguiu-lo? Os seus métodos eram a propaganda pela palavra e pelos feitos, métodos que raramente actuavam em unísono, e os escritores anarquistas perdiam muito tempo descrevendo os feitos dos terroristas, cujos assassinatos eram a única coisa que a maior parte das pessoas sabia sobre anarquismo.

Não havia nenhuma acção anarquista positiva, suficientemente forte que contrabalançasse o efeito negativo das bombas e dos punhais e, apesar da dedicação humanitária de Piotr Kropotkin, Sébastien Faure, Emma Goldman e outros eram Ravachol e os «assassinos» que o público conhecia e de que se lembrava.

A História pode assinalar um grande número de ideias e práticas anarquistas para além da violência, mas deve registar também que foi a violência que imprimiu o fenómeno do anarquismo na mente dos homens.

É certo que o anarco-sindicalismo exige um estudo à parte. Na actividade sindical, as ideias intransigentes do anarquismo foram de encontro às necessidades diárias da classe trabalhadora e, primeiro em França e depois em Espanha, intervieram na História de uma forma muito menos marginal. A revolução anarquista não chegou a nenhum país, nem tão pouco se justificou a esperança na greve geral, mas toda uma geração de trabalhadores franceses e espanhóis ficaram com uma mentalidade de sindicalismo revolucionário profundamente arreigada.

Pela perspectiva de hoje, um sumário dos seus acertos e erros acentua o aspecto de que o anarquismo se encontrava à margem da corrente principal dos acontecimentos. O terror atraía o terror e não a liberdade. No século XX as revoluções foram socialistas, comunistas, nacionalistas ou fascistas, mas não anarquistas; e, apesar do interesse em certos países pelo anarco-sindicalismo, a maior parte dos trabalhadores dos estados modernos industrializados preferem greves limitadas e a negociação, à ideia de uma revolução económica unida.

Os individualistas, por seu turno, anteciparam acertadamente certos aspectos da História posterior; em muitos países, houve um aumento notável de liberdade em matéria de religião, educação e moral.

Para além do balanço de resultados, que revela a História do anarquismo? Durante uma fase, o anarquismo produziu um corpo de crítica social que não é possível ignorar. Alertar para

os abusos ou injustiças que os partidos ou os indivíduos sentiam dentro das suas próprias sociedades. Em Espanha concentraram o seu ódio contra a aliança Igreja-Estado; na Rússia contra a autocracia centralizada do czarismo; em França, Itália e América denunciaram a hipocrisia da burguesia perante a miséria das classes trabalhadoras. Nas cidades, os anarquistas lutaram contra a exploração industrial e a pobreza dos bairros; no campo, contra as imposições do senhor e a desigualdade na distribuição das terras.

A análise anarquista dos males sociais debruçava-se sobre estas realidades. Esta era a vida que eles conheciam. Quando falavam de prisões, a maioria fazia-o baseando-se, pelo menos, numa sentença de prisão; quando atacavam a autoridade da Igreja e do Estado, na maior parte eram suas vítimas; quando formulavam acusações à cerca de prejuízos morais, conheciam o significado da censura e a perseguição moral.

Neste sentido, os anarquistas trabalhavam com a vida como matéria-prima, com a realidade da sua própria experiência. Daí, resulta que muitos dos escritos anarquistas podem constituir valiosos documentos para os historiadores. A imagem da sociedade dada pelos anarquistas não pode ser rotulada de mera propaganda. A maior parte dos anarquistas eram actores e observadores no mundo miserável dos não privilegiados; ninguém que pretenda conhecer esse mundo pode permitir-se o luxo de esquecer os anarquistas quer os seus actos, quer as suas observações.

Mas o anarquismo foi algo mais do que uma análise social. Era todo um conjunto de métodos, esperanças, suposições e ideais que separavam os anarquistas dos outros críticos sociais, tanto reformistas liberais como socialistas da classe trabalhadora. Tiraram os anarquistas alguma lição realista das suas experiências, ou perderam-se os seus ideais num mundo de mitos e ilusões?

## O medo da liberdade: fracasso do anarquismo

Os anarquistas tinham consciência deste problema. Defendiam-se continuamente contra a acusação de idealismo utópico e criticavam os companheiros que eram presa do irrealismo. Os assassinos eram altamente criticados por tentarem levar a cabo uma ampla reforma social e política unicamente à força de pistolas ou punhais, enquanto os anarco-sindicalistas e os revolucionários em geral se acusavam uns aos outros de deduções falsas e de ilusões infundadas.

Os grupos anarquistas eram considerados pelos de fora como sonhadores, quando não era mesmo o anarquismo considerado um mito. Os socialistas sustentavam que eles ignoravam as realidades económicas e o papel histórico da classe trabalhadora; os liberais consideravam o anarquismo impraticável, e os conservadores acusavam-nos de quererem opôr-se às desigualdades naturais e à necessidade humana de autoridade.

No século XX, a sociologia e a psicologia revelaram a natureza agressiva do homem e a sua combatividade, mas também a sua necessidade de segurança. A frase «o homem teme a liberdade, prefere viver e trabalhar dentro de uma estrutura familiar segura», converteu-se em tópico. Os sociólogos observaram a rapidez com que os grupos elegem um dirigente, e certos estudos sugerem que a ausência de autoridade debilita um partido e compromete as possibilidades de sobrevivência. Evidentemente tem que admitir-se que as pessoas desejam umas tantas liberdades: liberdade de movimento, pensamento e expressão. Mas querem elas liberdade absoluta? A resposta dada por estudiosos em comportamento humano é *não*, e o fracasso do anarquismo é a prova mais cabal desse facto.

## A força do mito: da margem ao centro da História

Os historiadores admitem por certo que o ideal de anarquismo nunca foi popular, que se lhe opuseram homens de todos os géneros e idades. Nem tão-pouco se converteu em credo da juventude adolescente, na idade mas naturalmente comprometida com a problemática da autoridade. Havia gente jovem, estudantes e outros, entre os anarquistas, mas havia mais entre os socialistas e mais ainda entre organizações juvenis de convicções racionalistas ou religiosas. A juventude da Europa em 1900 estava apta a seguir uma direcção forte e a converter em rito o culto dos heróis: só uma minoria foi atraída pelo anarquismo.

Mas a esperança anarquista debruçava-se menos para o presente que para o futuro, na crença de que o homem conseguiria um dia a sua liberdade, e veria que a autoridade era uma restrição e não uma necessidade e por experiência, descobrira que o anarquismo era uma solução justa e perfeita para a condição humana. Esta crença era um mito, mas um mito com um sentido diferente, no sentido usado pelo filósofo francês, dos princípios do século XX, George Sorel. Proclamava que um mito que se referia ao futuro inspirava e ilitava à luta. As classes trabalhadoras — dizia — necessitavam de um mito que os dirigisse para manter a luz da revolução diante dos olhos, e propunha o ideal da greve geral que os anarco-sindicalistas já haviam adoptado.

O ideal de anarquismo, uma sociedade sem governo, era também para os anarquistas um mito. Profetizavam a sua chegada, organizavam milhares de campanhas a seu favor, matavam e morriam por ele.

É certo que os seus métodos e doutrina os marginalizavam dos seus contemporâneos, mas esta confiança numa sociedade futura transportou-os da margem ao centro da história, pois que os mitos que se referem ao futuro abundam na história ocidental. Especialmente o cristianismo e o marxismo produziram mitos com a mesma potência para dirigir a inspirar. Os anarquistas têm a sua visão de homens livres e iguais, os cristãos anunciam o reino de Deus e os marxistas a sua sociedade socialista sem classes. Parecem três aspectos diferentes e, no en-

tanto, podem ser variantes do mesmo ideal, e os três, como mitos com vistas ao futuro, têm a força para sobreviver aos erros passados e presentes.

Por esta razão o balanço final do anarquismo, tal como o cristianismo e marxismo, não pode fechar-se ainda. Mas acerca dos anarquistas de 1880-1914, os historiadores podem chegar à conclusão de que a sua propaganda pela palavra e pelos feitos não levaram o mito do anarquismo mais perto da realidade.

### A arte e a religião no filtro anarquista

Quando, em princípios do século XX, os anarquistas se opunham à falta de liberdade na política e na sociedade, muitos artistas encetaram um rompimento com o gosto estabelecido e serviram-se da arte para enfrentar a injustiça social. Pintores impressionistas e post-impressionistas, como Pissarro e Signac, exploravam um novo terreno, e movimentos posteriores como o surrealismo e o dadaísmo pareciam tomar orientações completamente anárquicas para abrir uma brecha na hipocrisia e nas ideias estabelecidas pela burguesia. Influenciados pela obra de dramaturgos como Hauptmann e Wedekind, outros escritores continuaram a desenvolver a crença anarquista de que a arte e a literatura devem ter uma finalidade social.

Tolstói disse que estudar é tão espontâneo como lutar e não deve ser algo de forçado; conseqüentemente, devem condenar-se os exames e toda e qualquer intenção de estabelecer graus e classificações entre as crianças é prejudicial para o processo natural do ensino. Deste modo, Tolstói não se opõe à educação rural, que dá aos alunos «a absoluta liberdade de estudar e dirigir as suas discussões como lhes pareça», mas a sua indignação refere-se à educação citadina, que obriga a criança a abandonar a sua inclinação espontânea e lhe dá ideias alheias à realidade quotidiana. Neste aspecto não está tão longe, como parece, de outros educadores anarquistas.

Onde é flagrante a contraste é na visão do cristianismo. Tolstói observa o cristianismo primitivo, a sua fé singela e indiscutível, o seu pacifismo e falta de organização, e diz: «Esta é a fé que move montanhas», e crê que é a igreja, com a sua política de afirmação e autoridade e as suas relações com o estado, que deturpou este cristianismo ingênuo e o fez perder contacto com os ensinamentos de Cristo. Escreveu uma carta a Gandhi, grande discípulo seu, expondo-lhe a horrível contradição do cristianismo ocidental entre a lei de amor e a violência praticada pelos governos, exércitos, leis e administração.

Exortou os seus irmãos da Ásia a levar uma vida de resistência passiva e a não combater o mal com o mal. É possível que triunfem um dia no que o cristianismo fracassou.

Muito poucos anarquistas estavam de acordo com Tolstói sobre as virtudes originais do cristianismo. Compartilhavam a sua indignação contra a igreja, mas iam mais longe e punham em causa toda a fé religiosa. Atacavam a ideia de Deus, que concebiam como um frade mons-



Prisão de um anarquista — Émile Henry —, depois de ter lançado uma bomba no Café Terminus, da Gare Saint-Lazaire, em Paris.

truoso manejado durante séculos por sacerdotes autoritários, insistindo em que os ritos e sacramentos das religiões não passavam de uma estratégia para extorquir dinheiro e forçar a obediência dos pobres ignorantes.

Provavelmente que o homem só podia ser verdadeiramente livre, eliminado da sua mente qualquer concepção religiosa. Libertar-se da superstição era um apelo semelhante ao de libertar-se da ignorância; mas a luta anarquista contra este foco secular no mundo e na sociedade não era característica exclusiva sua, pois que era compartilhada por muitos ateus e anti-clericais que estavam longe do anarquismo. Expressavam o mesmo desprezo irónico que muitos inimigos da religião: «Se Deus criou o mundo, quem criou Deus?»

Um outro anarquista, o francês Émile Digeon, deixou escrito o seguinte testamento:

«Nego a utilidade da existência de Deus, criador e soberano do universo, inventado pelos sacerdotes de todas as religiões para explorar a credulidade dos seus seguidores. Refuto especialmente o Deus dos cristãos e católicos, que os chamados seus ministros transformaram, à sua imagem e semelhança, num monstro de orgulho

e crueldade. Este Deus, depois de manter-se oculto dos homens durante toda a miséria das suas vidas, aparece-lhes no momento da morte e submete-os às torturas mais atrozes se lhe não prestaram suficiente homenagem ou se se deixarem arrastar pelos instintos e desejos que ele próprio lhes deu.»

### A liberdade moral: «deverás nascer de novo»

Afirmações como esta encontram-se contidas tanto nos escritos dos anarquistas como fora deles. O problema dos anarquistas era o de como atacar a autoridade religiosa com maior eficácia do que à palavra escrita. Em Espanha, optou-se, como se observou na sublevação de 1909, pela profanação dos edifícios religiosos, enquanto que em França se preferiu o roubo dos bens da igreja, realizado sobretudo por terroristas individuais. Marius Jacob, chefe de um bando francês anterior ao de Bonnot, declarou com orgulho, aquando do seu julgamento:

«Assaltei muitas casas de padres. Em todas elas encontrei uma arca, por vezes várias, e —

acreditai-me —, não continham peixe seco, mas sim grandes somas de dinheiro que os imbecis tinham entregado a Deus e de que os padres «se encarregavam», e estes são os charlatães que me chamam ladrão. Mas eu sou uma boa pessoa e não os roubei para seu prejuízo. Dou-lhes a minha bênção. Amen.»

Contudo, a profanação e o roubo não constituíam os principais métodos anarquistas de afirmar a sua liberdade face à religião. Aos olhos dos anarquistas, a igreja não era somente hipócrita, mas era ainda a guardiã da moral pessoal e, por esse modo, um travão intolerável à liberdade individual. Afirmar a liberdade *moral* foi o método positivo escolhidos pelos anarquistas para manifestar a sua religião. Tinham um duplo propósito: Escandalizar as sensibilidades religiosas e, um aspecto mais empreendedor, o de libertar as emoções reprimidas e censuradas do indivíduo num sentido que eles consideravam são para o indivíduo e para a sociedade.

No Verão de 1905, um orador chegou a dar uma conferência pública em Montmartre (Paris) vestido com um fato de banho apenas. O tema da conferência era o nudismo.

Saiu assim de casa e passou-se por uma rua concorrida, onde foi imediatamente preso e submetido a um interrogatório pela polícia. Apresentou-se ao chefe da polícia como estudante de medicina e justificou assim o seu modo de vestir. «O calor — disse — faz-me suar, e o suor contém produtos daninhos como o ácido úrico. Portanto, se o suor ficar na roupa, é absorvido de novo pela pele e envenena o corpo.» O chefe da esquadra escutou-o placidamente e concluiu que ele estava louco e que o que havia a fazer era comunicar o caso para o médico da polícia. Mas este depois de escutar o estudante, disse que, do ponto de vista científico tinha razão e que, uma vez que os órgãos sexuais ficavam devidamente encobertos pelo calção, não via razão para impedir a conferência.

Esta Conferência foi feita por um anarquista francês durante a apresentação de Ernest Lucien Juin, conhecido como Émile Armand, o profeta da liberdade sexual. Armand não era o conferencista mas encontrava-se entre o público, e aprovou por completo a conduta do estudante. Esta estava de acordo com o espírito de individualismo anarquista que advogava que as ideias são para se pôr em prática: se uma pessoa não concordava com determinado traje, não tinha que usá-lo.

Armand fascinou os seus contemporâneos como homem e como escritor. Teve uma infância diferente da de muitos anarquistas. Apesar do pai ter lutado na Comuna de Paris e ter dado ao filho uma educação profundamente anti-clerical, Armand tornou-se apaixonadamente religioso. Durante o exílio da sua família em Londres comprou um exemplar do Novo Testamento e achou que a palavra de Cristo tinha uma frescura que faltava por completo às ideias do pai e, de regresso a França, começou a assistir às reuniões do Exército de Salvação.

Em 1889, enquanto escutava um sermão sobre o texto «Deverás nascer de novo», fez um acto público de conversão religiosa e foi soldado de Cristo durante oito anos. Mas dois factores provocaram nele inquietação e desconforto. Em

## Cronologia

1864 — Marx inicia a primeira Associação Internacional de Trabalhadores em St. Martin's Hall de Londres. Na Itália, Mijáil Bakunine funda a Irmandade Internacional.

1865 — Morre Pierre Joseph Proudhon, pai do anarquismo.

1868 — Em Bruxelas tem lugar a III Conferência Internacional, na qual toma parte Bakunine e consegue mais partidários que Marx. Bakunine funda a Aliança Internacional Social Democrática.

1869 — Em Basileia tem lugar um congresso da Internacional.

1871 — Sob a influência de Bakunine funda-se a **Fédération Jurassienne**, chefiada por James Guillaume.

1876 — Morte de Bakunine (1 de Julho). O príncipe Kropotkin evade-se da prisão de São Petersburgo e dirige-se para a Europa.

1882 — Cyvogt é condenado a prisão perpétua depois de ter explodido a bomba no Bellecour Theatre de Lyon.

1892 — Emma Goldman apoia Alexander Berkman no atentado falhado para assassinar Henry Clay Frick em Homestead, Pensilvânia,

depois do lock out da Carnegie Corporation. Na véspera do seu julgamento, é destruído por uma explosão o Restaurante Véry, cujo proprietário tinha denunciado Ravachol. Ravachol morre na guilhotina.

1983 — Em Barcelona, Pallás lança uma bomba que mata o cavalo e vários dos acompanhantes do general Martínez Campos. Pallás morre pelo garrote. Santiago Salvador coloca uma bomba no Teatro Liceo (Barcelona) para vingar Pallás. Há muitas vítimas e é declarado estado de excepção.

1894 — Em Paris, Émile Henry lança uma bomba no Restaurant-terminus de Saint-Lazare. É guilhotinado. O Presidente Sadi-Carnot é assassinado pelo anarquista italiano Santo Gerolamo Caserio em Lyon.

1898 — A imperatriz Isabel de Áustria-Hungria é assassinada por um anarquista italiano junto ao lago de Genebra.

1900 — O rei Humberto I é assassinado em Monza por Bresci.

1909 — Sublevações em Barcelona.

1912 — O primeiro-ministro espanhol Canalejas y Méndez é assassinado por um anarquista em Madrid.

1895, começou a ler escritos anarquistas e afastar-se da mulher. Tinham atitudes completamente diferentes e discutiam com frequência.

*Um anarquista enfrenta a polícia.*



Depois de uma disputa espectacular, em 1897, o Exército de Salvação castigou-o, o que provocou nele um amargo ressentimento. Como reacção, pensou abandonar o Exército de Salvação sáparar-se da mulher, ainda que lhe custasse romper com os seus arreigados princípios morais.

Dedicou-se ao jornalismo, nomeadamente a escrever panfletos em que fazia a propaganda da sua concepção de individualismo. A razão que deu para ter-se separado da mulher é a chave de todos os seus escritos, a opinião de que o acto sexual realizado entre pessoas que não se amem não é moral nem livre.

E o seu emprego da palavra moral não é cínico. Armand recusava a moral ortodoxa, assim como toda a moral imposta ao indivíduo, do exterior; e, em vez dela, ensinava uma nova moral que devia ser espontânea e dependente dos grandes valores humanos do amor e do respeito. A maior parte da sua obra consistiu numa argumentação pródiga de que a liberdade sexual devia basear-se no respeito de cada um dos indivíduos pelo outro.

Aos que consideravam a sua conduta imoral respondia com epigramas escandalizantes como: «Hoje não há distinção entre o matrimónio burguês e a prostituição» ou «O matrimónio é uma prostituição a largo prazo; a prostituição é um matrimónio a curto prazo».

Fundamentalmente, Armand exigia o pleno direito de as relações sexuais entre duas pessoas que se amam, mas afirma que essa liberdade não deve ser tomada num sentido promiscuo ou licencioso.

# cartas ao director

## As direitas avançam nos liceus do Porto

Não é de agora que as ameaças físicas a estudantes democratas acontecem. Há um ano atrás as ameaças existiam, só que feitas de uma maneira encoberta, por detrás de fachadas ou siglas «democrática». Hoje elas fazem-se às claras, em vez de usarem a sigla «democráticas» usam descaradamente o «hitlerinismo», o «nacional-Socialismo», o «anti-comunismo».

Há um ano atrás ameaçavam oralmente que «matariam», hoje agridem, espancam e torturam de facto. Mesmo quando o estudante em causa não exerce actividade política mas tem um irmão que se identifica com a luta pela Democracia e a Liberdade, é mais um alvo a derrubar.

Os liceus António Nobre, Rodrigues de Freitas, Garcia de Orta, de Matosinhos, de Espinho, etc., todos na região do Porto, são antros onde os fascistas conspiram e agridem a Democracia, e, utilizando a elasticidade da palavra «liberdade», querem-na, também a ela, eliminar.

A «caça aos vermelhos», a «liberdade de expressão», a «expulsão dos socialistas, comunistas e anarquistas», não são só slogans para meter medo, são armas que os nazi-fascistas utilizam de facto.



As «Juventudes Hitlerianas», o «Movimento Nacional-Socialista», são claramente ajudados e recebem a colaboração nítida de dirigentes de certas forças partidárias e de gorilas da segurança dessas mesmas forças. Como dizia, em conferência de imprensa, um dirigente da JS do

Porto, «por mais que os dirigentes da Juventude Centrista tentem dissociar uma coisa da outra e dizer que são exteriores ao assunto, tentando oficialmente manter-se neutros, a JC confundem-se mesmo com a «Juventude Hitleriana». De salientar que aconteceu estudantes do CDS e adeptos do mesmo partido encontrarem-se em lados opostos da barricada, os primeiros com os estudantes democratas e os segundos com os nazi-fascistas.

A par disto os ditos «estudantes» nazi-fascistas pediam do «ministro anti-comunista Cardia um reforço das suas medidas para aniquilar o império comunista» (como eles diziam). É um facto real para o sr. ministro do MEIC reflectir sobre o real significado da sua política.

Muitos dos que dizem apoiar o dr. Cardia são precisamente aqueles que querem o fim das aulas, a anarquia e o caos dentro das escolas, o fim da democracia interna nas escolas. Não é a correcção de determinados erros que está em causa, mas a maneira como as estamos a corrigir. Nos liceus do Porto foram «aqueles que só reúnem», como diz o sr. dr. Cardia, que defenderam, arriscando a sua integridade física, a continuidade das aulas e a liberdade de expressão segundo a Constituição.

Os estudantes democratas pedem que o Ministério do dr. Cardia dialogue com os estudantes e professores nos seus problemas reais e concretos.

Os estudantes e professores democratas (não importa o partido) são os realmente interessados na construção da *Escola Democrática*, do tal *Ensino de Qualidade*, mas queremos, como democratas, diálogo construtivo.

Exige-se a repressão dos fascistas (a Constituição assim o diz!), a democracia nas escolas, liberdade de expressão, segundo a Constituição, a continuidade das aulas e diálogo entre estudantes/professores e o MEIC, é condição para a construção de uma Escola Democrática ao serviço do povo trabalhador.

Como socialista, é por isto que luto neste momento!

João Pedro Moreira Freire  
Porto

## Democracia ou incógnita?

Sou leitor da revista «Opção» de há pouco tempo. No entanto, parece-me realmente estar face a um trabalho digno, de um grupo de pessoas não tão homogêneo como eu pensava. É notória a opção de esquerda na «Opção». Estão também representadas várias tendências o que é salutar.

Sendo assim, vamos continuar, porque só essa tarefa, de dar continuidade a uma revista de esquerda, já constitui uma militância política difícil, dada a vossa independência em relação a partidos ou grupos económicos.

Depois desta breve introdução passarei a dizer que, embora à primeira vista pareça estranho, vou aqui comentar, aquilo que menos gostei de ler no número 27, ou seja, a carta intitulada «Democracia: uma incógnita?» na vossa secção de cartas ao director.

Segundo o Sr. Luís Hernani, autor da carta, há Democracias que já provaram ser autênticas e verdadeiras, onde existe liberdade democrática. Como a seguir o Sr. Hernani critica violentamente «as tais democracias de Leste», presumo que as eleitas para si serão as Ocidentais. Ora Sr. Hernani, acontece que a Democracia não é, nem uma coisa nem outra. A Democracia é o poder do povo, por ele exercido sob todas as formas.

A Democracia não se pode dividir, pondo de um lado os seus problemas económicos e do outro os de ordem política. As «Democracias Ocidentais», de que parece ser admirador, ou melhor as «sociais-democracias» estão longe de proporcionar uma completa liberdade de expressão.

A contribuição dos povos desses países, no aspecto político, resume-se quase exclusivamente no direito de votarem, periodicamente, em três ou quatro partidos, para formação de governos...

Economicamente, essas democracias são o capitalismo reestruturado, de pedra e cal, mantendo todo o seu aparelho de exploração do homem pelo homem, terrivelmente repressivo e sofisticado, a funcionar.

O «Povo em Armas» é a história de um homem, da Revolução Espanhola. É a análise lúcida e apaixonante da, considerada por alguns historiadores, maior revolução social de todos os tempos.

É ainda a descrição do aparecimento das milícias populares.

É, por fim, a análise sem complacências descabidas da actuação de Staline durante a Revolução Espanhola.



2 volumes

## O POVO EM ARMAS

vida e obra de  
BUENAVENTURA DURRUTI



uma edição

assírio & alvim



**HORIZONTAIS:**

1/2/14: Conhecido por Nino, o guerrilheiro lendário da Guiné-Bissau é actualmente comissário de Estado das Forças Armadas desse jovem país. 7: Pesquisar. 12: Nesse lugar. 13: Pôr ovos. 15: A israelita foi condenada na Unesco. 17: Para barlavento. 18: Ferro temperado. 20/31/37/53: Enquanto o Zé Soldado passava necessidades nessas terras longínquas, ele oferecia recepções no Palácio da Ponta Vermelha (Moçambique). 27: Vai lá participar numa reunião do Conselho da Europa o nosso ministro da Administração Interna. 29: Recusa. 30: Deus supremo da mitologia assírio-babilónica. 34: Duas das letras que compõem o nome do jornalista e escritor judeu que representou a comunidade anglo-israelita na Conferência de Versalhes de 1919. 35: Estrépite de desmoroamento. 38: Primeira sílaba de um nome de mulher. 39: Prefixo de negação. 41: O «Esquadrão» dela, actua no Brasil. 43: Feio nele, bonito na alma. 46: Abreviatura de Sudoeste. 47/63: Ele regressou da RDA com comunicado de apoio à África Austral. 49: Filtras. 54: O mesmo que três. 55: Dizem que ele está por um fio. 56: Átomo. 57: É nessas condições que consumimos muito peixe e carne. 59: Dizia Camilo que ele é a linguagem dos corações felizes. 62: Érbio (s.q.). 67/72: Estadista inglês, figura quase lendária depois da sua actuação na II Grande Guerra Mundial. 75: Papagaio da Amazônia. 76: Ela está a atacar Moçambique. 77: João de Deus dizia: Quem rouba um, é ladrão, quem rouba um milhão é barão.

**VERTICAIS:**

1: Neste momento. 2: Pua de pau, empregada na consolidação dos cortiços. 3: Apontamento para fazer

lembrar alguma coisa. 4: Cidade de Espanha. 5: No Brasil é doença do gado, originada pela falta de sais na pastagem. 6: Doutora. 7: Deformidade dos pés. 8: Duas vogais desiguais. 9: Pronome pessoal. 10: Alteza Real. 11: Redo de arrasias. 12: Estrada magnífica. 13: Pôr ovos. 14: T. 15: A. 16: P. 17: AL. 18: FERRO TEMPERADO. 19: ACO. 20/31/37/53: Enquanto o Zé Soldado passava necessidades nessas terras longínquas, ele oferecia recepções no Palácio da Ponta Vermelha (Moçambique). 27: Vai lá participar numa reunião do Conselho da Europa o nosso ministro da Administração Interna. 29: Recusa. 30: Deus supremo da mitologia assírio-babilónica. 34: Duas das letras que compõem o nome do jornalista e escritor judeu que representou a comunidade anglo-israelita na Conferência de Versalhes de 1919. 35: Estrépite de desmoroamento. 38: Primeira sílaba de um nome de mulher. 39: Prefixo de negação. 41: O «Esquadrão» dela, actua no Brasil. 43: Feio nele, bonito na alma. 46: Abreviatura de Sudoeste. 47/63: Ele regressou da RDA com comunicado de apoio à África Austral. 49: Filtras. 54: O mesmo que três. 55: Dizem que ele está por um fio. 56: Átomo. 57: É nessas condições que consumimos muito peixe e carne. 59: Dizia Camilo que ele é a linguagem dos corações felizes. 62: Érbio (s.q.). 67/72: Estadista inglês, figura quase lendária depois da sua actuação na II Grande Guerra Mundial. 75: Papagaio da Amazônia. 76: Ela está a atacar Moçambique. 77: João de Deus dizia: Quem rouba um, é ladrão, quem rouba um milhão é barão.

**SOLUÇÃO DO NÚMERO ANTERIOR**

**HORIZONTAIS:**

1/5: BASÍLIO HORTA. 9: Vacas. 14: Er. 15: Ri-sota. 17/36: SALGADO ZENHA. 19: Arará. 20: Mar. 21: Ir. 22: Co. 23: O6. 24: Vi. 25/28/32/55: OTELO SARAIVA DE CARVALHO. 33: Raso. 35: SS. 41: Arc. 42: Pura. 44: Mioslos. 46: Cargas. 47: Ruam. 48: Ama. 49: Ku. 51: Bomba. 60: Pamf. 61: Uru. 62: Nio. 63: Sóis. 66: Cat. 67: RAMALHO EANES; Falta. 70: Aru. 71: Usarão. 72: Mulher. 73: Ser. 74: Sr. 75: Palme. 76: Amarga. 78: São. 79: Fa.

**VERTICAIS:**

1: Be. 2: Arrotaram. 3: Irão. 4: Oiros. 5: Horar. 6: Ota. 7: Rã. 8: Asa. 9: LV. 10: Ag. 11: Ca. 12: Adi. 13: Sorte. 16: Sa. 18: Ari. 20: MIV. 22: Coração. 24: Vis. 26: Escravatura. 27: Lo. 29: Aca. 30: As. 31: Az. 34: Rusk. 37: Ema. 38: Nimbo. 39: Ho. 40: Alim. 42: Paula. 43: Arranho. 45: Sua. 50: Acuisse. 52: Brite. 54: Ir. 56: Armara. 57: Ruar. 58: Lio. 59: Ho. 60: Parem. 63: Salmo. 64: Olhe. 65: Sarta. 66: Casa. 67: Ru. 68: Late. 69: Fula. 72: Mds.

Quando lhes é possível funciona na sombra, quando não é possível é à vista desarmada!

Na Alemanha, à custa dos Socialistas, traídos pela sua direcção, o capitalismo sofreu grandes «obras de beneficiação» promovidas pelos democratas norte americanos, sendo esse país agora, o principal representante do ianques na Europa! E já se fazem manifestações nazis, autorizadas pelas autoridades «democráticas». É evidente que me refiro à Alemanha Federal.

Na Suécia os «sociais-democratas» andaram quarenta e tal anos a restaurar o capitalismo, para agora os capitalistas lhes darem um pontapé! Mal agradecidos estes democratas-cristãos!

Em França, ó Sr. Hernâni, aquilo é uma democracia ou o capitalismo elevado a uma grande potência?

Terá conseguido a «democracia» Francesa acabar com os bairros de lata?

E também os «democratas-trabalhistas» não conseguiram, nem conseguem porque não optaram pelo Socialismo, antes o traíram tentando contentar gregos e troianos; ficaram-se pois nas meias tintas, têm os aplausos de Kissinger e dos ianques; e a inflação às costas! E qualquer dia os conservadores outra vez no poder. Tem de haver alternância democrática, pois claro, nem que para isso tenhamos que pôr todos os nossos princípios programáticos no lodão...

Há muitos exemplos na Europa, mas ainda há um que queria pôr à sua frente, para meditação: a Itália, apesar do bem ginasticado PCI, tão admirado por alguns sectores portugueses, ter cerca de 34% do eleitorado, sendo o 2.º maior partido de Itália em termos eleitorais, e o 1.º sem dúvida como organização, caminha intrepidamente no capitalismo, pagando os trabalhadores italianos austeridades brutais, enquanto a Democracia-Cristã, corrupta e desacreditada pela grande maioria dos que tudo produzem na Itália, continua a «governar» sem resolver os grandes problemas daquele país.

Viremos agora a Leste Sr. Hernâni; na Polónia, União Soviética, Checoslováquia etc. pode não haver liberdade de expressão para a direita, até mesmo para a «social-democracia», mas há habitação, educação, saúde, etc. para todo o povo em geral. O acesso à cultura já não é um privilégio de meia dúzia, mas sim um direito de todos os cidadãos. É verdade que podem ter dificuldades em adquirir alguns artigos de luxo, lá isso é verdade Sr. Hernâni!

Mas olhe que por cá, os trabalhadores na sua maioria também as têm.

Para tornar ainda mais criminosa a exploração a que nós estamos sujeitos, e aumentar ainda as nossas dificuldades, ainda temos os seguintes factores:

1.º — Somos a todo o momento solicitados pela tenebrosa máquina de publicidade da sociedade capitalista, que cria em nós a sensação de necessidade de objectos e artigos que na maioria dos casos são absolutamente supérfluos;



# cartas ao director

2.º — Teoricamente temos o direito de adquirir todos esses bens. Na prática porém, deixamos de ter esse direito porque o ordenado mal dá para a renda de casa ou quarto, para o infantiário dos filhos, quanto mais para o luxo!...

3.º — Teoricamente temos o direito ao ensino, à universidade, à cultura. No entanto só minorias privilegiadas podem na prática usufruir de tais direitos. E não se pense que é só aqui em Portugal! Onde há capitalismo há necessariamente exploração e obscurantismo. Pode é estar mais ou menos civilizado, como por exemplo nas «social-democracias».

Sr. Hernâni, nos países de Leste pode haver burocracia, centralismo, dirigismo e outras práticas condenáveis, pode haver até proibição de certas correntes ideológicas se exprimirem, o que pode ser condenável, se for verdade e se essas ideologias não forem fascistas e capitalistas. Não se pode dar liberdade a quem não respeita essa liberdade, muito embora por vezes se arvore em grande defensor da mesma. É que não pode haver, de facto, democracia sem socialismo, sem o poder dos trabalhadores.

Fazendo, pois, um balanço em termos de benefícios para as maiorias, têm certamente vantagem os povos que vivem em regimes de transição para o Socialismo, caso dos países de Leste, sobre os povos que vivem ainda sob o capitalismo embora de máscara democrática.

Ainda há outro ponto na sua carta que me faz pasmar! Trata-se da sua interpretação da vontade dos portugueses!

Em todos os actos eleitorais até ao momento foram mais que claras as votações maioritárias nas soluções socialistas (PS e PCP juntos reco-

lheram sempre a maioria dos votos). O povo português na sua grande maioria, escolheu no PS a sua convicção socialista. Assim o PS saiba corresponder ao que dele, o povo espera...

Ora o Socialismo não é «social-democracia», nem tão-pouco democracia ocidental. Socialismo significa fim da exploração do homem pelo homem, e os «democratas-ocidentais» estão longe de o conseguir, antes pelo contrário ajudam, como bons laçaios que são, os capitalistas.

Quanto à minoria «Otelista» como o Sr. Hernâni lhe chama, apenas lhe lembro uma coisa; não se esqueça que o Hitler e o nazismo também foram maioritários e nem por isso deixam de ser repugnantes. Além disso faça contas, homem! Não se deixe cair no anticomunismo sa-loio!

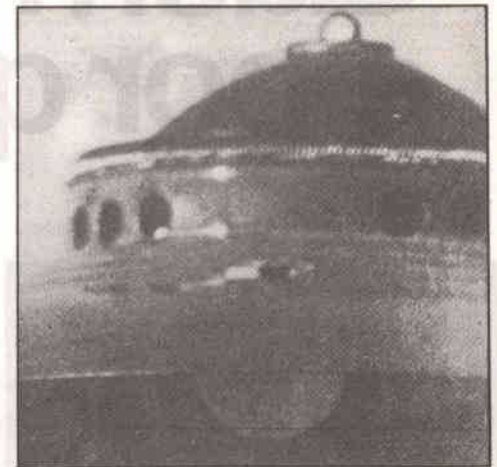
Mas não desanime Sr. Hernâni! Ainda há quem precise mais da tabuada que você. Acabo agora de ler no n.º 30 da «Opção» a carta do Sr. José Carlos Santos, do Porto, em que candidamente, e de uma forma paternalista e malcriada, aplaude vivamente a prisão do major Otel.

Certamente que Otel quando se envolveu no 25 de Abril de 1974 sabia que existiam em Portugal mentalidades doentias e cérebros de tartaruga, mas ele decerto não está arrependido e eu também não estou. Vós senhores democratas de aviário não terão saudades do 24 de Abril? Estimo as melhoras.

João Casaca  
Lisboa

eléctricas e outras. Têm surgido depoimentos atribuídos a testemunhos idóneos, alguns revelados por entidades com formação técnica suficiente para não serem traídas por tais confusões.

Além do mais estes testemunhos não começaram a verificar-se só ultimamente e logo depois dos primeiros ensaios nucleares, como pa-



rece indicar Eurico da Fonseca. Textos antigos e de livros, alguns tidos como sagrados, como a Bíblia, dão-nos conta de acontecimentos semelhantes ocorridos em épocas bem remotas e em que muito mais difícil seria explicar o aparecimento de naves no espaço e tripuladas por seres com figura humana. Um grande legado de registos gráficos com alusões sintomáticas, temo-lo em esculturas deixadas por antigas civilizações da América Central e do Sul. Nelas se encontram reproduzidas imagens de maquinismos complexos manobrados por seres semelhantes a nós. Civilizações altamente evoluídas conviviam com épocas que hoje ainda definimos como pré-históricas.

A História oficial está cheia de lacunas e de incorrecções. Tem havido muita falta de coragem para se investigar melhor a ocorrência de factos incontestáveis e há muita documentação oculta ou por interpretar. Assim, pode ser provado que, desde há milénios, objectos voadores de forma sofisticada cruzam ocasionalmente os céus da Terra. Se eram tripulados por seres oriundos do espaço exterior ou mesmo por terrenos, eis uma questão difícil de esclarecer, mas a mesma dúvida se põe hoje.

Terão essas naves — nalguns casos descritas de tal forma que não podem ser confundidas com fogos fátuos ou auroras boreais — defacto sido tripuladas por homens da Terra ou por seres espaciais? Eis a pergunta que continua de pé. E acho que um pouco mais de curiosidade e não a atitude cômoda de recusarmos tudo o que necessita de explicação que ultrapasse a nossa experiência, a nossa capacidade técnica ou o nosso entendimento, é o que precisamos para encontrar resposta a esta e outras dúvidas semelhantes.

Francisco Motta  
Lagos

## OVNi's: de novo em moda

Parece que atravessamos uma nova fase da moda dos «Ovnis» na imprensa nacional. A respeito de um artigo assinado por Eurico da Fonseca gostaria de dar umas achegas. Este artigo conclui com uma esperança que considero a parte mais positiva: da existência de outros seres inteligentes no Universo.

A lógica ajuda-nos a alimentar esta ideia pois considero presunção atribuímo-nos o monopólio do raciocínio entre uma quantidade astronómica de possibilidades espalhadas pelo espaço vastíssimo das galáxias. Inclusivamente, um tal tipo de inteligência como o nosso, mesmo que refutado por probalidades de repetição de condições de ambiente e fenomenologia como as do nosso planeta, tal convicção ainda encontraria teorias de reserva como a de serem os humanos frutos de uma colonização oriunda de outros astros.

Não estou é de acordo com a explicação dada nesse artigo, de serem os discos voadores ilusões geradas por perturbações magnéticas,

# madeira

viagens especiais  
em avião fretado  
desde

# 2680.

4 Dez a 8 Dez

# EUROPEIA

• a experiência ao serviço do turismo •  
Av. da Liberdade 233 | Telef. 536121 | Lisboa 2

# Men's Club. Quem o usa e por quê.



O homem de negócios.  
Porque o dinheiro  
não tem cheiro



O boêmio.  
Para se dar  
ares de perfumado.



O homem político.  
Para melhor convencer  
os outros.



O intelectual.  
Para criticar  
com mais ironia.



O homem ambicioso.  
Para chegar mais adiante  
ainda mais adiante.



O jovem apaixonado.  
Para manter o fogo  
que arde sem se ver.

Men's Club. Helena Rubinstein.





Em qualquer momento. A qualquer hora. Em qualquer lugar.  
Inconfundível sabor.  
Este sim. É Martini.  
Estímulo maravilhoso da vida.  
Inconfundível Martini.

Fundação Cuidar o Futuro

# Este sim.



A mais elegante bebida do mundo, uma combinação única dos melhores vinhos e ervas aromáticas.